



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**O LIVRO POR DEMANDA E A CULTURA TEUTO-BRASILEIRA EM
PETRÓPOLIS**

Fernanda Boubée Kreischer

Rio de Janeiro/RJ

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**O LIVRO POR DEMANDA E A CULTURA TEUTO-BRASILEIRA EM
PETRÓPOLIS**

Fernanda Boubée Kreischer

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Orientador: Prof. Dr. Mário Feijó Borges Monteiro

Rio de Janeiro/RJ

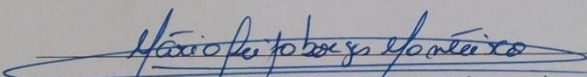
2014

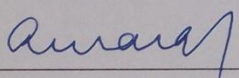
**O LIVRO POR DEMANDA E A CULTURA TEUTO-BRASILEIRA EM
PETRÓPOLIS**

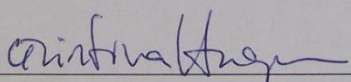
Fernanda Boubee Kreischer

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Produção Editorial.

Aprovado por:


Prof. Dr. Mário Féijó Borges Monteiro - orientador


Prof. Dr. Márcio Tavares d'Amara


Prof. Dr. Cristina Jasbinschek Haguenaer

Aprovada em: 04/32/2014

Grau: 9.5

Rio de Janeiro/ RJ

2014

K92

Kreischer, Fernanda Boubée.

O livro por demanda e a cultura teuto-brasileira em Petrópolis/
Fernanda Boubée Kreischer. 2014.

100f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Mário Feijó Borges Monteiro.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Escola de Comunicação, Habilitação Produção Editorial, 2014.

1. Livros. 2. Demanda. 3. Colonização germânica. 4. Identidade cultural
teuto-brasileira. 5. Petrópolis. I. Monteiro, Mário Feijó Borges. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD 070.5

Aos meus avós Paulo e Horondina, por compartilharem suas memórias em tantas ocasiões e com tanto fascínio.

AGRADECIMENTOS

À Silvana, minha mãe e meu esteio, a quem dedico a mais profunda admiração e amor, por sempre priorizar o meu bem-estar e educação frente aos seus próprios e pela prestimosa contribuição ao longo dos primeiros passos da minha trajetória acadêmica, sem a qual nada disso seria possível.

Ao meu avô Paulinho, por sempre estar disposto a contar nossas histórias e tradições e por fazer nascer em mim o desejo de revivê-las no presente. À minha avó Dina, pois mesmo sem ter tido a oportunidade da educação formal, sempre soube o valor dos estudos em minha vida. À Regina, minha querida madrinha, por sempre acreditar em minhas capacidades e por crer que posso ir além.

Ao meu pai, Roberto, por ter me levado pela primeira vez à Escola de Comunicação da UFRJ e pelas tantas vezes que me buscou na rodoviária de Petrópolis, no trajeto de volta para casa. E também pelo muito que se orgulha da minha formação. Ao meu irmão Rafael, por me fazer querer atingir maiores objetivos.

Ao Gabriel, por todo o seu amor. Por entender minhas ausências para realização desta pesquisa, por se dispor a ler meus originais, por nunca duvidar das minhas vitórias e por nunca medir esforços para me ajudar a alcançá-las.

À minha amiga Francine Klôh, por ter ouvido minhas inquietações ao longo da produção deste trabalho, opinando, questionando e me atentando para novas possibilidades. Por ter se feito presente, mesmo quando distante.

À Neyse de Aguiar Lioy, a perspicaz dona Neyse, por levar a tradição germânica em seu discurso, encantando com seu amor e veneração. Por sua valiosa contribuição à manutenção do patrimônio histórico-cultural dos nossos ancestrais. Estendo estes agradecimentos à Emydía Hoelz, a frente do Clube 29 de Junho durante tantos anos.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, por todas as oportunidades que me ofereceu durante os últimos quatro anos. Por me fazer enxergar além das aparências, tornando-me mais consciente, crítica, ativa, política, humana. À Escola de Comunicação por todos seus professores dedicados e engajados.

Aos meus companheiros de curso, por compartilharem experiências, pelo aprendizado dividido, pelos inúmeros projetos que realizamos juntos. Vocês têm um lugar especial em meu coração.

Ao meu orientador Mário Feijó por acreditar neste projeto e por ajudar a formatá-lo de acordo com os meus anseios pessoais. Este trabalho não existiria sem a sua prestimosa e efetiva contribuição.

Aos membros da minha banca, Dr. Márcio Tavares d'Amaral e Dr. Cristina Jasbinschek Haguenuer, pela generosidade em aceitarem avaliar minha pesquisa, contribuindo com seu engrandecimento.

À Mariza Gomes da Silva, da Biblioteca Municipal de Petrópolis, sempre solicita em meus numerosos pedidos. Por ter aberto as portas do acervo para que eu pudesse dar corpo a este trabalho. Estendo este agradecimento aos pesquisadores com os quais esbarrei durante esta trajetória, sempre aptos a me passarem importantes e valiosas indicações.

A todos aqueles que participaram da minha caminhada nos últimos anos, direta ou indiretamente, contribuindo com seu desfecho.

A Deus.

Nossa vida é cadeia que não se interrompe de avôs a netos. Nós não somos nós mesmos. Dentro de cada um, e independente, vive um pedaço do passado que é respeito, amor, superstição, piedade.

Cláudio de Souza

KREISCHER, Fernanda Boubée. **O livro por demanda e a cultura teuto-brasileira em Petrópolis**. 2014. 100f. Monografia (Graduação em Comunicação) – Escola de Comunicação, Habilitação Produção Editorial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014

RESUMO

O livro por demanda caracteriza-se como um relevante nicho dentro da gama de produtos editoriais existentes atualmente no mercado brasileiro, compreendendo em sua definição tanto os livros didáticos, expressivos nas vendas nacionais, quanto os livros de arte, cuja elaboração prevê critérios estéticos e de pesquisa acentuados. Este trabalho tem o objetivo de apresentar a viabilidade da execução de produtos editoriais voltados para a temática da colonização germânica em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Para tanto, serão descortinados os principais aspectos da fixação deste contingente populacional na referida localidade no ano de 1845 e os desdobramentos que se sucederam a partir de então. Problematizar-se-á também a formulação da identidade étnica teuto-brasileira, o processo de aculturação dos alemães no Brasil e as atuais configurações identitárias apresentadas pelos descendentes dos colonos germânicos, expressas através dos movimentos de preservação e resgate das tradições teutas, dentro dos quais se poderia inserir a produção de livros por demanda.

Palavras-chave: Livro por demanda. Colonização germânica. Identidade cultural teuto-brasileira. Petrópolis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 JUSTIFICATIVA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
1.4 METODOLOGIA.....	15
2 O LIVRO POR DEMANDA.....	17
2.1 O LIVRO DIDÁTICO.....	19
2.1.1 O livro didático no Brasil.....	21
2.1.2 Iniciativas federais na produção do livro didático.....	22
2.2 O LIVRO DE ARTE.....	25
2.2.1 O livro de arte no Brasil.....	28
2.2.2 Marketing Cultural e Leis de Incentivo.....	31
2.3 A DEMANDA E A TRADIÇÃO GERMÂNICA EM PETRÓPOLIS.....	35
3 COLONIZAÇÃO GERMÂNICA EM PETRÓPOLIS.....	37
3.1 ANTECEDENTES DA POVOAÇÃO DE PETRÓPOLIS.....	37
3.2 ARREGIMENTAÇÃO DOS COLONOS GERMÂNICOS.....	42
3.2.1 Circunstâncias da migração alemã no século XIX.....	47
3.3 CHEGADA DOS COLONOS À FAZENDA IMPERIAL.....	49
3.4 ASPECTOS CULTURAIS DA NASCENTE PETRÓPOLIS.....	53
4 IDENTIDADE CULTURAL TEUTO-BRASILEIRA, ACULTURAÇÃO E FORMULAÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS NA PÓS- MODERNIDADE.....	57
4.1 IDENTIDADE CULTURAL TEUTO-BRASILEIRA.....	59
4.2 ACULTURAÇÃO E ASSIMILAÇÃO DOS ALEMÃES NO BRASIL.....	65

4.2.1 Identidade nacional brasileira: investidas para assimilação dos teuto-brasileiros.....	69
4.3 IDENTIDADES CULTURAIS NA PÓS-MODERNIDADE.....	71
5 A PRESERVAÇÃO DA CULTURA TEUTO-BRASILEIRA EM PETRÓPOLIS E O PRODUTO EDITORIAL POR DEMANDA.....	77
5.1 A PRESERVAÇÃO DA CULTURA DOS COLONOS GERMÂNICOS.....	79
5.1.1 Manifestações de resgate da cultura teuto-brasileira em Petrópolis.....	82
5.2 O LIVRO POR DEMANDA E A COLONIZAÇÃO GERMÂNICA EM PETRÓPOLIS.....	86
5.2.1 O livro didático e a questão germânica em Petrópolis.....	88
5.2.2 O livro de arte e a questão germânica em Petrópolis.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Petrópolis, situada no interior do estado do Rio de Janeiro, desenvolveu-se motivada por sua localização estratégica, limítrofe a nova rota de escoamento das riquezas mineiras provenientes de Minas Gerais que seguiam até o porto fluminense. As características espaciais e climáticas da região aliadas ao progresso observado em suas fazendas fez surgir em D. Pedro I o desejo de edificar na localidade uma residência de veraneio, como refúgio à insalubridade e às altas temperaturas registradas na capital do Império. A fim de concretizar este objetivo ele adquiriu a Fazenda do Córrego Seco, no entanto, foi obrigado a retornar a Europa antes mesmo de iniciar as obras na referida propriedade. Seu filho, D. Pedro II, retomaria o projeto anos mais tarde: através do Decreto Imperial de 16 de março de 1843, o jovem imperador arrenda aquelas terras ao major de engenheiros Júlio Frederico Koeler para que nelas fossem demarcados os locais para construção de um palácio, um cemitério, uma igreja, além da delimitação de prazos que seriam aforados a estrangeiros para a formação de uma colônia agrícola (RABAÇO, 1985).

A data de assinatura desse decreto sinaliza oficialmente a fundação do povoado de Petrópolis, que seria colonizado utilizando-se a mão-de-obra dos imigrantes alemães. Este grupo populacional abandonou sua terra natal em um período de importantes transformações sócio-econômicas, motivado particularmente por estas novas engrenagens que se desenrolavam na Europa. Nas sucessivas levas de colonos que chegaram à Fazenda Imperial no ano de 1845, eles trariam consigo juntamente com a esperança de melhores condições de vida no Novo Mundo, referentes culturais e tradições apreendidos nas regiões germânicas, como a religião, o idioma, as vestimentas, a gastronomia e hábitos recreativos. Este combinado de costumes e crenças teutos sofreria influência do novo meio, adaptando-se e se modificando em função da nova realidade, através do abandono de alguns hábitos e da aquisição de outros.

No entanto, não apenas à Petrópolis destinaram-se os germânicos migrantes: eles também seriam os protagonistas do processo de colonização de faixas de terra consideradas devolutas e desprotegidas no Sul do país, numa estratégia do governo para assegurar as fronteiras nacionais. Uma vez em território brasileiro, e resguardando-se as diferenças constitutivas entre as regiões para as quais estes elementos humanos foram designados, os grupos heterogêneos de teutos estabeleceriam uma identidade cultural única e particular, frente a dos nativos brasileiros, dos alemães que permaneceram em terras européias e dos seus

compatriotas que migraram para outras localidades. Esta identidade, simbolizada pela crença numa existência comum, que remetia à nação alemã e sua cultura, e pelo processo de colonização por eles empreendido na nova pátria (SEYFERTH, 1993), apresentava elementos discursivos com a antiga e nova realidade e foi sendo passada de geração para geração pelos colonos pioneiros e seus descendentes já nascidos no Brasil.

Este grupo étnico permaneceu afastado da sociedade brasileira durante um longo período, particularmente insulado dentro das fronteiras dos estados sulistas. No entanto, a emergência dos ideais pangermanistas alertou o governo nacional sobre as possíveis consequências de sua disseminação junto à comunidade alemã residente no país. Posteriormente, com a eclosão do nazismo na Europa, medidas que objetivavam o caldeamento forçado desta população à sociedade brasileira foram adotadas, como a proibição da utilização do idioma alemão, da existência de instituições comunitárias e recreativas que aludiam à cultura germânica e, de modo generalizado, o impedimento da exteriorização de sua identidade cultural.

Não obstante as investidas assimilacionistas as quais os alemães foram submetidos no Brasil, ainda se pode observar nas cidades que se desenvolveram a partir das antigas zonas coloniais vestígios culturais legados pelos imigrantes germânicos, através de uma série de iniciativas formuladas pelos herdeiros destas tradições sócio-culturais, dentre as quais se destacam os festivais teutos e a emergência de grupos folclóricos (SEYFERTH, 2002). Desta maneira, pode-se auferir a importância com a qual é encarada a preservação do patrimônio cultural teuto-brasileiro nestas localidades. A revalorização de elementos característicos germânicos, por sua vez, só atingiu o grau observado nos dias de hoje a partir de novas políticas públicas culturais.

Estas especificidades históricas são entrelaçadas nesta pesquisa com a produção de livros por demanda no país, em relação aos quais se focalizará em duas de suas vertentes: o livro didático e o livro de arte. Utilizando-se das configurações observadas na cidade de Petrópolis após quase 170 anos da chegada da primeira leva de alemães na referida localidade, buscar-se-á explicitar não apenas a viabilidade de produção de artigos editoriais que possuam esse gancho, como também a sua importância dentro das atuais manifestações de resgate destas tradições.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica sua execução dentro do contexto da Escola de Comunicação, com habilitação em Produção Editorial, por discorrer sobre um tema, o livro por demanda, que ainda se apresenta em estágio inicial de pesquisa, com poucos artigos produzidos, apesar de sua relevância dentro do mercado editorial nacional, afinal, uma de suas possibilidades é o livro didático, expressivo em vendas, e outra é o livro de arte, produto com criteriosa elaboração gráfica e de pesquisa.

Num cenário mais amplo, que abarca primeiramente o estado do Rio de Janeiro e, em sequência, o Brasil, a elaboração desta pesquisa pode ser explicada pelo viés da importância em se preservar o patrimônio sócio-cultural dos variados elementos constitutivos do discurso nacional, prática reforçada pela legislação governamental de incentivo à cultura, expressa mormente pela Lei Rouanet, mas que também encontra respaldo em iniciativas de âmbito estadual e municipal, tendo-se em vista que o presente trabalho apresenta a necessidade de produção de outros artigos culturais com a temática da cultura teuto-brasileira em Petrópolis. Ainda pode-se reiterar seu valor junto a outras comunidades de origem alemã residentes no país, posto que ele problematiza alguns pontos de sinergia e de afastamento entre os desdobramentos observados em Petrópolis e aqueles presentes nas demais localidades que receberam influência germânica durante os séculos XIX e XX.

1.2 OBJETIVOS

Partindo-se da justificativa proposta acima, o presente trabalho busca conceituar o livro por demanda no mercado editorial brasileiro, analisando dois de seus principais expoentes: o livro didático e o livro de arte. Em relação ao primeiro, discutir-se-á a sua relevância dentro do contexto de aprendizagem empreendido nas salas de aula e o papel de divulgação de ideologias que ele carrega. Ainda consoante ao livro escolar, será apresentado um breve histórico deste produto editorial no Brasil e a relação do governo federal com a sua produção. Já no que tange ao livro de arte, será descortinada sua origem, bem como os principais critérios utilizados para classificar este artigo editorial. Igualmente, será debatido o papel das leis de incentivo à cultura em sua feitura e as principais críticas à prática formuladas atualmente.

A pesquisa destina-se de maneira combinada a entender as principais configurações existentes atualmente nas comunidades teuto-brasileiras em relação à sua identidade étnica,

num contexto pós-movimentos assimilacionistas e pós-modernidade, focalizando-se especialmente nas articulações observadas na cidade de Petrópolis. Com este objetivo, serão desvelados os principais processos ocorridos na supramencionada localidade desde seus antecedentes históricos, perpassando sua ocupação por grupos alemães, até as atuais desenvolvimentos, quando se percebe uma revalorização da identidade étnica teuto-brasileira.

Interconectando as concepções explicitadas acima, a pesquisa tem por finalidade propor a viabilidade e a demanda existente para a produção de artigos editoriais com a temática da colonização germânica e seus efeitos em Petrópolis, retratando-a não apenas como parte de uma história maior, mas como uma história em particular.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo não encontraria meios para sua execução sem a prestimosa contribuição acadêmica de diversos autores e suas formulações precisas. No decorrer das temáticas abordadas nesta pesquisa, alguns encontram-se evidenciados.

Em relação à demanda, recorreu-se particularmente às postulações de Philip Kotler (2006; 2007), Gary Armstrong (2007) e Kevin Keller (2006), que fornecem indícios mercadológicos para sua existência, tendo-se em vista preencher uma lacuna, seja ela por um bem material ou intangível. Já em relação ao livro por demanda, recorreu-se às postulações de Fabíola Mattos (2009), Katarina Knychala (1980), além das legislações que interferem na produção dos livros didáticos e de arte no país e artigos científicos.

Apresentando o cenário da colonização germânica em Petrópolis, seus antecedentes e os mais significativos desdobramentos observados na região, foram utilizados textos do Colóquio de 150 anos da imigração alemã na cidade, o livro “História de Petrópolis” (1985) de Henrique José Rabaço, além da dissertação de Jorge Copello (2009) e da obra “História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje” (2013) de Martin Kitchen, que forneceu respaldo histórico sobre os principais motivos que levaram os teutos a emigrar e qual configuração sócio-econômica e cultural eles abandonam, quando se destinam para o Brasil.

Também foi consultada a obra “A aculturação dos alemães no Brasil”¹ (1980) de Emílio Willems, onde se encontram elucidados alguns processos aculturativos aos quais os

¹ Publicada pela primeira vez no ano de 1946.

imigrantes germânicos foram submetidos em território brasileiro, quando de sua chegada e fixação nestas terras.

No que concerne à formulação da identidade étnica teuto-brasileira, são analisados dois artigos da antropóloga Giralda Seyferth (1993; 2002), que se dedicam a apresentar a reformulação identitária desta categoria populacional com o passar dos anos, até que ela se estabelecesse nos moldes atuais. São também problematizadas a questão da identidade nacional brasileira sob o olhar de Renato Ortiz (2012) e a identidade cultural na pós-modernidade sob o enfoque do teórico sócio-cultural Stuart Hall (2011).

Além dos supracitados, outros autores também influenciaram o feitiço desta pesquisa, encontrando-se seus artigos, monografias, matérias e documentos referenciados no final deste trabalho.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho desenvolveu-se principalmente a partir da leitura reflexiva de textos teóricos e historiográficos, que forneceram respaldo para as proposições, indagações e suposições que serão apresentadas nas próximas páginas deste estudo. Durante sua feitura, buscou-se aliar os conceitos teóricos aos fatos empíricos observados especialmente em Petrópolis, mas também em outras cidades de influência alemã no país, dividindo-se esta pesquisa consoante os conteúdos abaixo.

No segundo capítulo, intitulado “O livro por demanda”, será contextualizada a noção de demanda, quais são as principais naturezas de seu aparecimento e também as condições para sua supressão. Conceituar-se-á igualmente o livro por demanda dentro do mercado brasileiro, bem como dois de seus produtos, a saber, o livro didático e o livro de arte. Em relação a estas subcategorias, serão apresentados breves históricos de sua existência e as formatações relativas ao mercado brasileiro.

No terceiro capítulo, “Colonização Germânica em Petrópolis”, será descortinada a ocupação da referida localidade, desde seus antecedentes históricos até a chegada dos colonos alemães e sua fixação naquelas terras. Problematizar-se-á igualmente as principais motivações que levaram os grupos heterogêneos de germânicos a migrar, retornando às configurações dos territórios teutos na Europa à época do êxodo populacional. Serão também apresentadas as

principais características culturais deste contingente populacional em Petrópolis e algumas das associações comunitárias por eles desenvolvidas.

No quarto capítulo deste trabalho, “Identidade cultural teuto-brasileira, aculturação e formulação das identidades culturais na pós-modernidade”, serão apresentados os conceitos de identidade cultural, etnicidade, aculturação e assimilação, entrelaçando-os aos grupos de germânicos que adentraram o país durante os séculos XIX e XX. Será discutido o seu isolamento frente à sociedade brasileira e as principais investidas em prol de seu caldeamento. Por fim, serão apresentadas as atuais formulações identitárias dos descendentes de germânicos, reforçadas pelas novas concepções de identidade cultural na modernidade tardia.

O quinto capítulo, “A preservação da cultura teuto-brasileira em Petrópolis e o produto editorial por demanda”, dedica-se a elucidar os principais movimentos de resgate e preservação do patrimônio cultural teuto-brasileiro existentes atualmente em território nacional e focalizando no caso de Petrópolis. Acredita-se que, dentro destas manifestações preservacionistas, poderia ser inserida a produção de um livro por demanda, seja ele didático ou de arte.

2 O LIVRO POR DEMANDA

O conceito de *demanda* pode ser definido como a necessidade que determinado grupo ou pessoa apresenta em relação a algum produto ou serviço, bem como prevê, através de modelos especulativos, o surgimento dessa necessidade em dado momento futuro.

Philip Kotler e Gary Armstrong, em livro intitulado “Princípios de Marketing” (2007), estabelecem os parâmetros que motivam o aparecimento da demanda. Segundo os autores, em primeira instância, devem ser percebidas as necessidades humanas, que “[...] incluem necessidades *físicas* básicas de alimentação, vestuário, abrigo e segurança; necessidades *sociais* de pertencer a um grupo e de afeto e necessidades *individuais* de conhecimento e expressão das próprias ideias e sentimentos.” (KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary, 2007, p. 4, grifo dos autores). A supressão destas carências não está limitada, portanto, a objetos físicos, podendo também haver a procura por serviços e atividades, que figuram como bens intangíveis.

A partir do momento em que as necessidades são moldadas de acordo com a personalidade individual e a cultura, elas se transformam em desejos. Estes últimos são os responsáveis por suprir as carências humanas, levando-se em consideração os gostos pessoais do indivíduo a respeito de um dado bem ou serviço, que lhe parece mais vantajoso ou satisfatório, se comparado aos demais. Quando estes desejos são atrelados de alguma maneira ao poder de compra, surge a demanda.

Deste modo, pode-se entender a demanda como sendo a procura que precisa ser suprimida. A supressão, por sua vez, acontece através de uma oferta ao mercado e, quando há diversas ofertas de produtos semelhantes, cabe ao consumidor decidir qual deles apresenta os melhores benefícios competitivos em relação aos demais. Uma das principais funções do profissional de marketing é, portanto, gerenciar a demanda por um determinado bem ou serviço e, para completar este objetivo, ele procura conhecer os níveis, a composição e a origem das demandas que, segundo Kotler e Keller (2006), existem em oito estados fundamentais: a negativa, a inexistente, a latente, a em declínio, a irregular, a plena, a excessiva e a indesejada.

Já a definição de *livro por demanda* pode ser estabelecida a partir, primeiramente, de sua classificação como sendo parte de um nicho dentro da gama de produtos editoriais existentes atualmente. Esta repartição trabalha com livros cuja produção está vinculada a uma

lacuna de mercado, que busca meios para ser preenchida. A demanda, neste caso, pode estar relacionada a uma série de variáveis, a saber: os temas, que podem abranger desde literatura até os acadêmicos; os formatos, que podem ser desde os grandes aos de bolso; a qualidade, que pode ser baixa ou alta, dependendo do projeto editorial empregado e os tipos de livro produzidos, que podem ser religiosos, profissionalizantes, de arte ou até mesmo didáticos e paradidáticos.

Neste trabalho foram escolhidos dois tipos de livro específicos que se constituem como relevantes categorias dentro do conjunto de livros por demanda², elegidos por sua expressiva participação nas vendas do mercado livreiro nacional e/ou por sua singularidade de produção. São eles o *livro didático* e o *livro de arte*.

O livro didático pode ser definido como um produto editorial de caráter pedagógico, que tem por função auxiliar o aprendizado das mais variadas temáticas relevantes ao estudante desde a sua alfabetização, funcionando como verdadeiro instrumento de ensino e apoio aos professores. No Brasil, há o Programa Nacional do Livro Didático, PNLD, com o objetivo de fornecer livros, dicionários e obras literárias às escolas públicas de nível fundamental e médio em todo o país. Essa iniciativa foi responsável por contribuir de modo contundente com as estratégias em prol da melhoria da educação e também com uma maior movimentação no mercado editorial de livros de adoção³.

Classifica-se o livro didático como sendo um tipo de livro por demanda graças à grande procura por esta categoria editorial. Essa demanda pode ser separada em duas instâncias: as compras realizadas pelo governo federal⁴, que são distribuídas às escolas públicas de toda a rede de ensino, e as compras particulares de livros didáticos, realizadas tendo-se em vista, principalmente, os alunos de escolas privadas. Segundo dados da Câmara

² Cabe-se fazer a distinção entre livro por demanda e livro com impressão por demanda: o primeiro configura-se como um grupo de temas, formatos e tipos de livro para os quais existe uma procura da coletividade; já o segundo está relacionado principalmente às iniciativas individuais que buscam formas para publicação de suas obras, tendo-se em vista a dificuldade da realização deste objetivo por meio de editoras tradicionais. Neste caso, o autor utiliza-se da impressão por demanda, processo que consiste na produção de tiragens muito reduzidas, que podem ser reimpressas, caso haja necessidade. Deste modo, pode-se dizer que o livro com impressão por demanda pode se configurar como um livro por demanda, mas o segundo não é *a priori* impresso por demanda. Neste trabalho, devido a sua pequena participação quantitativa no mercado editorial brasileiro e poucos estudos sobre o tema, optou-se por não trabalhá-lo junto aos livros de arte e didático.

³ Podem-se separar as compras de livro em dois grandes grupos: as de impulso e as de adoção. No caso das compras por impulso, o consumidor escolhe o produto que mais lhe convém, segundo seus próprios critérios. Já no caso das compras por adoção, há intermédio de alguma instituição ou pessoa. Os livros didáticos são considerados livros por adoção, posto que quem define quais serão utilizados no ano letivo são os professores ou a escola e não os pais ou os estudantes.

⁴ O governo encomenda os livros didáticos de editoras, praticando aquilo classificado por Kotler e Armstrong (2007) como *Marketing business to business* ou *Marketing B2B*.

Brasileira do Livro, presentes no artigo “Em queda livre? A economia do livro no Brasil” (2010), a comercialização de livros de adoção escolar caracteriza-se como a maior parcela de vendas do mercado do livro no Brasil. Todos os anos essa procura é reforçada, seja pelo ingresso de mais crianças nas escolas, seja pelas necessidades contínuas de revisão e ampliação dos conteúdos dos livros, motivadas pelas inovações e descobertas feitas a cada ano nas mais diversas áreas de pesquisa.

O livro didático pode ser classificado como sendo um produto de demanda irregular, quando “[...] as compras dos consumidores podem ser sazonais ou variar de acordo com o mês, a semana, o dia ou o horário” (KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane, 2006, p. 8), já que elas estão concentradas nos períodos que antecedem a chegada do ano letivo.

Já o livro de arte é aquele desenvolvido de acordo com determinados padrões estéticos e de qualidade. Em relação as suas temáticas, observa-se predominância na abordagem de assuntos culturais, sejam eles literatura, tradições, gastronomia, história de dada região ou povo, configurando-se, assim, como conteúdos que não são suficientemente explorados por outros produtos editoriais. Os livros de arte funcionam, então, como importante forma de registro das culturas locais e do patrimônio nacional, contribuindo, desta forma, com sua preservação e perpetuação.

Considera-se o livro de arte como um produto editorial por demanda, tendo-se em vista que ele visa preencher uma lacuna de mercado, seja ela fomentada pela qualidade estética do produto ou pelos temas diferenciados que nele são abordados. A partir dessa conceituação é possível averiguar que a forma de demanda apresentada por essa categoria de livros é a demanda latente, ou seja, “[...] os consumidores compartilham uma forte necessidade que não pode ser satisfeita por nenhum produto existente no mercado.” (KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane, 2006, p. 8).

Nas próximas páginas serão abordados detalhadamente os dois tipos de livro por demanda apresentados aqui.

2.1 O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático é um produto editorial de relevância cultural que atua de forma contundente no processo de ensino e aprendizagem, juntamente com outros componentes

indispensáveis, a saber: o auxílio fundamental dos professores e a utilização de material paradidático. Essa categoria de livros é amplamente utilizada, seja em salas de aula de ensino básico ou mesmo em cursos de aprimoramento, visto que ela visa transmitir conhecimentos a cerca de determinado assunto, contribuindo com a sua apreensão por parte dos alunos.

A conceituação do termo livro didático compreende-o como um objeto editorial de grande importância na formação do aluno, funcionando como verdadeiro compilador de conhecimentos, previamente julgados relevantes a essa formação. Através deste tipo de livro são transmitidos, de forma análoga, certos valores culturais e sociais aceitos pelas instituições de ensino que o empregam. Para esta pesquisa, foi adotada a definição de livro didático proposta pela pesquisadora Rosa Lydia Teixeira Corrêa em artigo intitulado “O Livro Escolar Como Fonte de Pesquisa em História da Educação” (2000), no qual este produto editorial se caracteriza como:

[...] possuidor de valores que se desejou fossem transmitidos num dado momento histórico, ao mesmo tempo em que é portador de um projeto de nação a ser construído por meio da educação escolar. Entende que esse tipo de material faz parte do universo da cultura escolar residindo aí a importância da sua utilização para a compreensão das práticas escolares no interior das instituições educativas ao longo da história da educação. (CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira, 2000, p. 11)

O livro paradidático, por sua vez, não deve ser considerado mero sinônimo de livro didático, tendo-se em vista as diferenças constitutivas em ambos os seguimentos. A confusão em torno dos termos deve-se, principalmente, ao fato de essas duas categorias trabalharem de forma conexa, a fim de promoverem uma melhor recepção e apreensão dos conteúdos que se pretende transmitir. No entanto, enquanto o livro didático apresenta-se como o material mais usual e determinante no cotidiano escolar dos estudantes, o livro paradidático caracteriza-se como aquele que possui a função de auxiliar a aprendizagem das temáticas propostas pelos livros didáticos, aprofundando-as. No caso da aquisição, por exemplo, do hábito de leitura, a presença dos livros de literatura infanto-juvenil, que são considerados paradidáticos, configura-se como uma estratégia essencial.

A origem do livro didático está fortemente relacionada com a cultura escolar e parte das teorias sustenta que sua procedência remonta à Grécia Antiga, no entanto, determinar quando ele surgiu com exatidão é uma tarefa que pode induzir a erros. Em contrapartida, pode-se definir quando uma parcela mais significativa da população passou a ter contato efetivo com algumas manifestações impressas imbuídas com o objetivo de ensino, ainda que

em sua configuração mais primitiva. Isto ocorreu à época do Renascimento, mesmo antes da invenção da prensa de tipos móveis, quando a preocupação com a formação de leitores aumentou. Num primeiro momento, os estudantes produziam seus próprios cadernos de texto (RODRIGUES; FREITAS, 2007).

O trabalho dos monges copistas, que monopolizavam o acesso aos livros e, conseqüentemente, o acesso ao conhecimento neles inculcido, foi gradativamente sendo substituído pela utilização da prensa de Gutenberg, que transformou os livros nos primeiros produtos fabricados em série (RODRIGUES; FREITAS, 2007). No entanto, deve-se notar que esta popularização proporcionada pela inovação tecnológica não ocorreu tão velozmente quanto se possa acreditar. Mesmo assim, ela ainda foi fundamental por garantir importantes avanços na profusão e difusão de saberes.

O livro didático sofreu diversas alterações ao longo da história, bem como os demais produtos editoriais, impulsionadas pelo advento de invenções tecnológicas e por novas formas de pensamento. Foi apenas em meados do século XIX, que o livro didático passou a assumir um papel de maior evidência na aprendizagem e política educacional, tornando-se repositório de valores científicos.

2.1.1 O livro didático no Brasil

Segundo o pesquisador Laurence Hallewell (2005), os primeiros livros escolares publicados em território nacional foram impressos pela Imprensa Régia. Tratava-se mais de uma tentativa de suprir as necessidades do insipiente mercado brasileiro, tendo-se em vista que as importações de suplementos da Europa foram interrompidas graças às guerras napoleônicas, do que parte de um projeto educacional direcionado. Desse modo, tão logo o câmbio foi retomado, a produção de livros didáticos no Brasil estagnou-se e durante anos nada relevante foi desenvolvido: parte devido ao tamanho do mercado que era bastante reduzido e parte porque as técnicas de ensino empregadas na época quase sempre dispensavam a utilização de livros.

A existência de poucos livros escolares desenvolvidos levando-se em conta os aspectos vernáculos, como as condições espaciais, sociais e culturais, configurava um fator de atraso ao desenvolvimento educacional brasileiro. Foi apenas a partir da metade do século

XIX que algumas tipografias nacionais passaram a se ocupar com a produção de livros didáticos encomendados por autores locais (HALLEWELL, 2005).

O mercado ainda era pequeno, quando um importante editor estabelecido no país se interessou pela produção de livros didáticos: “Baptiste Garnier se tornou o primeiro editor a envidar um verdadeiro esforço para atender às necessidades de livros escolares brasileiros e assumir risco comercial por sua iniciativa.” (HALLEWELL, Laurence, 2005, p. 216). Garnier publicou obras de diversos autores nesse segmento, sendo o mais relevante deles Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, cuja maioria dos títulos era destinada às escolas de nível básico, que ao menos nas províncias mais ricas, já haviam alcançado melhores condições de educação elementar, a ponto de estabelecerem um mercado de livros viável.

De acordo com Hallewell (2005), apesar dos esforços e avanços obtidos por Garnier, a primeira editora a se especializar na produção de livros didáticos no Brasil foi a Francisco Alves. A principal razão pela escolha deste nicho de mercado foi justamente a constatação do livreiro e editor homônimo do aumento na capacidade de vendas dos livros escolares. O mercado expandiu-se devido a um avanço no sistema educacional brasileiro: nos fins do Império, apesar dos progressos alcançados pela economia cafeeira, o sistema educacional estava estagnado; foi quando parte dos lucros das lavouras foi utilizado como recurso para promover a implantação de melhorias na educação.

A editora rapidamente destacou-se no mercado editorial brasileiro e segundo dados obtidos por Hallewell (2005), em meados de 1890, ela quase conquistou o monopólio do setor nacional de livros didáticos. Esta conquista foi devida a uma combinação de dois fatores: o primeiro era a compra de firmas concorrentes (e com ela o ganho de direitos de edição de diversos títulos) e, em segundo, a prática de tiragens maiores, o que barateava os custos e dificultava a compra de livros nas empresas rivais.

No processo de desenvolvimento desse nicho editorial no Brasil, diversos outros empreendimentos de editores foram fundamentais para que o livro didático ganhasse as formas que possui hoje em dia. Mas não apenas à iniciativa privada o livro deve seus modos de ser: boa parte de sua lógica atual é devida às interferências estatais tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, como será visto a seguir.

2.1.2 Iniciativas federais na produção do livro didático

No Brasil, tradicionalmente, as escolas tem a liberdade de escolher os livros didáticos que usarão durante o ano letivo, sendo esta decisão na maior parte dos casos feita a partir de uma lista prévia de títulos aprovados pelas secretarias de educação. Essa política e algumas outras referentes ao livro escolar no Brasil foram sendo incorporadas após uma série de iniciativas governamentais. A primeira política de controle da produção e circulação do livro didático no país foi instaurada por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, quando foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, a CNLD. Desde essa primeira lei até os dias atuais, a regulamentação do livro escolar sofreu diversas alterações.

Embora a criação da CNLD fosse pioneira em âmbito nacional, a comissão gerou críticas em relação ao seu funcionamento, sendo concebida uma nova lei em 1945, a nº 8.460 de 26 de dezembro de 1945, que determinava as condições atualizadas de produção, importação e utilização do livro escolar no Brasil.

Em 1966, foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático, a COLTED, que possuía duas funções primordiais: a primeira era a de coordenar as tarefas de desenvolvimento e produção dos compêndios escolares e a segunda obrigação era a de promover a distribuição gratuita de livros didáticos a milhares crianças que não possuíam condições para adquiri-los. Esta comissão funcionava por meio da seleção dos títulos, a partir de consulta prévia feita aos professores e às obras já existentes no mercado. Os selecionados eram, então, distribuídos aos docentes, para que fosse realizada uma avaliação de seu conteúdo e, após esta estar completa e devidamente encaminhada ao governo, a escola recebia quantidades variáveis de livros que seriam emprestados aos seus alunos. Segundo Hallelwell (2005), nos fins de 1969 já haviam sido distribuídos 5.874.320 livros através da COLTED.

A COLTED foi absorvida pelo Instituto Nacional do Livro, o INL, em 1971, quando o segundo ficou responsável por desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental, conhecido como PLIDEF. Tanto a COLTED quando o INL foram extintos pelo governo, ficando a Fundação Nacional do Material Escolar, a FENAME, encarregada de gerir o PLIDEF (HALLEWELL, 2005).

Os programas governamentais relativos ao livro didático continuaram sofrendo alterações até que fosse estabelecido o Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, a partir do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, atualmente em vigência. As mudanças colocadas em prática a partir do PNLD, em relação ao PLIDEF, foram avaliadas pela pesquisadora Célia Cassiano (2007). Segundo ela, os aspectos mais relevantes foram:

- a) O término da compra do livro descartável, ou seja, o governo não compraria mais livros que contivessem exercícios para serem feitos no próprio livro, para possibilitar a sua reutilização por outros alunos em anos posteriores. Sendo assim, o governo passou a comprar somente livros não-consumíveis [...];
- b) A escolha do livro didático passou a ser feita diretamente pelo professor;
- c) Distribuição gratuita às escolas públicas e sua aquisição com recursos do Governo Federal.
- d) Universalização do atendimento do programa para os alunos de todas as séries do atual ensino fundamental. (CASSIANO, Célia, 2007, p. 27)

Os livros didáticos brasileiros são, provavelmente, os produtos editoriais que mais sofreram alterações ao longo do tempo, na maior parte das vezes influenciadas por políticas governamentais e pelas leis de mercado. Segundo dados da Câmara Brasileira do Livro⁵, a categoria de livros didáticos representa a maior parcela de vendas do mercado editorial brasileiro, despontando tanto em relação às vendas direcionadas ao mercado, quanto àquelas destinadas ao governo. Outro dado relevante apresentado, desta vez pela terceira edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (2011), realizada pelo Instituto Pró-Livro, demonstra que o livro didático é o produto lido com mais frequência pelos brasileiros. A combinação dessas informações revela a importância desse nicho editorial no Brasil. Entretanto, apesar de inegável valor, o livro didático trata-se de um produto incompleto, que precisa da ação combinada de alunos e professores para realizar sua função.

A importância da adoção de livros escolares na educação de alunos é grande, justificando sua elaboração ser feita de maneira criteriosa, onde haja a combinação de um verdadeiro esforço em pesquisa com a acuidade gráfica, sempre tendo em vista a adequação às faixas etárias as quais o livro didático se destina. O objetivo destes esforços é transmitir conhecimentos, a partir da captura prévia do interesse de seu público alvo⁶.

Atualmente, um novo elemento vem ganhando espaço na tradicional tríade entre professor, livro didático e alunos: o avanço da tecnologia e sua penetração nos ambientes escolares estabeleceu novos desafios na feitura do livro didático: os alunos por vezes se desestimulam frente a obras repetitivas e desestimulantes, ao passo que a velocidade com que os novos *gadgets* penetram as salas de aula é acelerada. Hoje em dia, pensar no livro didático como difusor de conhecimento é pensá-lo também em seu contexto social face às inovações.

⁵ Dados cedidos ao artigo “Em queda livre? A economia do livro no Brasil” de Fábio de Sá Earp e George Kornis.

⁶ Alguns questionamentos são levantados em relação ao público alvo dos livros didáticos, indagando se este seria composto por docentes ou por alunos. Nesta pesquisa adota-se a noção de que o público alvo dos livros escolares é composto por ambas as categorias acima, devido à combinação de esforços por elas exercida: no primeiro caso, relativas à escolha do material e sua aplicação e, no segundo caso, sua utilização efetiva.

2.2 O LIVRO DE ARTE

As inovações tecnológicas ao longo da história constituíram-se como um fator decisivo no impulso a transformações que afetaram e afetam as esferas econômicas, políticas e sócio-culturais. Relacionando-as com a feitura do livro, pode-se perceber a influencia por elas proporcionada nos seus modos de ser de forma contundente, o que pode ser aferido desde as inovações nas formas de inscrição do texto no papel até o surgimento dos mais diversos suportes para a escrita.

As transformações sofridas pelo objeto livro fazem com que sua definição física seja amplamente discutida atualmente, de modo que o considerar unicamente como um conjunto de folhas de papel impresso, dobradas, costuradas e refiladas, contendo informações sobre um determinado assunto, negligencia todo um novo modo de se fazer e de se pensar o livro. A sua definição imaterial, contudo, se mostra mais fiel à designação deste objeto, posto que o classifica antes de tudo como um produto cultural de grande relevância social. A Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, estabelece que o livro é “[...] o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida [...]” (BRASIL, 2003).

Durante muito tempo, possuir um livro era privilégio de um grupo reduzido de afortunados. Na Idade Média, a produção dos livros envolvia o emprego do trabalho manual: eles eram manuscritos e ricamente trabalhados em ilustrações e arabescos em volta das páginas, peculiaridades estas que faziam com que cada exemplar fosse diferente do outro. O longo tempo de produção aliado à raridade dos exemplares explicava os altos custos de fabrico e, conseqüentemente, de aquisição.

A invenção da prensa de tipos móveis pelo alemão Johannes Gutenberg, no século XV, revolucionou o modo como os livros eram fabricados: a partir de então, eles poderiam ser reproduzidos em número muito maior e com um tempo de produção muito menor do que os livros copiados à mão, o que significava redução de custos. Os preços mais baixos contribuíram para tornar este objeto cultural mais acessível às “massas”, disseminando não apenas o produto físico, como também o conhecimento e o saber nele embutidos.

Entretanto, apesar do avanço proporcionado pela prensa, o livro impresso coexistiu com o livro manuscrito durante décadas. Além disso, ele continuou durante muito tempo preservando as características do livro copiado à mão, seja através da diagramação do texto ou através dos espaços em branco deixados, a fim de serem preenchidos com ricas iluminuras. Foi apenas com o passar dos anos, que o livro impresso acabou adquirindo seus próprios modos de ser, gerando uma evolução no quesito gráfico: na contramão daqueles que objetivavam assemelhar-se aos livros manuscritos, surgiram livros desenvolvidos levando-se em conta o novo aparato tecnológico que vinha sendo empregado, criando, assim, o que pode ser chamado de arte tipográfica, incorporando uma série de soluções e técnicas na fabricação do livro.

O papel das ilustrações também se modificou com a nova estruturação dos livros: se antes elas se equiparavam em importância com o próprio texto, nesse momento, elas passam à categoria de adorno do escrito. Segundo Catarina Knychala (1980), uma nova configuração entre texto e imagem foi estabelecida através da alternância rítmica e harmoniosa entre cada um dos dois elementos, no lugar de páginas ornamentadas ostensivamente. O surgimento de novas técnicas de impressão das imagens no papel, como a gravura a talho doce, a litografia e a xilografia de topo, que substituíram o trabalho de um desenhista ou pintor obra a obra, contribuiu com a redução dos valores de produção do livro.

Este, então, passou a ser produzido aliando baixo custo a uma boa qualidade gráfica, elementos que combinados motivaram a sua “vulgarização” e popularização, afinal, possuir um livro não era mais privilégio de um grupo restrito, já que o adquirir estava ao alcance da maioria da população. A Revolução Industrial impulsionou ainda mais a fabricação dos livros, diminuindo exponencialmente seus custos e acelerando a sua produtividade. A competitividade em torno do mercado livreiro foi, então, acirrada, surgindo no mercado toda sorte de livros.

A disseminação desse produto fez emergir nos fins do século XIX, no entanto, um movimento reverso, que pretendia trazer de volta algumas práticas empregadas no fabrico do livro artesanal, como alternativa ao impresso. Surgiu, assim, uma nova categoria de livros diferenciados, com forte apelo visual e boa qualidade gráfica, destinados àquelas pessoas que apreciavam o livro como um objeto artístico, aos bibliófilos e até mesmo aos autores e editores das obras: os livros de arte e/ou livros de luxo⁷. O conceito de livro de arte adotado

⁷ O surgimento dos livros de luxo aconteceu na mesma época em que foram criados os primeiros livros de arte, no entanto, cada um dos dois reserva para si algumas características editoriais fundamentais, não devendo eles,

neste trabalho é o apresentado pela autora Catarina Knychala, em dissertação intitulada “O livro de arte brasileiro” (1980):

Livro de arte [é] aquele que se apresenta como um objeto com valores estéticos tais como boa qualidade e beleza do papel, dos caracteres tipográficos e da encadernação, arquitetura e diagramação harmoniosa e não necessariamente ilustrado; mas se contiver ilustrações, serão consideradas não só as ilustrações feitas com processos manuais, como a xilogravura, a gravura em metal, a litografia e a serigrafia, como também fotografias artísticas e reproduções por processos fotomecânicos. (KNYCHALA, Catarina Helena, 1980, p. 4)

Rômulo Pereira (2008, p. 2), em seu artigo “Livro de arte: contribuições ao projeto de livro no Brasil”, amplia essa definição alinhando-a aos avanços tecnológicos incorporados na fabricação dos livros de arte: “Neste objeto, o vocabulário visual e gráfico se expande, a tradição se renova, incorporando materiais e técnicas atuais, propiciando exemplos de soluções projetuais comprometidas com a qualidade.” Assim como ocorrera anteriormente com o desenvolvimento das técnicas de produção do livro com a criação da prensa, o livro de arte sofrerá alterações impulsionadas por novos avanços tecnológicos, mantendo, no entanto, a característica perene de alto padrão editorial combinado ao apelo estético.

A conceituação deste termo, entretanto, não caracteriza uma unanimidade, tendo-se em vista que ele é rotineiramente empregado como equivalente a outros tipos de livro, como o livro de artista, o livro de luxo e o livro de artes, imputando em alguns sentidos paralelos aos adotados por este trabalho. Para fins de aprimorar o entendimento do tema, algumas diferenciações foram instituídas, a partir do estabelecimento de definições a propósito desses outros produtos editoriais.

A definição de livro de artista adotada nesta pesquisa foi proposta por Annateresa Fabris e Cacilda Teixeira da Costa (1985, p. 3), curadoras da exposição “Tendências do Livro de Artista no Brasil”, que produziu um catálogo homônimo. O livro de artista é aquele fabricado na maioria das vezes pelo próprio artista, documentando performances e trabalhos conceituais e, segundo elas, seria um objeto que: “[...] constitui um veículo para ideias de arte, uma forma de arte em si, apresentando pouca ou nenhuma relação com as monografias, os livros-museu imaginário, as edições de luxo [...], os álbuns de gravura, de reproduções, etc.”; já o livro de luxo é aquele que se caracteriza principalmente pelo emprego de matérias-primas de alta qualidade, não apresentando uma definição relacionada com o conteúdo do mesmo,

portanto, serem considerados sinônimos. Embora um livro de luxo possa se constituir como um livro de arte nem todo livro de arte configura-se com edição de luxo.

que pode variar de acordo com os interesses do fabricante e do consumidor e tampouco uma forte preocupação com os valores estéticos e tipográficos que nele são empregados, resultando por vezes em livros caros, mas não obrigatoriamente bem conceituados graficamente; por último, o livro de artes. A confusão neste caso é devida à terminologia muito semelhante entre os dois produtos editoriais, no entanto, o livro de artes propõe-se a falar da arte em si e de seus produtos, exposições, obras, movimentos, não se configurando necessariamente como um objeto artístico, diferentemente do livro de arte, que se preocupa com os valores estéticos empregados no seu feitio.

De todo modo, compete-se dizer que essa confusão apresentada entre os produtos editoriais classificados acima e o livro de arte pode ser devida tanto à terminologia quanto ao fato de os três poderem se constituir como livros de arte, se assim for desejado. Para isso, eles precisam apresentar conceitos estéticos de tipografia e ilustração claros, além da boa qualidade de impressão e papel. O que fundamentalmente quer dizer que eles podem vir a ser livro de arte, mas o livro de arte, assim como conceituado neste trabalho, não é *a priori* um livro de luxo, de artista ou de artes.

2.2.1 O livro de arte no Brasil

Os primeiros livros de arte brasileiros foram produzidos a partir da década de 30 do século passado. Estes pioneiros no cenário livreiro nacional apresentavam características que se alternavam de editora para editora, mas se podem perceber algumas que eram comuns entre elas, como as tiragens reduzidas, que eram distribuídas entre poucas pessoas, o papel especial, a impressão manual e a grande participação de artistas no desenvolvimento do objeto livro, seja em seu planejamento ou na produção de ilustrações.

No panorama nacional foram surgindo importantes iniciativas relacionadas com a produção do livro de arte, dentre as quais se merece aludir, devido a sua importância e pioneirismo, à *Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil*.

A Sociedade foi fundada em 1943 por um grupo de cem colecionadores, homens com grande influência e empresários, que se uniu com o objetivo de financiar economicamente a fabricação de livros especialmente projetados que, depois de finalizados, eram apresentados em tiragens exclusivas e sofisticadas. A associação publicou 23 títulos, com edições cuidadosamente trabalhadas, sempre utilizando papéis especiais, em tiragens precisas de cento

e vinte exemplares (dos quais cem eram distribuídos entre os membros da sociedade e os vinte restantes eram enviados para bibliotecas de referência no mundo todo), mesclando textos bem escolhidos com ilustrações de importantes artistas brasileiros da época, como Cândido Portinari, Iberê Camargo, Darel Carybé, entre outros (MATTOS, 2009).

A influência que estas obras surtiram na fabricação de outras por parte de diferentes iniciativas⁸ de sociedades e de editoras e o êxito por elas alcançado, afere que a precursora Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil transformou o financiamento de livros em uma idéia na qual os esforços em investir compensariam (MATTOS, 2009). No início da Sociedade, o financiamento na produção dos livros de arte não poderia ser comparado com as práticas de patrocínio tal como são realizadas hoje em dia no cenário livreiro do Brasil, posto que ele não visava, como condição fundamental para sua existência, o exercício de uma auto publicidade, fenômeno este que será estudado de forma mais detalhada nas próximas páginas. No entanto, em 1965, o sócio-fundador Castro Maya reuniu-se com a iniciativa privada para projetar um livro que obtivesse patrocínio, dando o primeiro passo naquilo que se constituiria adiante como uma complexa rede de marketing especializada em patrocínio cultural.

Com o passar dos anos, o livro de arte foi sofrendo modificações e se adequando de acordo com a época e com as técnicas empregadas em sua fabricação, adquirindo e assumindo pouco a pouco as peculiares fundamentais que apresenta hoje em dia. Peculiaridades estas que são tanto da ordem de sua produção, estando relacionados aqui o projeto gráfico, os temas abordados e a tiragem, quanto da ordem das estratégias propagandísticas envolvidas em seu planejamento, relacionando desta vez a sua distribuição, público alvo, comercialização e objetivos de marketing pretendidos por parte das empresas envolvidas em seu feito.

O livro de arte brasileiro constitui-se atualmente desse emaranhado de variáveis que dialogam entre si e se afetam mutuamente, não devendo estas características, portanto, serem pensadas separadamente, mas sim como elementos participantes de um conjunto maior, que é este produto editorial específico. Seguem abaixo as principais características encontradas no livro de arte do Brasil.

Fundamentalmente, ele se diferencia dos demais pelo seu projeto gráfico arrojado. Este elemento articula uma série de outros que, por sua vez, atrelados, promovem a unidade

⁸ Merecem também ser relacionadas nesta pesquisa, três iniciativas projetadas no cenário nacional, no que tange ao livro de arte. São elas: *O Gráfico Amador*, criado por um grupo de intelectuais recifenses, a *Philobiblion*, criada pelo poeta Manuel Segalá e a *Alumbramento*, empreendimento de Salvador Monteiro. Todas as três, juntamente com outras mais, contribuíram de modo efetivo, especialmente nos quesitos estéticos, para a constituição do que viria a ser o livro de arte brasileiro.

visual do projeto. No caso do livro de arte, pode-se observar a predominância do uso de papel de boa qualidade (a exemplo do Canson, Ingrés, Fabriano, Marais, entre outros), tanto no miolo quanto na capa, que normalmente apresenta papéis com uma gramatura maior. O corte e o refilamento acontecem em formatos variados, embora possa ser notada uma preferência por formatos maiores do que os usuais no mercado brasileiro. A respeito das famílias tipográficas, elas variam de acordo com o projeto gráfico de cada livro, podendo ser empregadas com vários usos: como forma de continuidade do texto e das ilustrações, bem como quebra conceitual entre o paradigma texto e imagem. A impressão também é de boa qualidade e, no caso das imagens, que na maior parte das vezes estão presentes nesses livros e tem um papel muito importante em sua feitura, procura-se reproduzi-las com a melhor categoria possível (KNYCHALA, 1980). O texto também exige certo apuro⁹, existindo inclusive algumas edições bilíngües. E, por fim, o acabamento destes livros é sempre rebuscado e sofisticado, fazendo jus a todo o projeto.

Outra questão importante é referente aos temas apresentados nestes livros. Eles estão, em sua maioria, relacionados com a cultura, abordando desde assuntos referentes à literatura, à gastronomia, às artes e ao turismo, até temáticas fundamentais para a preservação da identidade e patrimônio nacional, como história regional e resgate de tradições e costumes. Este produto editorial, embora possua tiragem reduzida, funciona como um importante meio de preservação e documentação das histórias nacionais e regionais, posto que ele aborda temas que possuem poucos registros (MATTOS, 2009).

A tiragem dos livros de arte é uma das características que funcionam de modo conjunto aos outros elementos apresentados anteriormente. No Brasil, ela é geralmente reduzida e limitada, tanto em termos numéricos quanto em se tratando de sua circulação. Isto é devido principalmente ao refinamento das edições, incluindo-se neste quesito os altos padrões gráficos escolhidos. Esses padrões elevam o custo deste produto editorial e comprometem a sua aquisição por parte de um público mais abrangente, de poder aquisitivo menor. No entanto, cabe-se esclarecer aqui que possuir uma tiragem pequena não é pré-condição para o livro ser classificado como livro de arte, decorre que essa é uma particularidade encontrada em grande parte dos livros de arte em circulação no mercado brasileiro atualmente.

⁹ A produção de bons textos que garantam informações precisas e coesas dentro dos livros de arte é fundamental para que ele passe da categoria de apenas um livro belo ou álbum de ilustrações, para um livro comprometido com o resgate de tradições e costumes, figurando como importante registro da história e fundamental na preservação do patrimônio nacional.

O design do projeto funciona, então, como um agregador entre esses vários elementos (soluções gráficas e tema), capaz de dialogar com as variáveis expostas acima e propor uma unidade ao novo livro ou, se assim se desejar, propor-lo cheio de rupturas. De um modo ou de outro, o conjunto desses elementos explica, em grande parte, a classificação de um livro como sendo um produto editorial de arte.

Em relação às estratégias propagandísticas envolvidas no planejamento dos livros de arte brasileiros, percebe-se no cenário atual uma tendência pela procura de patrocínio cultural de empresas que se apóiam na Legislação Federal em busca de incentivos fiscais. Esta característica, que é uma das mais relevantes na fabricação desse produto editorial, dialoga com outras, a saber, a distribuição e a comercialização desses livros. No próximo tópico serão abordadas as questões de marketing institucional e sua principal vertente na produção dos livros de arte, o marketing cultural, além da legislação vigente de incentivo à prática cultural no Brasil e os benefícios e problemas referentes a essa prática.

2.2.2 Marketing Cultural e Leis de Incentivo

Segundo os especialistas em marketing Philip Kotler e Kevin Keller (2006), o termo marketing pode ser definido como sendo a ferramenta responsável pela execução de duas funções primordiais: a primeira é a de identificar as necessidades humanas e sociais do grupo de seu interesse e a segunda é a de satisfazê-las ou, por meio de suas próprias palavras, “[...] marketing é um processo social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam por meio da criação, da oferta e da livre troca de produtos e serviços de valor com outros.” (KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane, 2006, p. 4). A fim de realizar os objetivos estabelecidos pelo programa de marketing, o profissional desta área deve conhecer o seu público alvo, seus gostos, vontades e costumes ao máximo, de modo que os bens ou serviços ofertados sejam tão adequados a esses clientes, que a comercialização deles seja feita sem que se requeiram maiores esforços de venda.

A nova configuração mercadológica fez com que a visão tradicionalista de mercado, que aceitava a ideia de que um bem produzido de acordo com determinados padrões de qualidade venderia por si mesmo, perdesse força. De acordo com Kotler e Keller (2006), as empresas que acreditavam nesta visão têm mais chance de sucesso em mercados pouco infiltrados, onde há escassez de bens e os consumidores não podem exigir altos níveis de

qualidade, a exemplo do que acontece com a venda de itens de primeira necessidade em alguns mercados emergentes. No entanto, com o desenvolvimento dos mercados e o aumento da competitividade, relacionada com a existência de várias empresas ofertando um mesmo tipo de produto, o consumidor adquiriu um maior poder de escolha sobre as suas compras e o modelo tradicional sofreu defasagem significativa. Neste novo cenário, além da qualidade do bem de consumo, são valorizados, na captação do interesse do consumidor, os diferenciais competitivos apresentados pelas diversas marcas, estando eles relacionados aos preços, promoções, locais de venda, entre outros.

Se por um lado, a evolução da lógica comercial estabeleceu uma maior competitividade por parte das empresas, que passaram a buscar estratégias alternativas para se aproximarem cada vez mais de seu público alvo, por outro, a sociedade passou a “exigir” dessas companhias mais comprometimento com questões de preservação ambiental e apoio ao desenvolvimento sócio-cultural das comunidades onde estão inseridas (KOTLER; KELLER, 2006). Essa responsabilidade social caracteriza-se como um diferencial da marca, num momento em que os consumidores não mais estão à procura apenas de produtos de qualidade, mas, principalmente, buscando marcas fortes e comprometidas, que dialogam conceitos de fidelização de clientes e comunicação integrada de marketing.

É neste panorama que surge o marketing institucional: uma modalidade de marketing preocupada em criar uma imagem positiva da marca, fortalecendo laços de lealdade, segurança, credibilidade, qualidade, consciência social e confiança para com a mesma, por parte de seus fornecedores, distribuidores, clientes e clientes em potencial, aumentando, assim, o seu valor intangível, mostrando que a preocupação das empresas não está apenas em vender bens e serviços, mas também em proporcionar ao cliente aquilo que ela possui de único e singular em relação às concorrentes.

O marketing institucional é um mecanismo que engloba uma série de atividades conexas, como o marketing comunitário, o marketing esportivo e o marketing cultural¹⁰, por exemplo. Este último tem sua atividade profundamente relacionada com as práticas de patrocínio¹¹ cultural e é realizado por empresas que não possuem como finalidade última a venda de um produto ou serviço cultural.

¹⁰ No Brasil, “O que se convencionou a chamar de marketing cultural é, na verdade, patrocínio cultural ou *Arts Sponsorship*. Nesse enfoque, refere-se à prática das empresas de patrocinar atividades culturais, associando seu nome ou marca a um evento de caráter sociocultural.” (COSTA, Ivan. 2004, p. 35).

¹¹ Cabe-se aqui distinguir a ação filantrópica da patrocinadora. Na primeira, não há intenção de alcançar nenhum benefício por parte da empresa que realiza a contribuição, ao contrário do que acontece na segunda.

O patrocínio é uma importante estratégia dentro do *mix de marketing*, configurando-se através do suporte financeiro a algum projeto ou organização, por meio ou não de isenção fiscal, recebendo como retorno a possibilidade de exploração comercial da atividade patrocinada. Desta forma, o consumidor entra em contato com a marca, mas não por meio das formas mais agressivas de propaganda e, sim, através de uma exposição positiva das iniciativas sociais da empresa.

A produção de livros de arte no Brasil está intimamente ligada às práticas de patrocínio adotadas por empresas privadas, que podem desde contribuir com a fabricação de livros que possuem uma temática relacionada com as suas atividades, até mesmo na produção daqueles que não possuem nenhuma conexão direta com a companhia em questão. O simples fato de ela auxiliar no desenvolvimento desses livros, que possuem um apuro estético acentuado, gera empatia por parte do público com a entidade patrocinadora, reforçando o valor da marca e a sua imagem.

Apesar de o Estado brasileiro atuar como incentivador e produtor cultural, ele não consegue suprir a demanda de apoio que existe por parte das instituições culturais e sociais. Por esta razão, surgiram leis que estimulam as empresas a investirem na produção cultural nacional. Esta atitude, no entanto, não significa dizer que o Estado absteve-se de assumir suas responsabilidades em relação à preservação e à divulgação da cultura brasileira: seu papel está muito mais relacionado com o fomento e estímulo ao surgimento de iniciativas que tem como prerrogativa o resgate das tradições e a comunicação das mais diversas formas de artes, do que o de decidir quais são aquelas que merecem ser divulgadas.

A legislação de incentivo à cultura se tornou tão determinante na produção cultural nacional, que se pode afirmar, não fosse a participação da iniciativa privada no apoio a projetos deste cunho, muitos deles simplesmente não encontrariam subsídios para sua realização. Respaldadas em leis federais, estaduais ou mesmo municipais, as empresas conseguem patrocinar importantes projetos e garantir dois benefícios relevantes: o primeiro é a isenção fiscal que advém dessa prática e o segundo é a oportunidade de atrelar seu nome a uma ação preocupada com o bem estar social, o que contribui para reforçar o posicionamento positivo da marca perante seu público.

A pioneira em âmbito nacional foi a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que dispunha sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda, concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Popularmente conhecida como Lei Sarney, esta iniciativa configurou-se como um importante avanço nas políticas de incentivo à produção cultural do país, no

entanto, ela não previa o acompanhamento ou sequer a aprovação de projetos por parte do governo, sendo seu aspecto liberal o mais criticado. A lei foi revogada em 1990, em consequência da aplicação do Plano Collor.

Em 23 de dezembro de 1991, em substituição à Lei Sarney, foi instituída a Lei nº 8.313, reconhecida como Lei Rouanet, que estabeleceu as bases para as políticas de incentivo cultural praticadas no Brasil até hoje. Diferentemente da primeira, o governo designou que todos os projetos culturais fossem submetidos à aprovação prévia do Ministério da Cultura. Deste modo, apenas as iniciativas que recebem o respaldo do governo podem contatar empresas privadas interessadas em patrociná-las, por meio de renúncia fiscal. Outra modificação importante estabelecida pela Lei Rouanet em relação a sua antecessora foi o aumento do percentual de desconto do imposto de renda, que passou de 2% para 5%, aumentando, conseqüentemente, o número de empresas que conseguem patrocinar estes projetos.

No Brasil, existem outras leis de fomento à produção cultural nas esferas estaduais e municipais, vigentes hoje em dia. Além destas, que funcionam como complemento à Lei Rouanet, foi instaurada em âmbito nacional outra, conhecida como a Lei do Audiovisual, criada com o objetivo de incentivar a execução de “[...] projetos audiovisuais cinematográficos de produção independente e projetos da área audiovisual cinematográfica de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica”. (COSTA, Ivan, 2004, p. 124).

Apesar de a criação destas leis ter significado um importante avanço na produção cultural brasileira, existem críticas em relação a sua aplicabilidade. No caso da Lei Rouanet, essas objeções são feitas a partir de questões fundamentais estabelecidas por ela própria em seu texto, como, por exemplo, o poder que é conferido às empresas, que recebem o direito de decidir o que deve ou não ser patrocinado. Caso se considere que o dinheiro investido em projetos patrocinados é o mesmo que deixa de ser arrecadado em impostos pelos cofres públicos, uma participação mais efetiva do governo deve ser estudada. Outra contradição está relacionada com as motivações dos patrocínios por parte da iniciativa privada, que geralmente está mais envolvida com a eficácia de suas estratégias de mercado do que com o produto cultural em si, chegando, inclusive, a patrocinar eventos e produtos direcionados a um público restrito, de poder aquisitivo elevado e não carente de iniciativas como estas para “consumir” a cultura nacional. Por fim, outra importante consideração está relacionada à concentração geográfica dos projetos: apesar de eles serem aprovados em todas as regiões do país, há predominância daqueles que se encontram no eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

No caso específico dos livros de arte a crítica se mantém: muitos dos projetos apoiados resultam em livros bastante relevantes sobre a cultura local, mas sua distribuição nem sempre condiz com as necessidades de consumo cultural das populações mais interessadas nas temáticas desses livros, que, por vezes, são entregues a um grupo seletivo de privilegiados, sem ao menos existir a preocupação efetiva em se distribuir alguns exemplares para bibliotecas de referência no país. Já em relação àqueles que são comercializados, mesmo tendo eles recebido incentivo prévio para sua produção, chegam às livrarias a preços que inviabilizam sua aquisição por boa parcela da população.

Essas ressalvas às leis de incentivo cultural geram debates que influenciam na criação de propostas para sua revisão. Um novo projeto de lei conhecido como “Procultura”, que substituiria a Lei Rouanet, sanaria em boa parte as problemáticas apresentadas. No entanto, enquanto ele ainda não recebe aprovação, cabe-se dizer que o incentivo à produção de livros de arte é uma das principais formas de preservação das culturas regionais, que se constituem como parte fundamental do que configura o patrimônio nacional. Sem o incentivo, ainda que ele resulte em algumas disparidades, muitas temáticas que não se caracterizam como *best-sellers* não encontrariam meios para sua produção e estariam fadadas ao (quase) esquecimento.

2.3 O LIVRO POR DEMANDA E A TRADIÇÃO GERMÂNICA EM PETRÓPOLIS

A cidade serrana de Petrópolis, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, deve grande parte de seu progresso ao estabelecimento de famílias germânicas nas suas terras em meados século XIX, com a finalidade de constituírem uma colônia agrícola nos arredores do palácio de veraneio da Família Imperial. Este grupo populacional abandonou a Europa com destino ao Brasil, mas trouxe consigo referentes culturais apreendidos em sua pátria natal, correspondentes à religião, ao idioma, à vestimenta, à gastronomia, aos hábitos sociais e recreativos, enfim, diversas particularidades que, em território brasileiro, sofreriam influências do meio, adaptando-se e se transformando de acordo com a nova realidade.

Os alemães que emigraram para o Brasil nos últimos dois séculos desenvolveriam, portanto, uma identidade cultural única perante os nativos brasileiros e também frente aos teutos que permaneceram em terras européias ou mesmo àqueles que se destinaram a outros países. Resguardando-se as dessemelhanças observadas entre a colônia de Petrópolis com

outras de estados sulistas, pode-se dizer que existia uma cultura teuto-brasileira similar à população de ambos os locais, sendo esta marcada por uma origem comum e pelo processo de colonização que os germânicos empreendiam no país.

Deste modo, não obstante as investidas assimilacionistas vivenciadas por este contingente populacional no Brasil, a tradição germânica apresenta-se como uma temática substancial para Petrópolis, fundamental na constituição da sua cultura e em seus modos de ser. Os desdobramentos que se sucederam na cidade distinguem-na de outros municípios fluminenses, como também daqueles que se estabeleceram a partir das antigas colônias germânicas no Sul do país. O desenvolvimento de produtos culturais com este gancho caracteriza-se como uma importante maneira de preservar esta tradição, perpetuando-a as gerações futuras. No caso particular do livro e, ainda mais especificamente, do livro por demanda, algumas possibilidades podem ser executadas.

Em se tratando de um livro didático, este assunto pode ser trabalhado conjuntamente à disciplina de história, fornecendo aos estudantes um respaldo sobre a formação da própria cidade e os aproximando de um escopo que lhes é familiar, a fim de preservar a identidade local. Já trabalhando com o livro de arte, a temática da cultura germânica em Petrópolis também encontra meios para sua viabilidade, tendo-se em vista esse produto trabalhar assuntos de relevância para a cultura regional, que na maioria das vezes não apresentariam grandes vendas, tornando pouco vantajosa financeiramente a sua fabricação segundo outros modos de produção.

Nos próximos capítulos desta pesquisa serão apresentados o contexto da colonização germânica em Petrópolis, as especificidades da identidade étnica teuto-brasileira (desde sua formulação até a pós-modernidade) e os movimentos em prol do resgate e transmissão das tradições alemãs na cidade, dentro dos quais poderia ser inserida a produção de um livro por demanda, seja ele didático ou de arte. Acredita-se que, a partir de então, será reforçada não apenas a viabilidade da execução de projetos editoriais com esta temática, como também a necessidade e a demanda existente para sua concretização.

3 COLONIZAÇÃO GERMÂNICA EM PETRÓPOLIS

O reconhecimento das terras brasileiras por elementos de origem germânica¹² data da chegada das primeiras naus portuguesas aqui. No entanto, foi apenas no início do século XIX que grupos teutos estruturaram-se para emigrar com destino ao Brasil, estabelecendo aqui tanto colônias baseadas nas pequenas propriedades, quanto fornecendo sua força laboral à elite latifundiária, através do sistema de parceria. A chegada destes indivíduos não apresentou as proporções observadas nos Estados Unidos da América¹³, contudo, foi contínua e gradativa, tornando-se responsável por emprestar singularidades sócio-econômicas e culturais aos lugares para os quais se destinou.

O Sul do país começou a ser ocupado de modo sistemático por imigrantes alemães a partir de 1824. No entanto, apesar dos números expressivos observados naquela região, o processo de colonização alicerçado nos grupos germânicos não se limitou às fronteiras daqueles estados, podendo ser observado em outras localidades do Brasil como, por exemplo, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

O presente capítulo destina-se a elencar as forças responsáveis pela colonização teuta em Petrópolis e os hábitos sócio-culturais desenvolvidos por estes imigrantes na referida localidade. Com este objetivo serão descortinados os principais eventos ocorridos na região, dentro do recorte temporal que segue desde os antecedentes históricos à formação do povoamento até a instalação e adaptação dos colonos alemães naquelas terras.

3.1 ANTECEDENTES DA POVOAÇÃO DE PETRÓPOLIS

Localizada a somente 65 quilômetros da capital fluminense, através de uma estrada sinuosa incrustada nas montanhas, situa-se a cidade de Petrópolis. Oriunda da ação conjunta de importantes líderes da época com a contribuição braçal e cultural dos imigrantes germânicos que lá chegaram em 1845, o povoamento que deu origem a este município deveu

¹² Neste trabalho, adotam-se os termos *germânico*, *alemão*, *teuto* e suas nuances para designar aqueles grupos populacionais que adentraram o Brasil entre os séculos XIX e XX, tornando-se responsáveis pela colonização de faixas de terra consideradas devolutas no Sul do país e, no que tange a esta pesquisa, pela construção de Petrópolis. Apesar das especificidades de cada uma das terminologias, todas as três são usualmente utilizadas para referenciar este povo.

¹³ Os motivos que impediram com que a migração germânica para o Brasil tivesse assumido as mesmas proporções observadas nos Estados Unidos da América serão abordados no item 3.2 deste capítulo.

grande parte de seu desenvolvimento às condições geográficas estratégicas de onde ele estabelecer-se-ia, como será abordado nas próximas páginas.

As primeiras incursões feitas pelos portugueses em território brasileiro datam de poucos anos após sua chegada nestas terras. Essas expedições eram realizadas com o objetivo de reconhecer quais eram as principais riquezas naturais passíveis de exploração existentes no Brasil. As primeiras campanhas corresponderam à região da costa oceânica, mas, pouco tempo depois, começaram a ser realizadas incursões pelo interior fluminense. Alguns registros¹⁴ que remontam à década de trinta do século XVI fornecem indícios de que neste período houve o primeiro contato estrangeiro com a região onde mais tarde seria fundado o povoado de Petrópolis, localidade primordialmente habitada pelos índios Coroados. No entanto, como não houve maiores interesses exploratórios naquele local, durante décadas ele permaneceu praticamente inabitado, tendo início apenas em meados do século XVIII o seu processo de ocupação.

Apesar da falta de interesse por parte do governo luso nas características naturais da serra petropolitana, a principal motivação à povoação da região no entorno do vale do rio Piabanha¹⁵ foi justamente o desenvolvimento de uma atividade extrativista relacionada, porém, com as riquezas minerais das terras vizinhas de Minas Gerais, que se destacavam cada vez mais pela exploração aurífera. Essa atividade, que representou um dos mais importantes ciclos econômicos brasileiros, trouxe consigo a necessidade do estabelecimento de uma rota mais segura e rápida para o escoamento das pedras preciosas, que deveriam seguir desde as jazidas até o porto do Rio de Janeiro. A localização deste novo trajeto influenciaria determinantemente o futuro de Petrópolis.

O deslocamento pelo *Caminho Velho*, primeira via oficial de escoamento das riquezas mineiras e principal utilizada até então, era demorado e, conseqüentemente, dispendioso. Segundo Rabaço (1985), o percurso seguia através da combinação de intervalos terrestres e marítimos: inicialmente partia-se por terra seguindo o curso do rio Paraíba do Sul, localizado próximo à região das minas, depois se penetrava São Paulo em meio a trechos cercados de mata virgem até se alcançar o porto de São Vicente, de onde partiam as embarcações destinadas à capital fluminense. Todavia, a preocupação com a eminência de saques em alto

¹⁴ Segundo o pesquisador Henrique José Rabaço (1985), um destes registros é referente ao diário de navegação do explorador Martins Afonso de Souza, escrito no ano de 1531. Nele há menção da descoberta de uma região repleta de berilos, localizada serra acima. Estes cristais eram bastante comuns no atual bairro Mosela, na altura que recebeu a alcunha “Pedras Brancas”. Devido a essa semelhança de características, alguns historiadores sustentam a hipótese de que houve reconhecimento das terras petropolitanas ainda no século XVI.

¹⁵ Principal rio de Petrópolis, entorno do qual a cidade se desenvolveu.

mar motivou a abertura de um atalho que encurtasse o trajeto marítimo. A partir de então, cortava-se o vale do rio Paraíba do Sul na altura de Taubaté e se seguia para o porto de Paraty, onde começava o trecho náutico. No entanto, a intensificação das atividades relativas ao ciclo do ouro requereu a construção de uma nova via, ainda mais segura e curta.

A nova via, projetada pelo sertanista Garcia Rodrigues Paes, aproveitava as antigas trilhas abertas pelos índios. Através dela se atravessava o município de Paty do Alferes até se alcançar o porto do rio Pilar, já na Baía de Guanabara. Este novo trajeto, apesar de mais curto que o anterior, ainda não garantia as condições pretendidas pelo governo português em relação à segurança e à rapidez, por se tratar de um percurso bastante acidentado. O *Caminho Novo* (ver figura 1), como ficou popularmente conhecido, recebeu, então, um atalho por onde se aproveitava o vale do rio Piabanha, berço da futura Petrópolis. Este atalho, que recebeu a alcunha de *Caminho da Serra da Estrela*, foi projetado e desenvolvido pelo sargento-mor Bernardo Soares de Proença, sendo concluído no ano de 1725. Através dele, a viagem das minas ao porto do Rio de Janeiro não apenas se tornou mais segura, como foi encurtada em vários dias, transformando-o no único caminho oficial de escoamento das riquezas (RABAÇO, 1985).

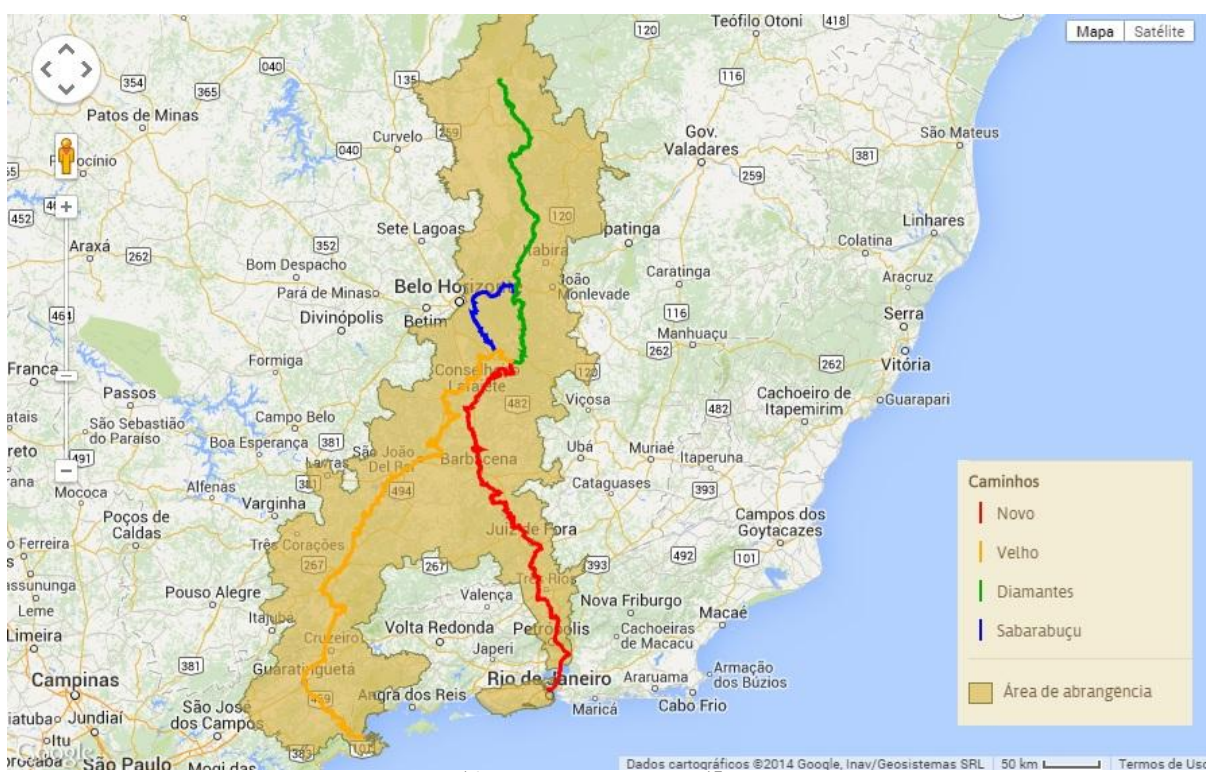


Figura 1: Caminhos da Estrada Real¹⁶. Fonte: Adaptado¹⁷ de mapa disponível no portal Instituto Estrada Real. Disponível em: <<http://www.estradavirtual.com.br/>>. Acesso em 15/10/2014.

¹⁶ O Caminho dos Diamantes e de Sabarabuçu eram percorridos pelos viajantes do Caminho Novo e do Velho.

¹⁷ Este mapa trata-se de um aparato interativo disponível em área restrita para inscritos dentro do portal Instituto Estrada Real. Nele é possível escolher dentre opções de configurações, como hospedagens e atrativos, cujas

A passagem da rota oficial do ouro pela serra fluminense impulsionou significativamente o desenvolvimento da região: objetivando aprimorar a segurança na estrada, a ocupação das localidades circunvizinhas foi priorizada. Com esta finalidade foi adotada a concessão de sesmarias, que acontecia através do firmamento de uma espécie de contrato entre os sesmeiros¹⁸ e os responsáveis pelo povoamento, estando os últimos diretamente vinculados ao governo lusitano. De acordo com Rabaço (1985), o privilégio de usufruir das terras era recebido em troca da prestação de serviços por parte do beneficiado, cujas principais obrigações eram de manter preservada a Estrada Real da Serra da Estrela e proporcionar abrigo e alimentação para os transeuntes que seguiam na rota do ouro. O desmembramento de algumas sesmarias deu origem a importantes fazendas como a do Córrego Seco, a de Itamarati e a de Samambaia, que mais tarde tornar-se-iam relevantes núcleos populacionais e econômicos de Petrópolis.

A exploração aurífera nas Minas Gerais, atividade que representou um dos mais importantes ciclos econômicos do país, foi responsável por uma série de mudanças no cenário nacional. Uma delas foi o deslocamento do eixo comercial do Nordeste para a região Centro-Sul do país e a consequente transferência da capital brasileira de Salvador na Bahia para São Sebastião do Rio de Janeiro, o que aconteceu no ano de 1763. A vinda da Família Real portuguesa e seu séquito para o Brasil em 1808, fugindo dos efeitos que as guerras napoleônicas impunham à sociedade européia, também influenciou decisivamente na configuração social, cultural e econômica da nova capital brasileira e das localidades que a circundavam. Após a chegada da corte portuguesa a estas terras, uma das medidas adotadas foi justamente a elevação da cidade do Rio de Janeiro à capital do Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

A proximidade da Serra da Estrela com a capital do reino português configurou-se como outro fator determinante para seu desenvolvimento econômico e social. As fazendas localizadas na região prosperavam tanto por meio dos serviços prestados aos tropeiros que seguiam na rota do ouro, quanto através do fornecimento de suprimentos à corte no Rio de Janeiro. Entre essas propriedades merece-se destacar, em virtude da contribuição econômica por ela promovida na região, a Fazenda do Padre Correia. Devido à habilidade de seu administrador, a herdade tornou-se conhecida pela produção agrícola e pela fabricação de

localizações ficam realçadas no referido mapa. Para melhor enquadramento nesta pesquisa, ele fora adaptado aos conteúdos abordados neste trabalho, retirando-se as informações adicionais turísticas.

¹⁸ O termo pode ser empregado tanto significando aquele quem dividia as sesmarias, quanto aquele que recebia as terras.

ferraduras, ambas sendo escoadas no mercado carioca. Outro fator que contribuiu com a sua reputação está relacionado às boas condições de abrigo fornecidas pela propriedade, sendo estas últimas responsáveis por transformarem-na também em hospedagem, utilizada tanto pelos viajantes das minas, quanto por autoridades da época, inclusive pelo jovem príncipe regente (RABAÇO, 1985).

Segundo Rabaço (1985), membros da Família Real se hospedaram na Fazenda do Padre Correia em diversas ocasiões, mesmo após a Proclamação da Independência, fosse em virtude de longas viagens ou devido a recomendações médicas. O clima tropical de altitude e o fato de a região ser cercada por Mata Atlântica garantiam as condições geoclimáticas necessárias para transformarem aquele local em um refúgio à insalubridade e calor registrados na cidade do Rio de Janeiro, que à época era afligida por epidemias.

As passagens pela referida fazenda suscitaram no, agora, imperador do Brasil o interesse de estabelecer naquelas terras uma residência de veraneio, como alternativa aos palácios da Quinta da Boa Vista e da Fazenda de Santa Cruz. Pode-se afirmar que as condições climáticas favoráveis e a sua localização próxima à capital contribuíram efetivamente na escolha da *Serra Acima do Inhomirim*, como era conhecida na época, como local da construção do futuro palácio de verão da Família Imperial.

A pretensão inicial de D. Pedro I e sua esposa, Dona Amélia, era de adquirir a bem sucedida Fazenda do Padre Correia. A oferta foi, no entanto, declinada pela irmã do pároco, que já havia falecido. Todavia, ela aconselhou o imperador que ofertasse às terras vizinhas, constituintes da Fazenda do Córrego Seco.

Em 1830, a Fazenda do Córrego Seco passa oficialmente à propriedade imperial de D. Pedro I, que a rebatiza como Fazenda da Concórdia. Nela, seria construído um palácio homônimo, a partir do projeto elaborado pelo tenente de engenheiros Pedro José Pezerat. A obra, no entanto, nunca chegou a sair do papel: em 1831, o imperador D. Pedro I, cedendo às pressões portuguesas, retorna à Europa, poucos meses após a aquisição do terreno. No Brasil permanece o jovem D. Pedro II, que receberia a propriedade através de herança¹⁹, após o falecimento de seu pai no ano de 1834. Neste momento a propriedade recebe a alcunha de *Fazenda Imperial de Petrópolis*.

¹⁹ De acordo com Rabaço (1985), quando foi feito o inventário dos bens de D. Pedro I ficou constatada a contração de algumas dívidas por parte do monarca. Estas dívidas resultaram na penhora da Fazenda do Córrego Seco a credores. No entanto, o governo brasileiro conseguiu a aprovação para sanar as dívidas pendentes, liberando judicialmente a fazenda, que foi entregue como presente ao jovem imperador D. Pedro II, em 1840.

Apesar da morte de D. Pedro I, o desejo de se edificar na Região Serrana uma residência distante dos problemas da corte na capital foi perpetuado: influenciado e apoiado pelo engenheiro e mordomo da Casa Imperial Paulo Barbosa da Silva, D. Pedro II decidiu concretizá-lo. O projeto inicial da construção do suntuoso Palácio da Concórdia, entretanto, foi preterido em favor de outro, com custos mais baixos de execução, embora ainda segundo padrões arrojados para uma residência de veraneio.

Proposto por Paulo Barbosa, o novo projeto para construção do palácio imperial foi aceito pelo imperador D. Pedro II e, então, através de decreto assinado em 16 de março de 1843, a Fazenda do Córrego Seco é arrendada ao major de engenheiros Júlio Frederico Koeler, para que ali fossem estabelecidas as demarcações da futura residência imperial, de uma igreja e de um cemitério, além da delimitação dos terrenos que seriam aforados a particulares, para que assim fosse erigida uma povoação. Desta maneira ficaram estabelecidas as condições básicas necessárias para a colonização da Fazenda Imperial, estando sob responsabilidade de Koeler a direção da colônia agrícola.

Os antecedentes históricos à formação de Petrópolis, especialmente relacionados às condições geográficas e climáticas da localidade de seu estabelecimento, são capazes de explicar parte dos motivos que levaram ao progresso da região: a localização estratégica limítrofe ao Caminho Novo, rota oficial de escoamento das riquezas minerais brasileiras; o clima ameno que dificultava a infestação de doenças serra acima, em contraposição às altas temperaturas registradas na cidade do Rio de Janeiro, especialmente no verão; a proximidade com a capital e a facilidade de acesso à mesma são características que, aliadas à influência de D. Pedro II, Paulo Barbosa e Júlio Koeler, contribuíram com o desenvolvimento do que, anos mais tarde, se tornaria a cidade de Petrópolis.

3.2 ARREGIMENTAÇÃO DOS COLONOS GERMÂNICOS

Julius Friedrich Koeler, alcunha de batismo de Júlio Frederico Koeler, nasceu em 16 de junho de 1804 na cidade de Mogúncia, pertencente à época ao Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt. Filho de Georg Ludwig Koeler com Elise Amelung, ele ainda jovem teve passagem pelo Exército Prussiano, de onde se desvincularia em 1825.

No ano de 1828, Koeler parte da Europa com destino ao Brasil, após ser contratado pelo major Schaeffer para compor o quadro de oficiais do Exército Brasileiro e do Imperial

Corpo de Bombeiros. Apenas dois anos depois, no entanto, foi afastado da corporação, quando foi assinado o decreto²¹ que dispensava todos os oficiais estrangeiros não naturalizados. Nesse momento, Koeler é contratado para a realização de obras públicas. Um destes empreendimentos foi, justamente, a execução de aprimoramentos no Caminho Novo, na altura que seguia desde o Porto da Estrela até a cidade Paraíba do Sul, em 1837.

Enquanto o major de engenheiros Koeler comandava as melhorias na referida estrada, aportou no Rio de Janeiro um navio de nome *Justine* (1837). A tripulação era composta por um grupo de 238 imigrantes de origem germânica que se dirigia para Sidney, na Austrália. Descontentes com as condições de viagem que enfrentavam, os passageiros solicitaram o encurtamento da mesma, forçando a parada em terras brasileiras. Koeler, notificado sobre o assunto, solicitou ao Governo Provincial autorização para empregar algumas destas famílias nas obras do Caminho Novo, que se transformaria em uma via carroçável, recebendo, então, a nova alcunha de *Estrada Normal da Serra da Estrela*.

Segundo Rabaço (1985), os imigrantes trabalharam no projeto durante o período de três meses. Findo o prazo, alguns se estabeleceram na Fazenda do Itamarati, configurando uma das primeiras experiências de colonização na localidade. O segundo grupo de teutos que decidiu fixar residência na região, contribuindo com o projeto de construção da Vila Imperial, era composto por estrangeiros que já moravam no Rio de Janeiro, entre eles o próprio Koeler. Apenas a terceira leva²² de imigrantes alemães correspondia àqueles contratados efetivamente para o projeto da Povoação Palácio Petrópolis.

A qualidade dos serviços prestados ao Governo Provincial pode ter sido o fator condicionante da escolha de Koeler para ocupar a função de arrendatário da Fazenda Imperial de Petrópolis. Uma vez sob esta responsabilidade, objetivando o cumprimento daquilo disposto no Decreto de 16 de março de 1843, foi acordado que seria instaurada no vale do rio Piabanha uma colônia agrícola, baseada na concessão de prazos de terra aos encarregados de povoar a região. A opção pela mão-de-obra branca, livre e estrangeira para realização do referido empreendimento em pleno Brasil escravagista não pode ser analisada como mera coincidência ou fruto da casualidade, mas sim como estratégia consequente e consoante com as novas problemáticas de ordem econômica e cultural que se impunham à sociedade brasileira.

²¹ Decreto 20 de dezembro de 1830.

²² Houve também uma quarta leva de imigrantes germânicos destinada à região, lá chegando em 1857, estando estes incumbidos da construção da Estrada União Indústria, que liga Petrópolis à Juiz de Fora.

A escravidão teve início no país tão logo foi iniciado o processo de exploração das riquezas nacionais por parte dos portugueses que, primeiramente, tentaram a subordinação das comunidades indígenas locais. Pouco tempo depois, os interesses lusos convergiram na busca por negros da costa africana, com a finalidade de que estes assumissem o papel de escravos, atuantes não apenas nos latifúndios brasileiros, como também exercendo atividades nas minas, nos serviços domésticos, no setor de comunicações e transportes, além de uma série de outros ofícios. Neste regime, os escravos não eram considerados cidadãos, podendo ser classificados como sujeitos alienados de seus direitos básicos e submetidos a uma aristocracia de fazendeiros e criadores brancos. Além destas duas camadas, havia uma terceira composta por homens livres, arrendatários, comerciantes, de todo modo também dependentes da elite latifundiária, camada que compunha quase a totalidade da classe dominante tanto na esfera política, quanto na intelectual brasileira.

Em meados do século XIX, o Brasil ainda vivia sob as prerrogativas do regime escravagista, uma das principais heranças do sistema colonialista. À época, acreditava-se que interferir em seu funcionamento traria graves consequências na engrenagem brasileira, tendo-se em vista a suposta dissociabilidade entre avanços econômicos e manutenção de privilégios com a utilização de mão-de-obra escrava (OBERACKER JR., 1985b).

Nesta conjuntura, a contratação da mão-de-obra livre e imigrante para o sistema de colonização baseado na propriedade de pequeno porte, o que faria emergir uma nova camada social independente da aristocracia latifundiária e de seus ditames, era visto como uma ameaça aos poderes da elite vigente. Deste modo, seria pouco provável que houvesse incentivo à prática, tampouco impulso interno à abolição da escravatura.

O impulso à abolição ultrapassaria as fronteiras nacionais, tendo influência marcante da Inglaterra industrializada: uma das moedas de troca à cooperação com a Independência do Brasil foi justamente a proibição do tráfico negreiro para cá destinado, o que deveria acontecer até o ano de 1830. Apenas duas décadas após o prazo previsto é que medidas efetivas em prol da coibição da prática foram adotadas, entretanto, os senhores de engenho já haviam começado a cogitar sobre as possibilidades de substituição da massa africana por outra força de trabalho.

Segundo o historiador Carlos Oberacker Jr. (1985b), uma das soluções encontradas foi justamente a absorção do elemento europeu no trabalho rural. Através do que ficou conhecido como *sistema de parceria*, o imigrante vinculava-se ao dono da terra por meio de um contrato, durante o tempo que fosse necessário para a quitação das dívidas contraídas com o fazendeiro

em virtude de sua contratação, como despesas de viagens e outros encargos necessários à fixação do estrangeiro em solo brasileiro. Com o tempo, a lapidação dos contratos ampliou as responsabilidades desses trabalhadores em relação ao seu senhorio, imputando, inclusive, aos primeiros a obrigação do pagamento dos débitos adquiridos por seus familiares em caso de óbito. Esta articulação foi pensada tendo-se em vista oferecer aos imigrantes europeus condições que não divergiam obstinadamente de um sistema com modos análogos à escravatura, já que esta tinha prazo para ser extinta.

Avaliando-se os motivos que levaram à contratação dos imigrantes europeus e seu papel na sociedade brasileira da época, os mesmos assumiriam, perante a elite dominante, a posição de meros instrumentos de trabalho e não de elementos disseminadores de cultura.

Dessa forma, conseguiram os fazendeiros, através do sistema de parceria, emprestar à nova imigração européia um sentido muito diverso daquele pretendido por José Bonifácio, pelo major Schaeffer e pela imperatriz D. Leopoldina e seu consorte. Para eles, a imigração era um problema cultural. Os colonos teutos tinham a finalidade da colaboração para assegurar a independência no setor econômico, servindo de exemplo para os nativos, sugerindo-lhes algo de novo. Também proporcionariam garantias, nas regiões estrategicamente ameaçadas, com o aumento da população nas zonas demograficamente fracas, e formando, ainda, uma classe média social, que faltava. Os círculos dos fazendeiros tinham transformado a questão da imigração numa questão de ‘braços’, uma questão de sucedâneo para os escravos, e de manutenção, ou melhor, de garantia do seu domínio de classe. (OBERACKER JR., Carlos H., 1985b, p. 257)

Ainda de acordo com Oberacker (1985b), o raciocínio dos grandes fazendeiros em relação à função conferida aos estrangeiros dentro da engrenagem nacional fez surgir na Europa um sentimento adverso de descrédito à migração. Algumas regiões, incluindo as de influência germânica, promulgaram dispositivos que proibiam ou dificultavam as ondas emigratórias²³ para o Brasil, o que impediu com que as mesmas tomassem as proporções massificadas que foram observadas nos Estados Unidos.

Apesar dos entraves observados em alguns pontos do país, pertinentes à oposição formal dos grupos latifundiários, foi estabelecido, especialmente no Sul, o modelo de colonização por meio da concessão de pequenas propriedades aos imigrantes brancos. O combinado entre região demograficamente desfavorecida e a quase inexistência da casta dos grandes proprietários na localidade foi o principal fator que permitiu com que a prática fosse adotada naquelas paragens. Esta forma de absorção do contingente populacional europeu, em

²³ Tendo-se em vista apresentar um panorama geral das condições de chegada dos alemães em Petrópolis, serão apresentados no próximo tópico deste capítulo os principais motivos que levaram os teutos a emigrar.

contraponto ao conferido pelo sistema de parceria, permitiu o aproveitamento de diversas características singulares dos grupos colonizadores, como religião, hábitos, costumes e cultura, nos modos de ser dos lugares para os quais se destinaram.

A experiência de colonização baseada no aforamento de prazos de terra aos imigrantes de origem européia que se sucederia na localidade da futura cidade de Petrópolis pode ser considerada resultante da emergência das problemáticas debatidas anteriormente. A escolha pela força braçal germânica, no entanto, configurou uma opção pessoal do major Koeler, hipótese sustentada pelo historiador Jorge Copello em dissertação intitulada “Emigrantes alemães e a sua inserção no processo de formação da Povoação-Palácio de Petrópolis (1845 – 1886)” (2009), a qual foi adotada por esta pesquisa.

Para a arrematação dos colonos²⁴ que fariam parte do povoamento, foi firmado um contrato, por intermédio de Caldas Viana, à época presidente da Província do Rio de Janeiro, e de seu sucessor, Aureliano Coutinho, com a Casa Delrue & Cia, de Dunquerque. De acordo com os termos fixados na transação, deveriam ser contratados 600 colonos, além de suas respectivas mulheres, aptos a exercerem variadas funções. Quanto à nacionalidade dos colonos, especificava-se que estes poderiam ser portugueses, belgas, franceses, italianos, alemães, espanhóis ou suíços. No entanto, conforme observado anteriormente, o recrutamento destes trabalhadores ocorreu em terras germânicas, ficando centralizado na região montanhosa do Hunsrück, subordinada à época ao Reino da Prússia.

Segundo afirma Copello (2009), a escolha pelos alemães do Hunsrück não poderia ser apoiada nos vieses de natureza comercial ou naqueles relativos à qualificação de trabalho especificada no contrato: no que tange ao primeiro ponto, poder-se-ia argumentar que a escolha foi pensada objetivando-se a maximização dos lucros. No entanto, a localização remota utilizada para realização da propaganda de emigração em face às demais alternativas situadas mais proximamente, o que acarretou em aumento de custos, inclusive para o transporte dos emigrantes até Dunquerque, desfaz esta possibilidade. No que concerne ao segundo aspecto, poder-se-ia refutá-lo com base na falta de indícios asseguradores de que a localidade escolhida caracterizava-se como um centro aglutinador de mão-de-obra especializada.

Condenando os supracitados cenários, surge, então, a hipótese de que a agenciadora Casa Delrue & Cia fora deliberadamente orientada a buscar colonos hunsrückers para

²⁴ O Governo Provincial, além da contratação dos imigrantes destinados à Petrópolis, promovia a vinda de estrangeiros para o Rio de Janeiro, objetivando utilizar sua força laboral em obras públicas.

trabalharem no empreendimento comandado pelo major de engenheiros Koeler, povoando a Fazenda do Córrego Seco. A principal motivação desta “exigência” seria o lugar de origem dos imigrantes, semelhante ao do próprio Koeler (COPELLO, 2009).

Para que seja possível traçar um perfil destes colonos, buscando-se compreender suas condições de chegada à Província do Rio de Janeiro e as influências carregadas consigo durante o trajeto até o Brasil, faz-se necessário estabelecer um paralelo com as condições as quais eles estavam submetidos em sua terra natal, igualmente com as motivações que os levaram a emigrar. No próximo subitem serão discutidas, de modo sintético, estas problemáticas.

3.2.1 Circunstâncias da migração alemã no século XIX

Em 1800, a Alemanha era um império decrépito, formado por centenas de insignificantes principados, cidades livres e estados eclesiásticos e aristocráticos, que desde 1512 ostentara o impressionante título de Sacro Império Romano-Germânico. Voltaire sarcasticamente comentou que ele não era nem santo nem romano, e certamente não era grande coisa como império. Quanto a germânico, a palavra na época não significava muita coisa. (KITCHEN, Martin, 2013, p. 19)

A configuração dos territórios germânicos assemelhava-se a uma colcha de retalhos, de onde não emanava uma formatação nacional única, dada as diferenças constitutivas de cada uma das regiões abraçadas por uma base linguística e uma origem similar. No que concerne à relevância dos estados teutos, ela encontrava-se polarizada entre os reinos da Áustria e da Prússia, sendo que o último nem mesmo compunha o Sacro Império Romano Germânico.

No início do século XIX, no entanto, a configuração das terras consideradas alemãs sofreria grande impacto com o avanço das tropas revolucionárias francesas. Em 1806, o mapa da região que hoje compreende a Alemanha seria completamente redesenhado pelo líder francês Napoleão Bonaparte, que extinguiu o Sacro Império e fez surgir a Confederação do Reno, um conglomerado entre reinos meridionais e ocidentais, cuja criação pretendeu neutralizar o poder da Áustria e da Prússia (KITCHEN, 2013).

A ocupação francesa na região, juntamente com seus ideais, trouxe consigo consequências tanto aos territórios onde ela foi efetiva, quanto aos adjacentes. A Prússia, por

exemplo, articulou uma reforma agrária moderada, além de ter implantado reformas militares e educacionais. De acordo com Kitchen (2013), a primeira transformação libertou os camponeses dos últimos resquícios do sistema feudal, lançando os fundamentos necessários para o estabelecimento da industrialização na região.

As guerras napoleônicas e a sua influência direta no mundo ocidental foram interrompidas após a derrota das tropas francesas no ano de 1815, em Waterloo. A nova configuração territorial européia seria decidida, então, no Congresso de Viena, que ocorreria ainda em mesmo ano. Na conferência foi elaborada a Liga Alemã: baseando-se principalmente na utilização do idioma alemão, a associação política e econômica era composta por 35 estados independentes e quatro cidades livres. Segundo Kitchen (2013, p. 52), o acordo fixado em Viena “[...] proporcionou estabilidades, mas as sementes de um futuro conflito já tinham sido plantadas. Ele ocasionou um longo período de paz, mas não pôde conter as forças democráticas e nacionalistas que a ameaçavam.”.

Sucedeu-se à criação da Liga Alemã um expressivo aumento populacional nas regiões de influência germânica, motivado por um combinado de fatores que incluíam melhores condições de higiene; avanços na medicina; melhorias na nutrição; inexistência de grandes epidemias, como as observadas nos séculos anteriores; e com a decisão consciente dos casais de terem mais filhos (KITCHEN, 2013).

Nesta época, a agricultura ainda representava a principal atividade econômica exercida no território alemão. A incorporação de técnicas mais modernas de trabalho, assim como a utilização de novo maquinário, o aprimoramento nos métodos de reprodução animal, o aumento das terras destinadas às atividades agrícolas e uma nova mentalidade na administração das fazendas são fatores que juntos tornaram-se responsáveis pela expansão da produção. Assomando-se aos avanços supramencionados houve um *boom* populacional no período, o que desvalorizou o valor da mão-de-obra do camponês germânico, obrigando a parcelas desta categoria recorrer à caça e ao armazenamento de lenha, ambas as atividades ilegais na época.

Já em relação à articulação entre a recente industrialização no território teuto e a expansão demográfica, observou-se um verdadeiro remanejamento nas pequenas e grandes cidades. No entanto, a absorção de contingentes populacionais maiores nas atividades industriais só pode ser conferida a partir da metade do século XIX.

Foi somente em 1850 que a expansão industrial começou a oferecer oportunidades de emprego significativas, não apenas nas fábricas, mas

também na construção civil e nos transportes. Nessas condições, a emigração era a única válvula de escape. Houve 21.500 emigrantes registrados na década de 1820, 145.100 na década de 1830 e 585.400 na década de 1840. Mas eles eram em sua maior parte artesãos e operários: os mais pobres não tinham como pagar o preço da passagem. (KITCHEN, Martin, 2013, p. 73)

Conforme abordado acima, as camadas mais baixas da população não possuíam a alternativa de emigrar para tentar fugir das novas configurações sociais e econômicas que se impunham à população alemã da época. A possibilidade era conferida principalmente aos segmentos intelectualizados da classe média ou aos grupos de artesãos, que passaram a enfrentar uma competição desigual com os produtos industrializados produzidos na região. Aos artífices foi legada a escolha²⁵ de se aquiescerem e engrossarem a categoria do proletariado industrial ou de emigrarem em busca de localidades onde ainda pudessem exercer seus ofícios originais.

A propaganda que fomentava a migração para o Novo Mundo representava uma possibilidade de ascensão social para os grupos que viam sua função dentro da nova engrenagem econômica germânica relegada a falta de perspectivas. Consoante às conjunturas que vinham sendo desenhadas, a emigração advinda daquelas regiões assumiria proporções ainda maiores ao passo que em os avanços nos modos de produção iam sendo implantados.

No que concerne à migração dos teutos para construção de Petrópolis, intermediada pela Casa Delrue & Cia, fora oferecido aos futuros colonizadores empréstimos em dinheiro, porções de terra para serem cultivadas, além da possibilidade de continuarem exercendo seus ofícios. De tal modo, no dia 28 de abril de 1845²⁶, partiria de Dunquerque com destino ao Brasil o brigue *Virginie*: primeira embarcação de um total de 13, que transportava aqueles responsáveis pelo povoamento e colonização da antiga Fazenda do Córrego Seco.

3.3 CHEGADA DOS COLONOS À FAZENDA IMPERIAL

Em 13 de junho de 1845, após 45 dias de viagem a bordo do *Virginie*, seus tripulantes chegaram à província do Rio de Janeiro. Neste brigue foram transportados 161 colonos que, depois de permanecerem dez dias em Niterói, foram acomodados no Arsenal de Guerra da

²⁵ Ainda houve um terceiro grupo de artesãos, constituinte de uma parcela menor, que permaneceu em território alemão produzindo artigos de luxo destinados aos segmentos mais abastados da população, porém a maioria foi forçada a emigrar ou a trabalhar nas nascentes indústrias.

²⁶ Alguns relatos apontam que a embarcação zarpu de Dunquerque no dia 17 de abril de 1845, ao invés do dia 28 de abril do mesmo ano.

Corte, onde receberam a visita do imperador D. Pedro II. De lá, seguiram o trajeto em faluas até o Porto da Estrela, ponto a partir do qual se iniciava o caminho terrestre. Fazendo parada na Fábrica de Pólvora existente na rota, os primeiros colonos germânicos chegaram à Fazenda Imperial de Petrópolis no dia 29 de junho de 1845²⁷, data que é comemorada no calendário local como o Dia do Colono.

Nos meses subsequentes, aportaram na província sucessivas levas de imigrantes destinados ao projeto de Koeler. Após a pioneira, 12 embarcações seguiram a mesma rota em 1845, a saber (por ordem cronológica de chegada no porto do Rio de Janeiro): *Marie*, em 20 de julho com 169 colonos; *Leopold*, em 21 de julho com 225 colonos; *Curieux*, em 24 de julho com 190 colonos; *Agripina*, em 25 de julho com 210 colonos; *Marie Louise*, em 26 de julho com 217 colonos; *Jeune Leon*, em 11 de agosto com 170 colonos e três crianças nascidas durante a viagem; *George*, em 26 de agosto com 208 colonos; *Mary Queen of Scott*, em 1º de setembro com 210 colonos; *Daniel*, em 7 de setembro com 171 colonos; *Odin*, em 7 de setembro com 182 colonos; *Pampas*, em 16 de outubro com 137 colonos e *Fryen*, em 8 de novembro com 68 colonos.

Do número total de imigrantes aliciados pela Casa Delrue & Cia na região do Hunsrück, alguns não concluiriam o objetivo inicial de fixarem residência nas terras da futura Petrópolis. Relatórios oficiais atentam para o falecimento de 56 pessoas antes mesmo da chegada ao Brasil e de outras 19 no período compreendido entre o desembarque e a chegada na Fazenda do Córrego Seco. Houve também o número aproximado de uma centena de colonos que solicitou autorização para prosseguir viagem para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e duas dezenas de pessoas que preferiram estabelecer-se no Rio de Janeiro. A maioria, mais de 2.100 colonos, no entanto, prosseguiu para o projeto da colônia agrícola em Petrópolis.

Faz-se necessário atentar para a quantidade de imigrantes germânicos trazida pela agenciadora de Dunquerque, superior ao previsto: o objetivo era a contratação de apenas 600 colonos trabalhadores e suas respectivas mulheres legítimas, caso fossem casados. Se houvesse filhos destas uniões, eles poderiam embarcar juntamente aos seus pais, desde que fossem maiores de cinco anos e menores de 15. No entanto, a tradução da documentação para

²⁷ A Comissão do Centenário de Petrópolis foi criada com o propósito, dentre suas outras finalidades, de decidir quando foi efetivamente fundada Petrópolis. Entre as datas que disputavam o feito estavam 13 de março de 1843, quando foi assinado o decreto de arrendamento da Fazenda do Córrego Seco, e 29 de junho de 1845, data da chegada dos primeiros colonos teutos à referida propriedade. Ambos os momentos representaram importantes feitos na história local, no entanto, a escolha recaiu sobre a primeira data.

língua local ampliou a concepção de casais para famílias²⁸, de tal modo que também acompanhariam na viagem os parentes consanguíneos, como tios, avós, cunhados e primos. Uma vez em solo brasileiro, foram destinados à Fazenda Imperial, onde receberam seus respectivos prazos de terra.

Quando Koeler foi escolhido para a função de arrendatário da Fazenda Imperial de Petrópolis pelo Decreto Imperial de 16 de março de 1843, ele também ficou incumbido da realização de algumas funções análogas, entre elas, a obrigatoriedade do levantamento da planta da futura povoação e a delimitação dos prazos de terra que seriam entregues aos colonos vindos da Europa. A distribuição geoespacial dos diversos elementos constitutivos da colônia agrária e da Vila Imperial, proposta pelo major de engenheiros, ficou conhecida como o *Plano Urbanístico de Koeler*.²⁹

Na planta adotada, o curso natural dos rios existentes na região foi priorizado na delimitação dos lotes, que, por sua vez, foram agrupados em 11 quarteirões e duas vilas³⁰, recebendo estes a acunha das regiões de origem dos imigrantes teutos, sendo eles: Nassau, Renânia Inferior, Renânia Central, Palatinado Inferior, Palatinado Superior, Westfália, Mosela, Ingelhein, Bingen, Castelânea, Siméria, além da Vila Imperial e da Vila Teresa. Em relação ao arranjo dos colonos entre os quarteirões, foram observados tanto os critérios das atividades econômicas exercidas pelas famílias, como também as interações interpessoais mantidas entre os grupos de estrangeiros.

O tamanho dos prazos dependia de sua localização dentro da planta e da futura utilização econômica do mesmo. Para tanto, foram estabelecidas categorias de lotes: primeira, segunda, terceira e quarta classe. Segundo Copello (2009), os prazos de primeira classe eram os de melhor posicionamento, posto que se situavam nas proximidades do Palácio Imperial. Por outro lado, eram os de menor superfície, sendo destinados principalmente para a corte e a

²⁸ Alguns historiadores sustentam a hipótese que a substituição do termo “casal” por “família” foi proposital, buscando a Casa Delrue & Cia obter com isto maiores lucros, tendo em vista que ela recebia a quantidade de 245 francos para cada colono trazido e metade deste valor para cada filho dentro da idade estipulada.

²⁹ Luiz Antônio Alves de Souza (1995), arquiteto membro do Instituto Histórico de Petrópolis, defende a teoria de que a planta da cidade segue o modelo culturalista de planejamento urbano, ou seja, distribuição do espaço geográfico em lotes de baixa densidade, observando-se culturalmente o conjunto constituído. Neste modelo, concentram-se no núcleo urbano os prédios públicos e principais vias, enquanto na periferia situam-se as habitações, cerceadas por área verde. Souza (1995, p. 24) afirma que o projeto de Koeler foi “[...] um verdadeiro plano urbanístico, com indicações claras de zoneamento, hierarquização viária, normas de ocupação e construção, parcelamento diferenciado, proteção ao meio ambiente, abastecimento de água e retirada de esgotos”. Para aprofundamento na temática, conferir: ALVES DE SOUZA, Luiz Antônio. Considerações sobre o plano Koeler. In: COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ. 1995, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1995. p. 21 – 25.

³⁰ Em 1854, seriam indexados outros 11 quarteirões à planta original.

burguesia, salvo alguns concedidos aos imigrantes germânicos. Já os lotes de segunda e terceira classe encontravam-se mais afastados da Vila Imperial, embora ainda no núcleo urbano da colônia. Eles tinham área maior do que os de primeira classe e sua usabilidade estava ligada ao comércio e a prestação de serviços. A diferença entre as duas categorias era referente às especificidades de construção dentro de cada uma delas. Por fim, os prazos de quarta classe eram os maiores e os mais distantes. Eles foram objetivados considerando-se o espaço necessário para as atividades agrícolas e de criação de animais, cujo excedente seria escoado no mercado local.

Encontrando-se, então, os colonos alemães devidamente loteados em seus respectivos prazos de terra, as primeiras dificuldades com relação ao cumprimento do projeto inicial puderam ser observadas. Uma delas estava relacionada à qualidade dos prazos destinados à agricultura e à pecuária de pequeno porte: os terrenos íngremes da Região Serrana somados à baixa fertilidade do solo impediram que a atividade pudesse ser realizada nas escalas pretendidas, abortando o plano inicial de implantar uma colônia agrícola na região. Acrescendo a esta adversidade o fato de que muitas pessoas (esposa, filhos, pais) dependiam dos honorários daqueles colonos efetivamente empregados nas obras públicas, a situação econômica e financeira dos imigrantes teutos na Fazenda Imperial de Petrópolis ao longo dos primeiros anos após sua chegada era delicada.

A morte acidental do major de engenheiros e projetista de Petrópolis, Júlio Koeler, em 1847 e o afastamento de Paulo Barbosa da mordomia da Casa Imperial, devido a razões políticas, assomar-se-iam aos infortúnios previamente listados, causando consequências negativas ao progresso da nascente cidade. Algumas famílias, inclusive, viram-se obrigadas a deixar a Petrópolis em busca de lugares que oferecessem maiores oportunidades. Aqueles que decidiram permanecer na região, contudo, contornaram as dificuldades iniciais, empregando-se em empresas extrativistas de madeira ou fabricando produtos manufaturados (RABAÇO, 1985).

Aos poucos a população local se recuperaria dos abalos sofridos e sua economia fortalecer-se-ia, a partir do aproveitamento das aptidões dos colonos artífices, empregadas nas atividades de comércio, prestação de serviços e da nascente indústria local. As epidemias que atormentavam o Rio de Janeiro à época contribuíram determinantemente para tornar o Palácio Imperial de Petrópolis a residência oficial de veraneio da Família Imperial, o que, conseqüentemente, incrementava as atividades econômicas daquelas paragens, posto que,

juntamente com D. Pedro II e sua família, vinham repousar em clima serrano a nobreza e a burguesia (COPELLO, 2009).

O potencial industrial da jovem Petrópolis seria fortalecido com o passar dos anos: algumas indústrias petropolitanas abertas poucos anos após a instalação dos colonos alemães pioneiros na referida localidade, desenvolver-se-iam exponencialmente, tornando-se reconhecidas além das fronteiras do estado do Rio de Janeiro, como é o caso da cervejaria fundada pelo colono germânico Henrique Kremer, a Bohemia, que galga o título de primeira fábrica da bebida no país.

3.4 ASPECTOS CULTURAIS DA NASCENTE PETRÓPOLIS

Os imigrantes germânicos contratados pela Casa Delrue & Cia para trabalharem nas obras públicas da Fazenda Imperial de Petrópolis e em sua colonização trariam consigo, além da mão-de-obra especializada necessária para o andamento da edificação do povoamento, hábitos sócio-culturais que seriam propagados em solo brasileiro. As variadas particularidades distintivas dos colonos hunsrückers tornar-se-iam os fatores condicionantes da impressão de aspectos singulares nos modos de ser da nascente colônia, tanto no que tange à sociabilidade, quanto no que se refere à economia local, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento da região. Alguns destes aspectos, como a religião, convívio social, difusão das artes e gastronomia, serão abordados nas próximas linhas com o objetivo de se identificar as práticas culturais estabelecidas nos primórdios de Petrópolis por seus colonizadores alemães.

As levas de colonos teutos dirigidas à Fazenda do Córrego Seco eram compostas apenas por indivíduos declarados cristãos, que se encontravam distribuídos entre os adeptos do catolicismo e aqueles praticantes do luteranismo, destacando-se que os primeiros apareciam em número ligeiramente superior aos demais. Aos católicos apostólicos romanos a adaptação religiosa no Brasil seria facilitada, apesar das barreiras linguísticas, considerando-se que esta era a doutrina oficial do Império brasileiro. De todo modo, aos luteranos também fora permitida a manutenção de sua fé: o caráter de respeito religioso mútuo pôde ser observado logo na chegada dos colonos para o projeto Povoação Palácio Petrópolis, constando do dia 19 de outubro de 1845 a primeira celebração ecumênica na região, realizada na antiga Praça Koblenz. Aos poucos, o improvisado foi cedendo espaço aos novos templos, que foram construídos para a confissão de cada uma das duas crenças em Petrópolis, ficando

concluídas em 1848 as obras da Capela de São Pedro de Alcântara e sendo inaugurada em 1863 a Igreja Evangélica de Confissão Luterana.

Já em relação aos hábitos gastronômicos praticados na nova morada, pode-se observar que a tradição teuta fora igualmente mantida no Brasil. Após as dificuldades iniciais de fixação nos lotes de terra, que fizeram os colonos consumir itens mais aclimatados ao solo nacional, além de produtos mais econômicos, pode-se perceber uma retomada da gastronomia originária. A elaboração de pratos envolvendo a fabricação de embutidos e laticínios foi mantida em Petrópolis, onde foram incorporados às receitas elementos característicos brasileiros, a exemplo das frutas tropicais. A produção caseira foi, então, colocada à disposição da Vila Imperial e de seus visitantes nobres e burgueses, que passaram a encomendar doces, pães, geléias, cucas, linguiças e outros itens artesanais fabricados pelas esposas dos colonos. A evolução dos modos de fabrico destes itens e a crescente demanda levaram ao surgimento de importantes padarias e confeitarias locais, além da instalação das primeiras indústrias alimentícias na região.

Em se tratando do convívio social empreendido pelos colonos alemães, pode-se dizer que, nos primeiros anos, correspondentes à fase de adaptação ao novo país, a rotina cultivada pelos imigrantes germânicos assemelhava-se, dividindo-se estes entre as obras públicas da Fazenda Imperial e as de suas próprias residências, aproveitando-se ao máximo a luz do dia e o período entre chuvas para a realização destas tarefas. Neste contexto, a manutenção das relações sociais ganharia espaço especialmente após os cultos e missas, quando eram estruturadas as comemorações dos dias santos, bem como outras formas de interação entre as diferentes famílias residentes na região. Este convívio, baseado no espírito comunitário, lançaria as bases necessárias para a formulação de grupos de colonos, destinados às mais variadas finalidades, como o auxílio financeiro, educacional e cultivo da arte, distribuindo-se os germânicos em sociedades de canto, corais, bandas e associações que, por sua vez, promoviam eventos para a comunidade local.

Entre as agremiações que iam surgindo, pode-se citar a *Der Deutsche Gewerbe und Landwirthschaftliche Verein in Petrópolis*, em tradução para o português, a Sociedade Petropolitana de Agricultura e Indústria. Tratava-se de uma das primeiras associações concebidas na colônia, ainda no ano de 1853, cuja funcionalidade estava vinculada à promoção do auxílio mútuo entre os teutos, a partir da transmissão de ensinamentos e do intercâmbio de informações, para que fosse preparada uma mão-de-obra especializada na implantação de técnicas agrícolas e industriais na povoação. Entre as outras sociedades de

origem germânica da época, cabe-se mencionar: a *Cecilien Verein*, a *Liedertafel*, a *Harmornie Mosenthal*, a *Banda Schaeffer*, a *Banda dos Gustavos* e a *Banda Maul*. Foi fundado também, no ano de 1863, o *Deutscher Saengerbund Eintracht*, atualmente sob o nome de Clube Coral Concórdia, responsável pela realização de diversos bailes e confraternizações que reuniam residentes dos diferentes quarteirões. Já no ano de 1864, remontam os registros da fundação da *Deutsch Brasilianisch Krankenkasse Brunderbund*, uma sociedade beneficente responsável pelo auxílio aos imigrantes que passavam dificuldades na nova pátria.

As práticas sócio-culturais expressas pelos grupos alemães representaram num primeiro momento a tentativa de reproduzir no novo lar, resguardando-se as especificidades de cada uma das regiões, os hábitos desenvolvidos na Europa, o que salientaria a existência de uma unidade entre os imigrantes teutos frente aos demais grupos populacionais nos primórdios da colônia de Petrópolis. A respeito desta fase inicial de adaptação, o historiador Jorge Copello (2009) observa:

Esses conjuntos de heranças, sociais e culturais, mitificavam externamente uma aparente fortaleza e a impressão de capacidades superiores, para o enfrentamento, a sobrevivência e a mutação de quaisquer que fossem as condições apresentadas. A percepção dessa uniformidade era, ainda, reforçada pela existência de laços estreitos de parentescos entre eles. Portanto, essa identidade cultural que amalgamava o comportamento daqueles teutos, estereotipada pelo comportamento e pela cultura de sua origem comum, traduzida por uma língua, uma história cultural, hábitos, religiões, vestimentas e enfeites, que deram uma representação uniforme, naquela fase inicial de assentamento e construção da povoação. (COPELLO, Jorge, 2009, p. 102)

As especificidades do desenvolvimento de Petrópolis, merecendo-se citar aqui a sua localização estratégica e a escolha deste local para construção do palácio de veraneio da Família Imperial, contribuíram para que a localidade apresentasse um intenso fluxo de pessoas e de bens materiais. Deste modo, a colônia alemã entrou em contato com outros povos³¹ pouco depois de sua fixação naquelas terras, articulando-se de maneira distinta ao observado nas sulistas, posto que, apesar dos pontos de convergência que mantinham, as últimas encontravam-se geograficamente afastadas da sociedade brasileira e puderam permanecer deste jeito durante um bom tempo.

Por conseguinte, neste capítulo foram desvelados não apenas os dados relativos à vinda das famílias germânicas para a Fazenda do Córrego Seco, como também o panorama

³¹ Esta temática será rerepresentada no capítulo seguinte, quando se abordará a chegada de outras etnias em Petrópolis, bem como sua vocação econômica.

geral deste empreendimento, objetivando-se exibir outra faceta da colonização alemã no país. As particularidades da formação da colônia teuta em Petrópolis são fundamentais para se entender os desdobramentos que se sucederam no local, bem como tornam esta história particular um interessante objeto para projetos cuja finalidade seja preservar memórias locais.

No capítulo subsequente deste trabalho será problematizada a questão da formação da identidade cultural teuto-brasileira. Para tanto, serão apresentados pontos de conexão e de afastamento entre a experiência de colonização realizada em Petrópolis e aquelas que se sucederam na região Sul do país. Em sequência, discutir-se-á os processos de aculturação e assimilação aos quais os imigrantes germânicos foram submetidos no Brasil, especialmente no decurso da Campanha de Nacionalização, e seus principais efeitos nas configurações identitárias deste grupo populacional. Por fim, será debatida a questão da identidade cultural na pós-modernidade, com a finalidade de se compreender as articulações atuais formuladas pelos descendentes dos colonos alemães em relação à identidade teuto-brasileira.

4 IDENTIDADE CULTURAL TEUTO-BRASILEIRA, ACULTURAÇÃO E FORMULAÇÃO DAS IDENTIDADES CULTURAIS NA PÓS-MODERNIDADE³²

A contratação de grupos populacionais germânicos, visando o povoamento e a colonização de faixas de terra consideradas devolutas, ou seja, não cobiçadas pela elite latifundiária, teve sua estreia em território brasileiro no início do século XIX. Foi a partir de 1818, que ocorreram as primeiras experiências ocupacionais desta categoria no Brasil, através das colônias de Leopoldina, Frankental e São Jorge de Ilhéus, todas no interior da Bahia. Estas tentativas não obtiveram o êxito almejado enquanto colônias agrícolas teutas devido a uma série de fatores, entre eles a inadequação dos imigrantes ao clima local, resultando na dispersão desses elementos para outras regiões do país. Iniciativas semelhantes puderam ser observadas em diferentes localidades, como em Nova Friburgo³³ no interior do Rio de Janeiro, além de outras³⁴, a maioria com destino similar aos das colônias pioneiras.

No ano de 1824 foi fundada a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, considerada atualmente o marco da colonização alemã no Brasil³⁵. Após esta precursora, uma série de outros experimentos fundamentados na concessão de pequenos prazos de terra a famílias de origem teuta foi sendo implantada, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, em menor ocorrência que os demais, Paraná. Feitos congêneres suceder-se-iam isoladamente além das fronteiras sulistas, como em Juiz de Fora (MG), Santa Isabel (ES) e em Petrópolis (RJ).

Referente aos colonos que se destinaram às terras brasileiras, pode-se dizer que eram naturais das mais diversas áreas de influência germânica, cada qual responsável por lhes emprestar características culturais específicas, tais como dialetos, hábitos religiosos, alimentares e de vestimenta. No entanto, badenses, bávaros, pomeranos, hunsrückers, suábios, tirolezes, luxemburgueses, hanoverianos, westfalianos e hamburgueses vivenciariam no

³² Os dados historiográficos apresentados neste capítulo foram coletados a partir de variadas leituras, referenciadas no final desta pesquisa, encontrando-se no decorrer do texto expressos através de minha narrativa particular, salvo durante as citações apresentadas.

³³ As primeiras famílias que se dirigiram para a referida localidade possuíam origem suíça, lá chegando em meados de 1819 e 1820. No entanto, no processo de colonização de Nova Friburgo houve também a participação de famílias germânicas, porém estas só se estabeleceriam na região em maio de 1824.

³⁴ Um dos exemplos concerne à Fazenda da Mandioca, localizada na raiz da Serra da Estrela, em trecho atravessado pelo Caminho Novo, no estado do Rio de Janeiro. O empreendimento foi uma iniciativa particular do Barão de Langsdorff, desejoso de fundar uma colônia agrícola baseada na mão-de-obra alemã. Para aprofundamento no assunto, verificar: TAULOIS, Antônio Eugênio. A colonização alemã na Fazenda da Mandioca. In: COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ, 1995, Petrópolis. *Anais...* Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1995. p. 93-109.

³⁵ Segundo Seyferth (1993), a colonização alemã no Brasil ganhou maior expressividade a partir de 1845.

Brasil, salvaguardando as dessemelhanças relacionadas às regiões para as quais se dirigiram, o processo da *colonização*. Esta particularidade comum a eles, aliada a uma origem e a uma base linguística similar, contribuiu de modo efetivo com o estabelecimento de uma identidade cultural característica dos grupos teuto-brasileiros.

Apesar de os germânicos não se configurarem como o contingente migratório mais expressivo em termos numéricos a aportar no Brasil, a sua chegada ao país ao longo dos séculos XIX e XX e o povoamento por eles empreendido em várias localidades tornar-se-iam objeto de estudo de historiadores, antropólogos e outros cientistas sociais, motivados pela singularidade e significância com que esta conjuntura histórica desenvolveu-se. A sua inserção dentro de um panorama nacional, as suas relações com culturas diferentes e o seu processo de adaptação na nova morada são fundamentais para que seja possível decifrar quais articulações foram formuladas pelos alemães e seus descendentes em território brasílico. A respeito desta temática, e em âmbito nacional, a antropóloga Giralda Seyferth analisa:

[...] o fato mais significativo constituiu no estabelecimento de frentes pioneiras (cf. Waibel, 1958)³⁶, ao longo de todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX – inicialmente com exclusividade e, mais tarde, compartilhando os assentamentos com imigrantes de outras etnias (principalmente italianos e poloneses) – formando uma sociedade étnica, econômica e culturalmente diversa da brasileira. Esta diversidade, marcada em todos os planos da vida social, transformou-se numa questão nacional durante toda a Primeira República, atingindo seu ponto máximo de conflito durante o Estado Novo, no contexto da campanha de nacionalização (dirigida a todos os imigrantes e descendentes, mas particularmente dura com os chamados teuto-brasileiros). (SEYFERTH, Giralda, 1993, p. 3)

Este capítulo dedica-se a investigar os principais aspectos constituintes da identidade cultural teuto-brasileira, assim como a existência de indícios teóricos que corroborem com a perpetuação de vestígios culturais³⁷ legados pelos imigrantes germânicos nas cidades por eles povoadas, 190 anos após o marco inicial da colonização alemã no Brasil, não obstante as interações com outros grupos étnicos, o tempo transcorrido desde a sua chegada até os dias atuais e, principalmente, a influência proporcionada pela Campanha de Nacionalização e “abrasileiramento” adotada pelo governo durante o Estado Novo, que repercutiu incisivamente na configuração sócio-cultural dos estrangeiros residentes no país.

Por fim, problematizar-se-á as configurações da identidade cultural na pós-modernidade, buscando resgatar teoricamente a questão da identidade teuto-brasileira nos dias

³⁶ Indicação da autora: WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

³⁷ No capítulo subsequente serão apresentados os principais movimentos em prol da preservação da cultura germânica no Brasil, enfocando o caso de Petrópolis.

atuais. Para tanto, utilizar-se-á a hipótese do surgimento de identidades híbridas (HALL, 2011) como consequência de um complexo sistema de globalização, que tem como uma de suas expressões o “ressurgimento da etnia” (BAUMAN, 1990 apud HALL, 2011). A fundamentação teórica apresentada compreenderá, por conseguinte, os conceitos de identidade cultural, etnicidade, aculturação, assimilação e identidades na pós-modernidade, em sua maior parte sob o enfoque dos pesquisadores Stuart Hall, Giralda Seyferth, Emílio Willems e Renato Ortiz.

4.1 IDENTIDADE CULTURAL TEUTO-BRASILEIRA

A conceituação teórica do termo *identidade cultural* representa uma complexa tarefa nos dias atuais, em face às novas configurações sócio-econômicas e culturais advindas de um processo quotidianamente chamado de *globalização*, responsável por interferências ocorridas especialmente na sociedade ocidental durante as últimas décadas. O teórico social Stuart Hall (2011) estabelece os parâmetros para definição deste conceito que, segundo ele, se constituiria “[d]aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. (HALL, Stuart, 2011, p. 8), no qual etnia poderia ser interpretada como um combinado de particularidades culturais compartilhadas por um determinado povo, estando elas relacionadas às tradições e aos costumes da comunidade em questão. A elucidação, por sua vez, da terminologia *eticidade* não se distancia obstinadamente da classificação supracitada: de acordo com Seyferth (2002), a etnicidade seria uma expressão da identidade cultural. Deste modo, pode-se auferir que as identidades não são inatas aos seres humanos, mas sim fruto das representações por eles criadas, através de uma atividade discursiva que apreende a si próprio como elemento diferente dos demais.

Pretendendo-se articular estes conceitos com os contingentes de origem germânica que adentraram as fronteiras brasileiras durante os últimos dois séculos, torna-se imprescindível compreender as possíveis mutações culturais, econômicas e sociais por eles vivenciadas no seu processo de emigração e adaptação na nova morada, situada em uma região geograficamente distante de sua terra natal e dotada de hábitos alienígenas aos seus.

Conforme abordado anteriormente, os colonos eram provenientes das mais variadas áreas de influência alemã, cada qual apresentando suas próprias crenças e costumes.

Igualmente, faz-se necessário distinguir que entre os emigrantes destinados ao Brasil, vieram tanto aqueles procedentes das zonas rurais, quanto os das zonas urbanas, portanto, representantes de diferentes estratos sociais³⁸. Por conseguinte, auferese que compunham um grupo migratório heterogêneo. O cientista social Emílio Willems reflete sobre esta temática em pesquisa intitulada “A aculturação dos alemães no Brasil” (1980), na qual discute não apenas as culturas dos colonos no período anterior à retirada da Europa, como também as principais motivações³⁹ deste processo. Alusivamente à configuração das áreas camponesas, o autor utilizará como exemplo as aldeias prussianas:

As aldeias prussianas da primeira metade do século 19 compartilham das feições semiprimitivas de inúmeras *folk-cultures*: são comunidades muito coesas, relativamente auto-suficientes e dificilmente permeáveis a influências estranhas. A organização social é familiar e estreitamente local, a mentalidade é tradicionalista e mágica. [...] A família é unidade produtora e consumidora a um tempo. As relações entre cônjuge e entre pais e filhos são patriarcais. A escolha da esposa é usualmente determinada por motivos econômicos. A comunidade local funciona à base de uma *reciprocidade* muito acentuada. (WILLEMS, Emílio, 1980, p. 28, grifo do autor)

A evolução dos métodos de produção, através da introdução de técnicas e maquinário mais modernos, o aumento das áreas destinadas à agricultura e à pecuária e as novas estratégias de administração que passaram a ser observadas em território germânico, assomaram-se ao *boom* populacional, desvalorizando a mão-de-obra dos trabalhadores do campo e repercutindo como uma das principais razões que levaram os teutos a buscar melhores oportunidades fora daquelas regiões. Já no que diz respeito aos moradores das cidades, o pesquisador completa:

[...] o emigrante cidadão representa classes sociais bem diversas. Não são apenas proletários, mas também pequenos e médios burgueses que fogem a proletarização iminente, representantes da burguesia intelectualizada e liberal que se envolveram em lutas políticas; enfim quase todas as classes sociais, ainda que em proporções desiguais, fornecem seus contingentes de emigrantes, contribuindo assim para a heterogeneidade cultural daqueles que tencionam radicar-se no Brasil. (WILLEMS, Emílio, 1980, p. 32)

Analisando a constituição do aglomerado populacional que se destinou principalmente aos Estados Unidos da América, mas também à Austrália, ao Canadá e, no que tange a este estudo, ao Brasil, pode-se observar, então, que ele não se compunha como um bloco único de

³⁸ Consoante ao apresentado no capítulo 3 desta pesquisa, os indivíduos das classes mais baixas não possuíam condições financeiras para custear as viagens migratórias, não representando, conseqüentemente, a maioria dos colonos teutos que chegaram ao Brasil.

³⁹ Os motivos que levaram os teutos a emigrar estão descritos no item 3.2.1 **Circunstâncias da migração germânica no século XIX**, do capítulo 3 deste trabalho.

indivíduos partilhantes das mesmas referências culturais e econômicas. A indagação que advém desta constatação refere-se a como foi possível que este grupo estabelecesse uma identidade cultural particular em terras brasileiras, composta por características discursivas que dialogavam tanto com a nova pátria, majoritariamente delimitada nos estados sulistas, quanto com a desertada, sem que ela se definisse como essencialmente alemã ou brasileira.

Objetivando a resolução da questão acima, retornar-se-á ao momento histórico que antecedeu ao êxodo de parte da população alemã. Em consonância com os dados anteriormente fornecidos, pode-se constatar que os grupos germânicos apresentavam discrepâncias entre si, pertinentes as suas culturas e as suas atividades econômicas, além de diferenças de classe social. Não obstante, representando uma particularidade coletiva, os futuros colonos abandonaram uma sociedade em plena mudança, motivados singularmente por estas novas engrenagens que vinham sendo desenhadas (WILLEMS, 1980). Cada leva de emigrantes carregava consigo, então, características de um determinado momento desta vicissitude. Outro aspecto em comum aos teutos que migraram está relacionado ao seu estabelecimento na nova pátria: os colonizadores seriam responsáveis por desenvolver no Brasil povoamentos em regiões estratégicas, atuando em uma tática do governo para proteger áreas fronteiriças e pouco habitadas⁴⁰.

As facetas supramencionadas tornar-se-iam agentes motivadores da nova configuração cultural formulada no Brasil pelos alemães e seus descendentes. Sua origem comum remetente a uma pátria às vésperas de transformações e durante as mesmas, apesar das diferenças regionais, seria acrescida do processo da colonização, no qual os imigrantes teutos desempenhariam os papéis de protagonistas, resultando em atributos fundamentais para formação da *identidade teuto-brasileira*, através da qual eles se diferenciariam também dos outros estrangeiros radicados no país.

Descortinando-se a colonização germânica no Brasil, Giralda Seyferth (1993) sustenta que as localidades receptoras de imigrantes alemães apresentavam um perfil similar: a maior parte dos assentamentos concedidos aos colonos tratava-se de áreas cobertas por florestas, nas quais a demarcação dos prazos de terra a serem cultivados era feita respeitando-se o curso natural dos rios, peculiaridade esta que pôde ser notada igualmente em Petrópolis, delimitada pela planta urbanística desenvolvida pelo major Júlio Koeler. Nos primórdios destes

⁴⁰ Parte das razões pelas quais a colonização centralizou-se na região Sul do país. A existência de poucos latifundiários na localidade também colaborou com a instalação daquelas famílias, tendo-se em vista que a concessão de pequenos prazos de terra para prática da agricultura familiar não era bem aceita pela elite escravocrata brasileira.

povoamentos, o cotidiano era marcado por diversas dificuldades: os recém-chegados deveriam estruturar suas vidas em torno da construção de vias, pontes e melhoramentos nas nascentes cidades, ao mesmo tempo em que edificavam suas próprias residências e cultivavam suas terras. A falta de verbas nos primeiros anos impediu com que os colonos tivessem uma vida menos austera e mais confortável. Esta configuração, ainda de acordo com Seyferth (1993), contribuiu para o surgimento de numerosas organizações comunitárias⁴¹: dentro da gama de atividades desempenhadas, havia as de cunho educacional, com escolas diretamente ligadas às igrejas católica e evangélica; as de cunho cultural, como bandas e clubes; além das associações de assistência mútua. O estabelecimento destas agremiações combinado a uma economia familiar e ao progresso observado em muitas comunidades germânicas no Brasil frente aos contratempos, deram respaldo para a formulação daquilo que se tornaria uma faceta étnica proclamada pelos teuto-brasileiros, conhecida como o *trabalho alemão* (SEYFERTH, 1993), estando este relacionado à eficiência.

No que concerne à interação com outros grupos sociais nas colônias, esta dependia da articulação entre a localização da mesma em relação a outros centros populacionais e das atividades econômicas exercidas em cada uma delas, em razão de seu desenvolvimento. As zonas coloniais situadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná encontravam-se espacialmente afastadas da sociedade brasileira. E, segundo Seyferth (1993), mesmo aquelas mais próximas das capitais provinciais puderam desfrutar de um longo período de distanciamento do resto da sociedade, justamente pelas práticas referentes à colonização nelas desenvolvidas. Já no que tange à colônia germânica de Petrópolis, torna-se importante refletir a respeito de sua localização geográfica próxima à cidade do Rio de Janeiro, capital do, então, Império do Brasil.

A edificação do povoamento de Petrópolis surgiu motivada pelo intenso fluxo de pessoas e de bens por aquela região em decorrência, primeiramente, do estabelecimento da nova rota oficial do ouro proveniente de Minas Gerais, conhecida como Caminho Novo. A escolha da Fazenda do Córrego Seco como local para construção do palácio de veraneio da Família Imperial e para se erigir uma colônia foi, em parte, motivada por seu posicionamento estratégico e pelo seu clima ameno. Com a vinda do Imperador e seu clã para a jovem Petrópolis, diversas famílias da corte e da burguesia carioca igualmente resolveram edificar suas próprias residências ali, tentando aproximar-se da influência de Dom Pedro II e, como

⁴¹ As associações comunitárias alemãs de Petrópolis foram citadas no item 3.4 ASPECTOS CULTURAIS DA NASCENTE PETRÓPOLIS, no capítulo 3 desta pesquisa.

acréscimo, desfrutar dos benefícios que a Região Serrana fornecia. Estas peculiaridades intensificaram a movimentação de diferentes grupos populacionais no povoado. Combinando-se o fator supracitado com o fracasso da implantação da colônia agrícola em grande escala na Fazenda Imperial, os teutos recém-chegados passaram a realizar tarefas que suprissem as demandas internas e dos veranistas, florescendo, assim, a vocação local para as atividades comerciais e industriais. Esta conjuntura econômica, por sua vez, atraiu imigrantes de outras nacionalidades⁴² para a região, a saber, franceses, portugueses, suíços, ingleses e italianos. Desta forma, pode-se depreender que o combinado entre atividade econômica exercida em Petrópolis com a sua proximidade da capital imperial interferiu no processo de penetração de elementos alienígenas na referida localidade, contribuindo com a desconstrução do “insulamento” dos colonos pioneiros.

Consequentemente, infere-se que a aptidão econômica apresentada nas zonas povoadas por germânicos, seja ela de caráter agrícola ou industrial, interferia nas relações praticadas pelos colonos com outros grupos humanos, com os quais seriam estabelecidos maiores ou menores contatos. A frequência, a intensidade e a natureza deste convívio determinavam conjuntamente a velocidade do surgimento de novas configurações sócio-culturais pelos alemães, proporcionando, assim, uma assimilação mais rápida ou uma reclusão durante maior tempo, frente aos decorrentes choques culturais.

A outra faceta que se une ao processo de colonização empreendido pelos imigrantes alemães na formulação da identidade teuto-brasileira refere-se a uma origem semelhante entre os grupos germânicos heterogêneos que se destinaram ao Brasil. Preliminarmente, deve-se ater ao fato que, a despeito das diferenças constitutivas em cada uma das regiões que cederam contingentes populacionais para migração, os teutos apresentavam mais similaridades entre si do que disparidades, se comparados aos nativos, aos escravos ou aos portugueses radicados em território brasileiro. Nas configurações preambulares dos povoamentos, os próprios colonos e as primeiras gerações de seus descendentes embasavam sua auto-formulação de identidade cultural remetendo-se ao conceito da nação alemã. Segundo Giralda Seyferth (2002, p. 12), para isto, os teuto-brasileiros recorriam “[...] às ‘propriedades primordiais’ da

⁴² Em Petrópolis, no ano de 1854, Otto Reimarbus propôs adaptações à planta original da colônia desenvolvida pelo major Koeler. Reimarbus buscava satisfazer as novas necessidades ocupacionais da região, por este motivo, quarteirões adicionais foram criados, dentre os quais alguns nomeados em homenagem aos recém-chegados à Fazenda Imperial, como o Brasileiro, Francês, Inglês e Suíço, demonstrando que outros grupos estrangeiros penetraram a referida colônia. Além deste, também foram criados os quarteirões Darmstadt, Mineiro, Presidência, Princesa Imperial, Woerstadt, Worms e Renânia Superior. Para aprofundamento na temática: SÁ EARP, Arthur Leonardo. **Os quarteirões**. Petrópolis, 1994. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/alse19941025.htm>. Acesso em: 07/11/2014.

comunalidade, como a noção de ‘parentesco étnico’ e seus referentes cognitivos.”. Ainda segundo a autora, estas características particulares aos germânicos e seus progênitos eram assinaladas através da terminologia *Deuschtum*, que pode ser traduzida pelas palavras *germanidade* ou *germanismo*.

O termo [Deuschtum] possui muitos significados, todos convergindo para etnia: supõe, principalmente, a mesma origem (traduzida, às vezes, como pertencimento racial), *habitus* (no sentido weberiano), uma cultura compartilhada – exprimindo uma vinculação com a pátria de origem ou *Urheimat* (a nação alemã e seu passado étnico). (SEYFERTH, Giralda, 2002, p. 12, grifo da autora)

Quase a totalidade das colônias teutas fundadas em terras brasílicas recebeu indivíduos divulgadores da cultura alemã, fosse a partir das levas emigratórias originais ou como resultado das migrações internas que se sucederam no país. Estes elementos tornaram-se, portanto, responsáveis pela disseminação da germanidade e pela defesa da importância em se preservar os costumes e língua alemã entre as comunidades germânicas existentes no Brasil. Para que seja possível compreender as implicações do *Deuschtum* nas colônias, faz-se necessário elucidar dois conceitos que são trabalhados para formular sua definição: *nação* e *pátria*. De acordo com Seyferth (1993), as comunidades assentadas no Brasil constituíam-se como a nova pátria dos germânicos, sem que os traços característicos da etnia alemã fossem perdidos durante o processo de migração. A noção de nação, por sua vez, estaria estreitamente relacionada com a delimitação da “[...] existência de um povo alemão racial e culturalmente definido. O pertencimento nacional é atribuído pelo direito de sangue que une todos os alemães numa grande *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional).” (SEYFERTH, Giralda, 1993, p. 6, grifo da autora).

Observa-se, em conformidade com os dados fornecidos, que a ligação dos colonos teutos fixados em território brasileiro com suas regiões de origem é expressa por intermédio da manutenção de atributos germânicos, reforçando-se os laços familiares e de parentesco, a cultura, a preservação da língua materna e a valorização do trabalho alemão⁴³, que seria responsável por imprimir o progresso em meio às adversidades encontradas na selva tropical. O estabelecimento de uma nova pátria no Brasil consolida a condição de brasileiros, enquanto o pertencimento étnico evoca a nação alemã (SEYFERTH, 1993).

⁴³ De acordo com Seyferth (1993), a noção *Deuschtum* pode também conter pressupostos de superioridade racial: no discurso quotidianamente empregado, o trabalho alemão, por exemplo, é qualificado frente a noção estereotipada do brasileiro rural, frequentemente descrito através de características depreciativas.

A identidade cultural teuto-brasileira seria, desta forma, produto da conjuntura dos eventos que se descortinaram desde o período que antecedeu às migrações até o estabelecimento das colônias alemãs no Brasil, onde os germânicos foram designados a promover a colonização de pequenas propriedades agrícolas, especialmente no Sul do país, mas também em localidades que ultrapassaram aquelas fronteiras. Sua relação com o meio e com outros grupos populacionais imprimiu características singulares a esta identidade que, igualmente, remetia a uma origem comum na nação alemã.

4.2 ACULTURAÇÃO E ASSIMILAÇÃO DOS ALEMÃES NO BRASIL

O pesquisador Emílio Willems (1980) sustenta que a sociabilização, interpretada nesta pesquisa como o processo de adaptação de um determinado indivíduo ou grupos humanos a uma dada sociedade, consiste no câmbio de influências, através do qual alguns aspectos culturais são incorporados pela personalidade dos diferentes elementos sociais mantenedores de contato. De modo consequente, averigua-se que este processo é responsável pelas transformações apresentadas por comunidades distintas durante seu convívio, resultando na aquisição de certos hábitos e no abandono de outros. Segundo o autor, a absorção de valores culturais díspares é admitida especialmente por aquelas pessoas oriundas de regiões que cederam significativos contingentes populacionais para emigração, posto que o êxodo rural ou urbano coletivo geralmente assinala uma estrutura social desequilibrada. Não obstante, ainda de acordo com Willems (1980), é igualmente observável a organização de sociedades relativamente homogêneas pelos grupos emigrados, que resguardam considerável parte das tradições provenientes de sua terra natal.

Deve-se atentar, entretanto, que mesmo em se tratando destas comunidades etnicamente similares reconstruídas nos países destino das migrações, a incorporação de peculiaridades culturais da pátria adotiva não é impedida. Na realidade, dessemelhanças relativas ao novo ambiente ao qual estão se inserindo influem neste processo, impulsionando sua formatação: “Diferenças no meio físico não admitem a utilização, pelos imigrantes, de uma boa parte das experiências acumuladas no país de origem. Padrões de habitação, de vestuário, de alimentação, de trabalho, de locomoção, de recreação etc, têm de ser abandonados [...]” (WILLEMS, Emílio, 1980, p. 7). Trabalhando-se estas configurações com as levas de germânicos que adentraram o Brasil, podem ser constatadas inúmeras disparidades

relativas às regiões nativa e adotiva: o clima aquecido dos trópicos em contraste com as temperaturas amenas da pátria desertada; as localidades cobertas por matas em comparação às cidades já erguidas; a presença de componentes alimentares nativo-brasileiros que não existiam na dieta originária; além de uma base linguística completamente diversa daquela a qual estavam habituados. À vista destas particularidades e a despeito de grande parte dos grupos alemães terem permanecido afastados da sociedade brasileira no decurso de um significativo período, perpetuando valores culturais e étnicos próprios dos teutos, a própria fixação em uma região longínqua geograficamente, culturalmente e climaticamente das suas localidades natais, requereu a apreensão de certas mudanças, tendo-se sem vista a adaptação ao novo meio.

Objetivando problematizar as principais alterações às quais o conjunto de valores trazidos pelos imigrantes germânicos fora submetido no encadeamento da sua chegada, instalação em terras brasileiras e consequentes contatos que se sucederiam com outros grupos sociais, torna-se imperiosa a conceituação das terminologias *assimilação* e *aculturação*.

A assimilação de grupos estrangeiros, sob o enfoque de Willems (1980), constitui-se como o surgimento de novas atitudes emocionalmente vinculadas à experimentação e à observação de valores culturais diferenciados. Este processo implica, no entanto, no aparecimento de algumas resistências, especialmente traduzidas sob o enfoque da lealdade do imigrante para com seu agrupado de valores originários, haja vista que a assimilação pressupõe uma *mutação na personalidade*, através substituição dos antigos costumes por novas configurações, que são desenhadas através do convívio estabelecido com outras comunidades. Todavia, deve-se considerar que não são todas as especificidades relativas à cultura que são relegadas no processo de assimilação, tampouco ao mesmo tempo, posto que a preservação de algumas delas é mantida. Em relação a esta temática, Willems pondera:

“No imigrante, as combinações de atitudes e valores que o prendem, emocionalmente, à sua cultura originária, só aos poucos podem ser substituídas por combinações novas resultantes da aquisição de elementos culturais estranhos. O ritmo de substituição varia em função de intensidade e frequência dos contatos estabelecidos com a sociedade nativa. Em caso algum, a perda da cultura originária pode ser total e simultânea nas diversas esferas, pois do contrário a personalidade do imigrante desintegrar-se-ia por completo. De mais a mais, a necessidade de fazer ajustamentos a situações novas não envolve, nunca, o abandono total da cultura antiga.” (WILLEMS, Emílio, 1980, p. 119)

A definição do termo *aculturação* está relacionada, por sua vez, ao surgimento de *transformações nas configurações sociais* advindas da coabitação de culturas heterogêneas

em um determinado local, especialmente em decorrência dos fluxos migratórios, reiterando-se o convívio freqüente e contínuo. Consoante com as formulações propostas por Willems (1980), aufere-se que a assimilação e a aculturação não se distinguem perseverantemente, caracterizando-se como fenômenos análogos, ambos apresentando-se como expoentes de uma articulação comum: “[...] a assimilação é o seu aspecto mais ‘subjetivo’ porque envolve a personalidade; a aculturação lhe representa o aspecto ‘objetivo’ porque afeta os valores culturais” (WILLEMS, Emílio, 1980, p. 21).

Uma vez encontrando-se em território brasílico, o conjunto de valores étnico-culturais dos colonos teutos sofreria alterações, especialmente motivadas pela fixação no novo meio, mas também por razões econômicas. Entre essas transformações, cabe-se citar aquelas alusivas às tradições populares e às evoluções tecnológicas, apontadas por Willems (1980) em seu estudo sobre a aculturação dos alemães no Brasil. Evidenciando as mutações ergológicas, o autor atenta para aquelas ocorridas em âmbito alimentar, de habitação e de vestimenta.

No que tange ao primeiro aspecto, deve-se ponderar as condições vivenciadas pelos germânicos nos primórdios da fixação no Brasil: os colonos deveriam abrir caminhos entre as zonas cobertas por florestas, para que nelas fossem edificadas suas povoações e erguidas suas próprias residências. A sua alimentação dependia majoritariamente do que fosse cultivado em seus próprios lotes de terra, o que implicava na escolha daqueles itens mais adaptados ao clima brasileiro, como a mandioca, o feijão preto e o arroz, e daquilo que podiam comprar, como a carne seca, afastando-os de seus hábitos natais. No entanto, ao passo em que as dificuldades iam sendo contornadas, ocorre um retorno aos costumes gastronômicos originários, centrados no consumo de batatas, laticínios e linguiças, aos quais foram incorporados produtos característicos da geografia nacional. Já em relação às casas dos alemães, nota-se igualmente um ajustamento às configurações locais, pois, embora os colonos possuíssem a técnica das construções, eles não trouxeram consigo os materiais necessários para empreendê-la. O vestuário, por sua vez, seguindo Emílio Willems (1980), apesar da conotação afetiva e simbólica que representava, fora abandonado no Brasil, em decorrência de seus elevados custos de produção e de sua incompatibilidade com o clima local.

No tocante das modificações tecnológicas experimentadas pelos grupos germânicos, Willems (1980) assinala especialmente aquelas referentes aos maquinários agrícolas, resumidos a enxadas e outros instrumentos rudimentares nos primeiros anos das colônias, e aos meios de transporte, que foram aclimatados ao Brasil, com a utilização de carroças e carros de boi. Por outro lado, apesar das vicissitudes apresentadas, os teuto-brasileiros, após o

período de ambientação, puderam empreender técnicas industriosas apreendidas em sua terra natal, distinguindo-os das outras comunidades residentes em território brasileiro.

Merece-se citar também a língua vernácula utilizada pelos alemães e transmitida por eles aos seus congênitos no Brasil. O alemão, assim como outros idiomas, apresentava variações dialetais nos estados nos quais era falado, antes mesmo das emigrações que se sucederiam naquelas regiões. Subordinando a estes fatores a questão do êxodo populacional germânico, alguns pormenores devem ser enunciados, com o propósito de se compreender quais as principais alterações decorrentes deste processo. O estabelecimento das colônias teutas predominantemente no Sul do país contribuiu com o insulamento das mesmas em relação a outros grupos étnicos. Esta característica seria fundamental na manutenção da língua germânica, ainda que novas configurações se impusessem a ela, seja na criação de correspondentes linguísticos referentes a novas situações e produtos nativo-brasileiros que não possuíam tradução no alemão; seja no convívio entre os diferentes grupos teutos que apresentavam disparidades dialetais entre si; ou em razão dos contatos firmados com outras etnias, apesar do afastamento das colônias germânicas, fatores que combinados cooperaram com o estabelecimento de um linguajar teuto-brasileiro (WILLEMS, 1980).

Através da análise destes procedimentos aculturativos,⁴⁴ aos quais as comunidades alemãs residentes no Brasil foram submetidas, pode-se propor a sua participação decisiva na construção da identidade étnica teuto-brasileira, marcada estreitamente pelas influências originárias da nação alemã, mas também sob a ingerência do meio brasileiro, suas particularidades e sua multiplicidade étnica. A identidade cultural deste grupo de estrangeiros aqui radicados, marcada igualmente pela colonização por eles empreendida em diversos estados, caracteriza-se como particular, frente a sua identidade originária e frente as demais manifestadas no território nacional. Entretanto, apesar de conter traços discursivos com os hábitos e costumes assinalados como brasileiros, a identidade cultural teuto-brasileira⁴⁵ seria subjugada a hostilidades por parte do governo nacional, especialmente no período compreendido pelo Estado Novo. A seguir, revelar-se-á as principais motivações para esta ocorrência.

⁴⁴ Além dos já mencionados, houve outros processos aculturativos nas colônias alemãs brasileiras como, por exemplo, em relação à religião. No entanto, a elucidação de todos estes processos não seria viável no âmbito desta pesquisa, pois ultrapassaria suas intencionalidades. Para detalhamento no assunto, conferir: WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. il. rev. e ampl. São Paulo: Companhia Editora Nacional – INL/MEC, 1980.

⁴⁵ Cabe-se frisar que não se trata mais de uma identidade puramente alemã, mas sim uma identidade que já sofrera influências externas, motivadas pela inserção no novo meio e pelos contatos nele estabelecidos.

4.2.1 Identidade nacional brasileira⁴⁶: investidas para assimilação dos teuto-brasileiros

Retomando o conceito de *Deutschtum*, previamente abordado nesta pesquisa, torna-se mandatório reiterar o aspecto de superioridade racial e étnica que, por vezes, era assumido ao longo de seu discurso. Ao passo em que os colonos germânicos auto proclamavam-se como desbravadores pioneiros e agentes capazes de transmitir o progresso em um território inóspito localizado longinquamente de sua pátria natal, tanto em disposições geográficas, quanto sócio-culturalmente e economicamente, sua perspectiva a respeito dos caboclos residentes nestas paragens recaía sobre pressupostos preconceituosos de inferioridade. Segundo Giralda Seyferth (1993), na última década do século XIX, movimentos de afirmação da superioridade racial ariana começaram a ser instituídos nas colônias de origem teuta, justamente quando a Liga Pangermânica⁴⁷ investiu em uma propaganda sistematizada, cuja ideologia baseava-se na união de todos os alemães e seus descendentes ao redor do mundo.

O impacto da divulgação destes ideais nos povoamentos de origem alemã situados no Brasil fez surgir iniciativas em prol de sua disseminação, especialmente em jornais germânicos do Sul do país, que também incorporaram um posicionamento anti-assimilacionista. Estas configurações foram responsáveis pelo surgimento de especulações que aludiam para possíveis intenções separatistas dos colonos, naquilo que se tornou conhecido como o “perigo alemão”, sobre o qual Seyferth pondera:

A principal evidência do ‘perigo alemão’ (basicamente o risco do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se transformarem numa colônia da Alemanha, ou mesmo num Estado independente com apoio alemão) para aqueles brasileiros preocupados com a secessão do Sul, estava na dificuldade de assimilar, abrasileirar, caldear, uma população enquistada, com a mentalidade diversa e que se recusava a falar o idioma nacional. As discussões sobre o ‘perigo alemão’ atravessaram as duas primeiras décadas do século XX, inclusive no Congresso Nacional, alimentadas por vários incidentes, sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial (quando a imprensa teuto-brasileira se posicionou a favor da Alemanha). Houve, inclusive, propostas para restringir a imigração alemã, como forma de evitar a formação de um Estado dentro do Estado [...] (SEYFERTH, Giralda, 1993, p. 8)

⁴⁶ O presente tópico visa explicar, de modo sintético, as concepções formuladas sobre identidade brasileira à época posterior às migrações germânicas, para que se possa compreender os desdobramentos assimilacionistas que surgiram por parte da sociedade brasileira. Deste modo, e respeitando-se os intuítos deste trabalho, estas definições não serão aprofundadas. Para maior detalhamento no assunto consultar: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

⁴⁷ A Liga Pangermânica (*Aldeutscher Verband*) caracterizava-se como uma organização alemã que articulava a doutrina do *pangermanismo*, segundo a qual “[...]afirmava a superioridade da raça germânica e defendia a tese do espaço vital (*Lebensraum*) e o expansionismo imperialista[...]” (SEYFERTH, Giralda, 1993, p.7).

Concomitantemente a estas investidas pangermanistas, ocorre no Brasil uma reflexão teórico-social a respeito do que é próprio da identidade nacional brasileira. O sociólogo Renato Ortiz em livro intitulado “Cultura brasileira & identidade nacional” (2012) retoma este conceito, apresentando suas principais nuances ao longo da história, começando pela reflexão sobre as proposições dos considerados precursores das Ciências Sociais no país: Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Uma das principais problemáticas dos intelectuais de fins do século XIX era justamente a explicação do “atraso” brasileiro frente a outras sociedades, objetivando, a partir de então, a formulação do Brasil enquanto uma nação. Segundo o autor, a especificidade distintiva do nacional só poderia ser alcançada se este atraso fosse explicado e, para tanto, os cientistas sociais da época trabalharam com os parâmetros do *meio* e da *raça*.

Respeitando-se as diferenças presentes em cada uma das linhas de pensamento, predominava entre aqueles intelectuais a noção de que o povo brasileiro era resultante da miscigenação racial. “O mestiço é, para os pensadores da virada do século XIX, mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a *elaboração de uma identidade nacional*.” (ORTIZ, Renato, 2012, p. 20-21, grifo meu). Apenas através do caldeamento étnico-racial seria possível a aclimatação dos indivíduos aos trópicos, distinguindo, portanto, a cultura nacional daquelas presentes na Europa. Entretanto, este processo foi insuficiente para resolução da construção da nação brasileira: ao passo em que os pensadores da época consideravam a mestiçagem elemento característico nacional, ela também era vista como o sincretismo de defeitos congênitos recebidos através da herança biológica, denunciando a “inferioridade” destes indivíduos. Logo, conforme descreve Ortiz (2012), esta hibridação só poderia ser realizada simbolicamente, legando para o futuro o ideal de branqueamento da sociedade brasileira.

No entanto, o desenvolvimento sócio-econômico que vinha sendo alcançado pelo Brasil nas primeiras décadas do século XX não era mais compatível com as irresoluções relativas à identidade nacional. Somente com o pensador Gilberto Freyre haveria uma atualização destes conceitos, quando os embaraços negativistas resultantes da miscigenação racial seriam superados, transformando o elemento mestiço em símbolo do nacional (ORTIZ, 2012). A partir de então, especialmente na década de 1930, buscar-se-ia converter o conceito pessimista de homem brasileiro.

Estas novas configurações tornaram-se ponto fundamental durante o período do Estado Novo, quando foi realizada a *Campanha de Nacionalização*: um agrupado de

investidas, cuja finalidade era a assimilação das comunidades estrangeiras residentes no país, mingando sua influência e as forçando a integraram-se à sociedade brasileira, formada pelo sincretismo entre índios, portugueses e negros.

Estas medidas seriam particularmente rígidas com as comunidades germânicas existentes no país, motivadas em parte pelo ressurgimento do pangermanismo, desta vez sob as vestes da campanha nazista na Alemanha, preconizada pelo partido Nacional Socialista. Segundo Giralda Seyferth (1993), apesar de os teuto-brasileiros considerarem-se etnicamente pertencentes à nação alemã, eles eram considerados pelos nazistas como demasiadamente brasileiros. Não obstante esta conjuntura, as autoridades brasileiras executariam medidas para o caldeamento desta população:

A influência nazista não mudou muito a concepção de etnicidade [dos teuto-brasileiros], mas a ação concreta de um partido político estrangeiro, pautado pelo discurso racista da superioridade ariana, junto a uma população vista como problemática e excessivamente ‘alemã’, resultou numa campanha de nacionalização forçada[...] (SEYFERTH, Giralda, 1993, p. 9)

Os procedimentos adotados consistiam desde a obrigação do ensino do português nas escolas, determinação que influenciaria fortemente as instituições relacionadas às igrejas cristãs existentes nas colônias alemãs, e a extinção de instituições de natureza comunitária, como as recreativas e culturais, até no envio de tropas militares para as regiões povoadas pelos teuto-brasileiros, a proibição da utilização do idioma alemão em público e a substituição dos nomes de ruas, praças e estabelecimentos da língua alemã para a portuguesa, em consequência da deflagração da Segunda Guerra Mundial.

Estas medidas foram decisivas no futuro das colônias de origem germânica localizadas em território brasileiro, produzindo resultados diversos. Algumas comunidades, mais “abrasileiradas” abandonariam seus últimos referentes sócio-culturais herdados das regiões alemãs de onde vieram seus ascendentes. Outras, no entanto, manteriam seus referentes étnicos preservados, continuando estes a serem transmitidos de geração para geração de forma encoberta até a data em que pudessem novamente ser vivenciados publicamente. Segundo Anthony D. Smith (apud SEYFERTH, 1993, p. 9): “[...] o paradoxo da etnicidade é sua mutabilidade na persistência, e sua persistência através da mudança”.

4.3 IDENTIDADES CULTURAIS NA PÓS-MODERNIDADE

A datar das últimas décadas do século XX, as quais se assomam os primeiros anos do presente centenário, constata-se o surgimento de múltiplas manifestações em prol da retomada de aspectos singulares da cultura teuto-brasileira, especialmente concentradas nas regiões colonizadas por contingentes populacionais de origem germânica. Estes movimentos⁴⁸ de resgate e disseminação das tradições legadas pelos colonos alemães em território nacional assumem diferentes contornos em cada uma das localidades receptoras dos imigrantes, variando de acordo com um combinado de fatores que influenciaram a formação identitária destes grupos, incluindo o desenvolvimento dessas cidades, a atividade econômica nelas preponderante, a sua relação com outros grupos étnicos, a possível dispersão dos colonizadores pioneiros, o caldeamento decorrente da Campanha de Nacionalização e o interesse dos descendentes na recuperação das singularidades culturais dos seus antepassados. A eclosão destas manifestações indica uma reelaboração da questão identitária teuto-brasileira na atualidade, a qual poderia ser reforçada pelas novas formulações de identidade cultural na pós-modernidade.

Este tópico dedica-se a esmiuçar a identidade cultural na pós-modernidade, acreditando-se que as novas configurações identitárias formuladas neste período podem explicar, em parte, a “retomada” da questão da identidade teuto-brasileira e suas principais formas de expressão hoje em dia.

O teórico sócio-cultural Stuart Hall em livro intitulado “A identidade cultural na pós-modernidade” (2011) problematiza a emergência de uma *crise de identidade* que afligiria o indivíduo da modernidade tardia, buscando compreender as possíveis consequências destes desdobramentos. Partindo-se deste objetivo, o autor revisita concepções clássicas que nortearam a conceituação de identidade ao longo da história, discernindo através dos entendimentos propostos pelo *sujeito do Iluminismo*, pelo *sujeito sociológico* e pelo *sujeito pós-moderno*.

O sujeito do Iluminismo, de acordo com Hall (2011), desenvolveu-se a partir das influências cedidas por importantes reformulações no pensamento ocidental, articuladas através da Reforma, do Protestantismo, do Humanismo, das revoluções científicas e do Iluminismo, movimentos estes que legaram uma ruptura com o passado e fizeram irromper uma nova concepção do indivíduo, na qual o homem seria um ser racional e possuidor de uma essência, cujo *centro* caracterizar-se-ia como a própria identidade da pessoa. Contudo,

⁴⁸ No próximo capítulo serão apresentados alguns movimentos de retomada da cultura germânica realizados atualmente, focando especialmente nos existentes na cidade de Petrópolis.

porquanto relações mais complexas foram sendo descortinadas, como a industrialização crescente e o capitalismo moderno, a noção individualista assume traços mais voltados à coletividade. A identidade do sujeito sociológico é conquistada, portanto, através da interação entre o ser humano e a sociedade: “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.” (HALL, Stuart, 2011, p. 11-12). Deste modo, pode-se advir que a formação da identidade no indivíduo sociológico é responsável por fixá-lo à estrutura, “Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.” (HALL, Stuart, 2011, p. 12).

Hall (2011) argumenta que estariam justamente estas configurações em mutação, em grande parte por ingerência do processo da globalização: enquanto as sociedades tradicionais eram marcadas pela transmissão de valores através das gerações, as modernas evidenciam seu caráter temporal de modo distinto, estando este relacionado à velocidade das transformações constantes. O sujeito pós-moderno seria marcado, então, pela descentralização de sua identidade cultural, a respeito da qual o autor foca-se especialmente em seu aspecto nacional.

O reconhecimento de identidades culturais nas sociedades modernas estava amplamente relacionado com um argumento de cunho nacional, utilizado para se distinguir um determinado povo de outro. Segundo Hall (2011), as chamadas *identidades nacionais* constituir-se-iam como produto das representações, salientando seu caráter de comunidade imaginada e, portanto, não inata aos seus conterrâneos. As particularidades relativas às culturas nacionais seriam, desta forma, “[...] as *memórias* do passado; o *desejo* por viver em conjunto; a perpetuação da *herança*.” (HALL, Stuart, 2011, p. 58, grifo do autor). A construção da narrativa nacional incluiria, ainda de acordo com o autor, cinco elementos principais: a narrativa da nação; a ênfase na continuidade, na tradição e na intemporalidade; a invenção da tradição; o mito fundacional e a crença na existência de um povo original.

Pode-se perceber, portanto, que a formulação das identidades nacionais caracteriza-se como um processo impreciso e abstrato. Todavia, apesar de se constituírem como elementos discursivos com uma série de fatores, as culturas nacionais permaneceram sendo apresentadas como unificadas, para qual feito eram evocadas as peculiaridades listadas acima. Os novos arranjos sócio-econômicos advindos do processo de aceleração das relações entre as diferentes comunidades nacionais refletiriam na formatação bem delimitada que as sociedades sociológicas acreditavam possuir. A globalização trouxe consigo a especulação sobre seus

possíveis efeitos perante as identidades culturais. Hall (2011) examina três cenários plausíveis: a desintegração das identidades nacionais como fruto da homogeneização cultural na pós-modernidade; o reforço das identidades nacionais e locais frente à globalização e, por fim, o surgimento de identidades híbridas.

Analisando-se a primeira hipótese, Stuart Hall (2011) aponta para o simplismo de sua elaboração, afirmando que, apesar das tendências parecerem convergir para os aspectos globais, há igualmente um interesse sobre os temas locais, especialmente relacionado com sua mercantilização, reiterando ainda que a globalização é um fenômeno que atinge mais amplamente as comunidades ocidentais. A respeito do segundo argumento, Hall (2011) assinala que o revigoramento das identidades locais surge como atitude defensiva às influências de outras culturas, assumindo, por vezes, um cunho acentuadamente racista. Em se tratando da terceira conjectura, a viabilidade de sua ocorrência é destacada (HALL, 2011). Desta forma, o autor sustenta que a globalização produz efeitos diversos sobre as identidades, alguns deles configurando-se como contraditórios.

Stuart Hall (2011), então, citando os conceitos formulados por Robins (1991)⁴⁹ de *Tradição e Tradução*, aponta para principalmente duas novas configurações identitárias que vem sendo evidenciadas neste momento histórico: de um lado pode-se observar emergir por determinadas comunidades tentativas de *recuperação de identidades étnicas consideradas “puras”*, frente ao perigo de uma possível homogeneização cultural, o que, conseqüentemente, implica no surgimento de particularismos nacionais e fundamentalismos; na contramão deste processo, percebe-se o aparecimento de *identidades culturais híbridas*, produto do estabelecimento de diversos contatos com outros referentes étnicos, econômicos e sociais, numa complexa rede de miscigenações. Enquanto a primeira instância dialoga intensamente com o conceito da preservação da Tradição, o segundo mantém referentes na noção da Tradução, sobre a qual o autor completa:

Este conceito [Tradução] descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho

⁴⁹ Referência de Stuart Hall em “A identidade cultural na pós-modernidade: ROBINS, K. Tradition and translation: national culture in its global context. In: CORNER, J; HARVEY, S. (Org.) **Enterprise and Heritage**: Crosscurrents of National Culture. London: Routledge, 1991.

sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” [...]. As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente *traduzidas*. (HALL, Stuart, 2011, p. 89, grifo do autor)

Estas novas formatações fizeram irromper questionamentos concernentes a valorização de atributos étnicos, naquilo que Bauman (apud HALL, 2011) refere-se como o “ressurgimento da etnia”. Consoante ao apresentado por Hall (2011), esta valorização pode apresentar trejeitos híbridos ou simbólicos, como também, merece-se frisar, feições essencialistas, quando conceitos fundamentalistas são estimados.

Esta pesquisa assume um posicionamento simpático ao conceito da Tradução, quando relacionado ao atual momento vivenciado nas cidades oriundas das colônias alemãs: o tempo transcorrido desde a sua fixação naquelas terras até os dias atuais, atravessando momentos de aculturação e assimilação, além da chegada de outros estrangeiros nessas localidades, impede, em grande parte, o surgimento de um movimento real que vise o estabelecimento de uma identidade cultural “pura”, relacionada a particularidades étnico-raciais. Por outro lado, ainda existem esforços de manutenção de alguns traços característicos da cultura dos ascendentes. Consoante ao abordado acima, esses colonos alemães foram dispersados de sua terra natal, mas ainda mantêm vínculos com o passado, porém sem a ilusão de que seja possível recriá-lo no presente. Os descendentes, portanto, apresentariam culturas híbridas, baseadas na miscigenação, no pertencimento a mais de uma categoria de identificação. O retorno às questões de etnia, neste caso, estaria diretamente ligado aos trejeitos híbridos apresentados pelos herdeiros do combinado de valores étnico-sociais teutos e sua apreciação simbólica e não a aspectos fundamentalistas.

No que tange as intenções desta pesquisa, aplicando-se os referenciais teóricos abordados neste capítulo às desenvolvimentos apresentadas pelos contingentes populacionais de origem germânica que adentraram o Brasil durante os séculos XIX e XX para aqui fundarem principalmente colônias agrícolas baseadas na policultura familiar em pequenos prazos de terra, estabelecendo uma identidade cultural que se distinguiu da brasileira e da alemã e que sofreram investidas em prol da sua assimilação por parte do governo nacional durante o período do Estado Novo, pode-se propor que as novas formulações de identidade na pós-modernidade reforçam a reelaboração da questão identitária teuto-brasileira, que atualmente é externalizada através da existência de movimentos em prol da preservação do patrimônio cultural dos colonos germânicos.

Os desdobramentos ocorridos no desenvolvimento das colônias germânicas no Brasil imprimiram aspectos singulares à cultura daqueles indivíduos e de seus descendentes. Pode-se dizer, por conseguinte, que sua identidade cultural foi reelaborada em consequência dos processos aos quais ela foi submetida com o passar dos anos. De tal forma que, no final do século passado, começaram a emergir manifestações em prol da retomada de tradições e costumes apreendidos com os antepassados alemães, configurando um novo capítulo na formulação da identidade étnica teuto-brasileira.

No capítulo subsequente desta pesquisa serão apresentados quais os movimentos culturais de cunho preservacionista surgiram nas cidades que se desenvolveram a partir das antigas colônias alemãs, focalizando-se em particular os observados em Petrópolis. Igualmente, buscar-se-á evidenciar a relevância e a viabilidade da produção de artigos editoriais com esta temática, motivados por sua demanda, encontrando-se este empreendimento dentro do rol das atividades cujo objetivo é resgatar, preservar e transmitir o patrimônio sócio-cultural dos grupos teuto-brasileiros.

5 A PRESERVAÇÃO DA CULTURA TEUTO-BRASILEIRA EM PETRÓPOLIS E O PRODUTO EDITORIAL POR DEMANDA

A construção da identidade cultural teuto-brasileira sucedeu-se através da articulação de diversas particularidades, dentre as quais se cabe ressaltar, por sua significância, o reconhecimento de uma origem comum por e entre os grupos heterogêneos de germânicos que adentraram o Brasil durante os séculos XIX e XX e o processo de colonização por eles empreendido especialmente no Sul do país. Esta formulação identitária foi influenciada, de maneira análoga, pelos processos de adaptação ao novo meio, aos quais se assomam os contatos estabelecidos com outras etnias e o próprio desenvolvimento das zonas colonizadas, repercutindo na cultura dos imigrantes alemães por meio da adoção de alguns hábitos compatíveis com a nova realidade e do abandono de outros. Desta maneira, criou-se um conjunto de valores sócio-culturais e econômicos teuto-brasileiro, que dialogava com as concepções germânicas e brasileiras, incorporando aspectos de ambas, porém se caracterizando como distinto delas.

Apesar de haver alguns pontos de convergência entre as práticas da comunidade teuto-brasileira com aquelas adotadas em território nacional, a influência dos ideais pangermanistas, expressa majoritariamente nos jornais sulistas, alertou o governo sobre as prováveis consequências de sua disseminação, através do que ficou conhecido como “perigo alemão”. Por esta razão, as autoridades da República Velha e, posteriormente, do Estado Novo implantaram medidas que objetivavam o caldeamento forçado deste contingente populacional à sociedade brasileira. A deflagração do nazismo na Europa suscitou tentativas de frear sua possível repercussão nas antigas colônias germânicas. A Campanha de Nacionalização, então, providenciou a proibição de diversas condutas por parte dos teutos, obrigando-os a abandonar seu idioma ancestral, a fechar instituições comunitárias e, de forma generalizada, a renunciar a exteriorização de sua cultura.

Estas determinações produziram, conforme abordado anteriormente, efeitos diversos dependendo do grau de abasileiramento previamente existente nas zonas coloniais: as mais miscigenadas legariam quase ao esquecimento total os resquícios dos costumes apreendidos com seus antepassados; outras, no entanto, continuariam transmitindo clandestinamente as peculiaridades germânicas às novas gerações até quando elas pudessem ser novamente vivenciadas em público.

Seria nas últimas décadas do século passado que começariam a emergir, em número considerável, movimentos em prol do resgate de tradições dos alemães pioneiros, principalmente nas cidades que derivaram das colônias germânicas. Este trabalho assume a hipótese de que as configurações atualmente vigentes relacionadas à propagação de vestígios culturais dos grupos teuto-brasileiros só puderam desenvolver-se de modo efetivo, a partir de algumas resoluções adotadas anteriormente a elas em âmbito nacional. Estas providências foram responsáveis por promover as condições necessárias para o renascimento do discurso do regional, do local e do particular em termos de cultura dentro do Brasil, como será abordado nos próximos parágrafos.

Consoante ao explicitado pelo sociólogo Renato Ortiz (2012), o governo militar, percebendo a indispensabilidade da existência de políticas culturais, determina a criação de uma comissão designada a elaborar os fundamentos do que se tornaria a Política Nacional de Cultura, apenas um ano após o irromper do Golpe de 64. A partir da retomada das concepções propostas por intelectuais brasileiros, adota-se uma ideologia na qual o Brasil é apresentado como fruto da mestiçagem racial. Desta forma, múltiplos aspectos positivos do conjunto de valores sócio-culturais dos grupos residentes no país foram incorporados à cultura nacional, transparecendo o sincretismo presente. Logo, a unicidade do discurso do nacional passou a residir justamente no combinado entre as variadas culturas existentes no país, reiterando a importância de cada uma delas.

O elemento da mestiçagem contém justamente os traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade. Esta forma ideológica condensa duas dimensões: a variedade das culturas e a unidade do nacional. Dentro desta perspectiva o documento de Política Nacional de Cultura poderá definir a cultura brasileira como o produto da aculturação de diversas origens. (ORTIZ, Renato, 2012, p. 93)

No período que transcorre desde o princípio deste novo regime político até o início da década de 80, ainda de acordo com Ortiz (2012), pode ser observada no Brasil uma expansão em toda a cadeia produtiva dos bens culturais e também em seu consumo. Correlatamente a este fenômeno, nasce a preocupação com o estabelecimento de uma “[...] política de preservação e defesa dos bens culturais, museus, patrimônio histórico, arquivos, folclore.” (ORTIZ, Renato, 2012, p. 96-97) por parte do governo nacional. Deste modo, pode-se auferir que fora semeado o terreno para a eclosão de movimentos de preservação e disseminação cultural das mais diversas naturezas dentro do país, incluindo-se nesta gama aqueles encabeçados por elementos que herdaram traços da cultura germânica de seus antepassados e tiveram que a silenciar durante décadas.

No presente capítulo serão apresentadas algumas das iniciativas existentes atualmente com a finalidade de resgatar e disseminar as tradições dos ascendentes alemães no Brasil. Para tanto, o surgimento de manifestações folclóricas e de festivais com este cunho será problematizado, buscando-se entender sua relevância dentro do cenário cultural brasileiro, bem como sua eficiência nos propósitos de preservação e transmissão dos valores sócio-culturais teuto-brasileiros.

Partindo-se deste objetivo, focalizar-se-á nas configurações observadas especialmente no município de Petrópolis, em relação ao qual se discutirá a necessidade da existência de outros produtos culturais com a temática da colonização germânica na referida cidade, buscando-se refletir sobre a significância da produção de livros por demanda, sejam eles didáticos ou de arte, inserindo esta iniciativa dentro da gama dos movimentos de preservação do patrimônio cultural teuto-brasileiro.

5.1 A PRESERVAÇÃO DA CULTURA DOS COLONOS GERMÂNICOS

A pesquisadora Giralda Seyferth em trabalho intitulado “Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica” (2002) propõe uma análise a respeito dos processos de reconstrução da identidade cultural teuto-brasileira. Com esta finalidade, a autora perpassa diversos momentos da história deste contingente populacional no Brasil, desde a sua chegada até a reinvenção das atividades folclóricas por parte dos descendentes dos colonos alemães, focalizando em particular os desdobramentos que se sucederam no Sul do país.

De acordo com as formulações elaboradas por Seyferth (2002), atualmente os considerados herdeiros do conjunto de valores e costumes germânicos evocam o pertencimento à etnia alemã através do que a pesquisadora chama de “mito da ancestralidade comum”, que seria justamente a crença na existência de uma origem partilhada, que é, por sua vez, estimulada pela manutenção de práticas próprias das comunidades em questão. No discurso desses personagens são igualmente lembradas as perdas experimentadas ao longo do processo de assimilação e também a estigmatização a qual eles foram submetidos no decurso da Segunda Guerra Mundial, fatores que combinados os levaram, por exemplo, a renunciar ao uso do idioma alemão. A autora prossegue, avaliando que “[...] os elementos simbólicos da identidade são buscados num subsistema cultural que subsistiu ao processo de assimilação e integração à sociedade brasileira e tem sua especificidade histórica”

(SEYFERTH, Giralda, 2002, p. 22), remetendo aos componentes identitários que continuaram sendo transmitidos de forma encoberta durante o período em que não podiam ser expressos publicamente, devido às medidas adotadas pelo governo nacional.

Apesar de a comunidade germânica residente no Brasil nos dias de hoje ter miscigenado-se a outros grupos étnicos, não mais apresentando o insulamento observado nos primórdios das colônias, a datar do final do século XX começaram a emergir movimentos que objetivavam o resgate e a preservação de traços étnico-culturais legados pelos imigrantes alemães. Consoante ao apresentado no início deste capítulo e com aquilo proposto por Seyferth (2002), a iminência deste fenômeno só foi possível quando os ideais assimilacionistas saíram de cena para o surgimento de uma política voltada para a aceitação da diversidade cultural, esta evidenciada pela multiplicidade de elementos populacionais residentes no país, que contribuem sócio-culturalmente e economicamente com seu desenvolvimento. Se antes a preocupação era caldear os variados grupos étnicos para construir o ideal da nação brasileira, a nova regra é a de valorização do local e do particular no discurso nacional.

Esta valorização da diversidade é um dos principais fatores que contribuíram com o aparecimento de manifestações de cunho étnico-cultural, que são expressas através de diversas formas, a exemplo dos festivais alemães e do ressurgimento das atividades folclóricas, ponderando-se o fato de que estes eventos também podem apresentar intencionalidades turísticas e econômicas.

Giralda Seyferth (2002) atenta para a proliferação nas últimas décadas de incontáveis festas que remetem às tradições germânicas, após a criação, em 1984, da *Oktoberfest* da cidade de Blumenau. Resguardando-se as críticas relativas à comercialização e ao intenso apelo turístico e econômico que essas festividades podem adquirir com o passar dos anos, é inegável que elas também desempenham o papel de palco das apresentações folclóricas, que celebram no canto e na dança a revificação da sua memória coletiva: “Existe o reconhecimento das vantagens econômicas do afluxo turístico mas, ao mesmo tempo, a festa é, em essência, para a população ‘de origem’, uma afirmação da identidade étnica.” (SEYFERTH, Giralda, 2002, p. 24). Ainda de acordo com a autora, as demonstrações produzidas pelos grupos folclóricos e pelas bandas características voltam-se para a comunidade alemã, ao mesmo tempo em que têm a atribuição de apresentar aos elementos de fora a cultura teuta vivenciada em terras brasileiras. Deve-se ressaltar, igualmente, que além de retomar os atributos da cultura popular, estas comemorações geralmente resgatam hábitos

gastronômicos, enaltecendo o consumo de produtos típicos das regiões de origem dos colonos.

Uma das ressalvas comumente atribuídas a estas festas por grupos preocupados com uma suposta autenticidade cultural é justamente a sua *folclorização*, aspecto que transparece como um dos mais acentuados no movimento de resgate de tradições e sua disseminação junto e pela comunidade germânica. A tentativa de recriar hábitos durante as performances de dança e canto ou até mesmo a decoração do ambiente e a escolha dos produtos que serão consumidos durante estes eventos caracterizam-se como opções regularmente tratadas como estratégicas para captar a atenção dos turistas e não como maneiras legítimas de se homenagear uma tradição “verdadeira”. Giralda Seyferth (2002), no entanto, evidencia que a reelaboração da identidade étnica teuto-brasileira perpassa esses fenômenos e, segundo ela: “A aparência de ambiguidade⁵⁰ apenas reforça a importância atribuída à tradição que o folclore recupera. Não se trata de uma folclorização da identidade, mas de intensificar no presente aquilo que era cotidiano no passado[...]” (SEYFERTH, Giralda, 2002. p. 25), tendo-se em vista que os contingentes alemães que se destinaram para o Brasil celebravam sua cultura através de festivais e de associações de cunho cultural e recreativo, ainda durante o período da colonização.

Seyferth (2002) reitera também a preocupação que os grupos folclóricos exprimem em relação à importância da transmissão dos aspectos culturais característicos dos teuto-brasileiros para as novas gerações e para a sociedade brasileira de um modo geral. Inclusive, a existência de associações que objetivam salvaguardar e divulgar a cultura popular dos colonos alemães não está intrinsecamente relacionada com a manutenção dos festivais germânicos, que se alastraram em incontáveis cidades do Sul do país e para além daquelas fronteiras. Apesar de muitos grupos folclóricos terem surgido devido a estas festas, a intencionalidade que eles carregam perpassa os dias destinados para os festejos: com o objetivo de difundir a cultura teuta e de reforçar a sua identidade étnica, diversas apresentações públicas são realizadas ao longo de todo o ano, além de outras celebrações particulares por eles empreendidas.

Ainda segundo a pesquisadora (SEYFERTH, 2002), os integrantes destes grupos mobilizam-se em prol do aprimoramento de suas atividades, realizando intercâmbios culturais em outros estados e até mesmo fora do país, de tal modo que se qualificam como *mensageiros das tradições*. Há uma importante pesquisa historiográfica por parte dessas agremiações,

⁵⁰ Ambiguidade entre as manifestações autênticas da cultura e a comercialização da mesma.

visando reproduzir com acuro trajes, danças, canções. Aufere-se, desta maneira, a relevância com que os folcloristas percebem o seu ofício, não devendo este ser considerado meramente de apelo comercial ou turístico.

O sociólogo Renato Ortiz (2012) ao mencionar a questão da memória coletiva reitera a sua indissociabilidade a um grupo social específico, posto que este torna-se responsável pela sua perpetuação. De acordo com o autor, “[...] o mecanismo de conservação do grupo está estreitamente associado à preservação da memória. [...] Por outro lado, a memória coletiva só pode existir enquanto vivência, isto é, prática que se manifesta no cotidiano das pessoas.” (ORTIZ, Renato, 2012, p. 133). Entrelaçando estas formulações com a atual configuração identitária teuto-brasileira, percebe-se que a experimentação efetiva de valores culturais, étnicos e sociais pelos descendentes através do folclore caracteriza-se como um importante meio para a preservação e divulgação deste conjunto de particularidades.

A memória de um fato folclórico existe enquanto tradição e se encarna no grupo social que a suporta. É através das sucessivas apresentações teatrais que ela é realimentada. Isto significa que os grupos folclóricos encenam uma peça de enredo único que constitui sua memória coletiva; a tradição é mantida pelo esforço de celebrações sucessivas [...] (ORTIZ, Renato, 2012, p. 134)

Analisando-se as enunciações propostas anteriormente a respeito das atividades de resgate, preservação e transmissão cultural realizadas atualmente nas cidades que tiveram seu desenvolvimento vinculado à vinda das famílias germânicas para o Brasil nos últimos dois séculos, pode-se observar a importância do surgimento destes fenômenos, especialmente delimitados através dos festivais teutos e dos grupos folclóricos das mais diversas naturezas, não apenas para a manutenção da identidade étnica teuto-brasileira, mas, conforme Seyferth (2002) sustenta, para sua reelaboração.

No próximo tópico serão apresentadas quais as principais manifestações de cunho preservacionista das tradições alemãs são realizadas atualmente no município de Petrópolis, após quase 170 anos da chegada dos primeiros colonos contratados para o projeto de povoação da Fazenda Imperial.

5.1.1 Manifestações de resgate da cultura teuto-brasileira em Petrópolis

Ao se abordar a questão da preservação das tradições e memórias germânicas na cidade de Petrópolis, difundidas desde o início da colonização da Fazenda do Córrego Seco

por grupos de origem alemã em meados do século XIX, torna-se imprescindível mencionar o papel que o Clube 29 de Junho desempenha neste âmbito, através de sua articulação junto à comunidade e às autoridades locais.

Fundado em agosto de 1958⁵¹, portanto, após mais de dez anos do desfecho da Segunda Grande Guerra e do governo do Estado Novo, caracteriza-se como anterior às políticas públicas voltadas para a valorização da diversidade cultural existente em território brasileiro, desenvolvidas a partir da década de 60 do século passado, encontrando-se expressas através das iniciativas em prol da preservação de bens culturais, patrimônio histórico, museus, arquivos e folclore. Em relação a esta ocorrência, merece-se destacar que o fato do Clube 29 de Junho ter se estruturado anteriormente a estas políticas não retira a sua legitimidade, tampouco implica em uma desconsideração da importância que tais iniciativas governamentais alcançaram no cenário nacional. As concepções formuladas após 1964, conforme abordado anteriormente, foram responsáveis por tornar o terreno mais propício para a eclosão de movimentos de resgate, preservação, transmissão e difusão das diversas características étnico-culturais presentes no Brasil. Pode-se auferir esta significância pelo aparecimento de diversas festas alemãs no país, especialmente a partir da década de 80 do século passado. No entanto, isto não impediu obstinadamente com que outros empreendimentos mais isolados pudessem ser observados anteriormente à influência de novas políticas culturais no Brasil, afinal, o governo do Estado Novo, com seus objetivos assimilacionistas e a proibição da manifestação de outras culturas em terras nacionais, chegou ao fim em 1945. A própria Bauernfest, festa em homenagem aos colonos germânicos de Petrópolis, só atingiu as proporções observadas atualmente após ter-se vinculado a órgãos públicos, o que não seria facilmente notável caso a Política Nacional de Cultura não prezasse pela valorização de traços particulares de outras etnias.

O Clube 29 de Junho, em sua concepção, assume os objetivos de “[...] congregar os descendentes, resgatar as tradições, cultivar e perpetuar a memória dos colonizadores alemães.” (CLUBE 29 DE JUNHO, 1995, p. 5). Para tanto, durante sua trajetória, ele organizou variados eventos desde concertos, bailes, sessões cinematográficas, exposições de documentos até a realização de festivais, como a *Familienfest*⁵², a *Deutsch Herbst Fest* e o *Festival Germânico*. Este último evento teve sua estreia em 1981 e foi expandindo-se ao

⁵¹ Sua inauguração oficial sucedeu-se apenas em 29 de junho de 1959.

⁵² Trata-se de um almoço típico germânico, no qual se busca reunir o maior número de membros de uma determinada família, a fim de se apresentar sua árvore genealógica, confeccionar um brasão em sua homenagem e apresentar fatos históricos de sua vinda à Petrópolis (CLUBE 29 DE JUNHO, 1995).

longo dos anos até que a diretoria do Clube decidiu associar-se à Petrotur, órgão relacionado ao governo municipal de Petrópolis, em 1990. A partir do ano seguinte, a festa seria rebatizada como *Bauernfest*, desenvolvendo-se até se tornar a segunda maior⁵³ festa alemã do Brasil, atrás apenas da Oktoberfest de Blumenau.

A *Bauernfest*, também conhecida como a *Festa do Colono Alemão*, acontece entre os meses de junho e julho nos arredores do Palácio de Cristal e da Cervejaria Bohemia e tem como finalidade resgatar hábitos e costumes praticados pelos colonos hunsrückers durante a povoação de Petrópolis. Nos dias de festejos são congregados aspectos característicos da cultura germânica herdada dos imigrantes teutos pioneiros, a saber, sua culinária típica, os artesanatos, as bandas e corais, além das apresentações dos grupos folclóricos de dança alemã fundados na cidade.

A primeira agremiação petropolitana que visava resgatar as danças folclóricas germânicas surgiu atrelada ao Clube 29 de Junho, ainda no ano de 1959, recebendo a alcunha de *Grupo de Danças Antigas*. No entanto, ela não se configurava nos moldes apresentados atualmente por outros conjuntos do município em relação à pesquisa de trajés, danças e, de uma maneira geral, seu profissionalismo. Seria apenas no Festival Germânico de 1990 que indivíduos da sociedade civil mobilizar-se-iam em prol da criação de um grupo petropolitano, tendo-se observado a necessidade constante da contratação de associações de danças alemãs nas cidades do Sul do país para participarem destas festas. Deste modo, em 25 de agosto de 1990, é fundado em Petrópolis o *Grupo Folclórico Germânico Bergstadt*, ainda hoje em funcionamento.

Desde o precursor até os dias atuais, diversos outros grupos folclóricos alemães foram criados na cidade. Alguns tiveram uma participação curta no cenário folclórico local, já tendo encerrado suas atividades. Outros, no entanto, permanecem difundindo as tradições germânicas através das danças características, que recontam vivências coletivas, e de seus trajés peculiares, sendo eles⁵⁴ (por ordem de fundação): *Bauerngruppe Danças Folclóricas Alemãs de Petrópolis* (abril de 1991), *Mosel Volkstänze de Petrópolis* (novembro de 1991), *Grupo de Danças Folclóricas Rheinland-Pfalz* (1994), *Petrópolis Danças Folclóricas* (1996),

⁵³ Informação veiculada pela Prefeitura Municipal de Petrópolis em seu portal. Para visualizar esta informação e as atividades que aconteceram na 25ª *Bauernfest*, acesse: **BAUERNFEST** atraiu mais de 215 mil pessoas. **Portal da Prefeitura de Petrópolis**, Petrópolis, 09/07/2014. Disponível em: <<http://www.petrópolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/2421-bauernfest-atraiu-mais-de-215-mil-pessoas.html>>. Acesso em: 16/11/2014.

⁵⁴ Optou-se por citar os grupos oficialmente registrados e participantes atualmente da AGFAP – Associação dos Grupos Folclóricos Alemães de Petrópolis, no entanto, existem outras agremiações no município, estando estas vinculadas a escolas.

Kaiserstadt Kulturkreis (1997), *Koblenz Volkstanzgruppe* (1998) e, por último, o *Blumemberg Volkstanz* (2001).

Apesar de estarem estreitamente vinculadas à Bauernfest, essas associações promovem atividades durante todo o ano, seja em apresentações públicas ou em festas, jantares, cafés coloniais e almoços por elas próprias realizados, objetivando manter estes traços distintivos da cultura germânica herdada de seus antepassados em constante contato com a população local e com os turistas, não apenas preservando este patrimônio cultural, como também o difundindo a outros elementos populacionais.

Além das manifestações preservacionistas mencionadas acima, outras iniciativas ocorreram em Petrópolis nos últimos anos. Um destes exemplos refere-se à transformação da casa de Johan Gottlieb Kaiser, construída em 1847, no *Museu Casa do Colono*, em 1976. A construção de pau-a-pique abriga hoje em seu acervo fotografias, objetos pessoais e utensílios domésticos e de trabalho utilizados pelos colonizadores germânicos da cidade. Outra ocorrência que merece ser citada foi o *Colóquio de 150 anos da Imigração Alemã em Petrópolis*, realizado em parceria pelo Instituto Histórico de Petrópolis, Museu Imperial, Universidade Católica de Petrópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, Fundação de Cultura e Clube 29 de Junho, contando com a participação de diversos pesquisadores sobre o assunto, com o objetivo de se problematizar a questão da colonização germânica na cidade frente às outras observadas no Brasil. Além destas iniciativas, há também programas de rádio e televisão e colunas em jornais e revistas dedicados a esta temática no município.

Entrelaçando os movimentos realizados atualmente em prol da preservação da cultura teuto-brasileira com as características específicas da cidade de Petrópolis, a saber, sua constituição como ponto estratégico entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, sua proximidade com a capital do Império, o fato de ter tornado-se residência de veraneio da Família Imperial e da corte, assinalando-se como local de fluxo intenso de bens e pessoas das mais diversas etnias, num contraponto ao insulamento observado em muitas colônias alemãs do Sul do país; pode-se auferir a representatividade que estas manifestações alcançaram nos últimos anos, bem como a importância destinada à transmissão da cultura germânica por parte da comunidade petropolitana.

Estas atividades representam um papel significativo na reelaboração identitária dos descendentes de alemães em Petrópolis, uma vez que sua manutenção depende deles próprios, transparecendo, então, a importância que elas adquiriram junto à comunidade local. No

entanto, ao se observar as publicações dedicadas exclusivamente à colonização e aos movimentos folclóricos existentes na cidade, percebe-se que se encontram em número diminuto frente às possibilidades. A execução de projetos editoriais que tenham como objetivo problematizar estas questões e apresentá-las de forma atrativa para os diversos públicos encontrar-se-ia igualmente dentro do rol dos movimentos de preservação e transmissão da cultura alemã e uma das possibilidades de sua feitura está relacionada à produção de livros por demanda, tanto didáticos e paradidáticos, quanto livros de arte.

O próximo tópico deste capítulo abordará a viabilidade de produção destes objetos editoriais, bem como sua relevância para a comunidade teuto-brasileira residente em Petrópolis.

5.2 O LIVRO POR DEMANDA E A COLONIZAÇÃO GERMÂNICA EM PETRÓPOLIS

No decorrer do terceiro e quarto capítulos deste trabalho, buscou-se apresentar as principais características constitutivas da colonização germânica em Petrópolis, objetivando-se reforçar através destes dados não apenas a viabilidade da execução de projetos editoriais com esta temática, como também a importância e a demanda existente para sua concretização. Assim sendo, os aspectos particulares deste empreendimento foram elucidados, desvelando-se os processos que se sucederam na referida localidade desde os seus antecedentes históricos, perpassando sua primitiva ocupação, até a compra da Fazenda do Córrego Seco pelo imperador D. Pedro I e as articulações formuladas a partir de então. O arrendamento da supracitada propriedade ao major alemão Júlio Frederico Koeler, conforme abordado anteriormente, configurou-se como um evento decisivo na contratação de colonos *teutos* para o cumprimento do disposto no Decreto de 16 de março de 1843. A chegada das levas de germânicos em Petrópolis e sua instalação naquelas terras tornar-se-iam o fator responsável por imprimir características sócio-culturais e econômicas específicas ao recém-formado povoado. A adaptação ao novo meio, a aproximação com a capital do Império, o intenso fluxo de pessoas e de bens materiais, o contato com outras etnias e as atividades econômicas ali exercidas, por sua vez, emprestariam novos modos de ser para este contingente populacional, que se desenvolveu de modo distinto de outras colônias alemãs no Brasil, embora apresentasse pontos de sinergia com elas.

A formulação da identidade destes imigrantes no país também mereceu destaque, posto que ela explica, em boa parte, as atuais configurações apresentadas pelos descendentes em relação à tradição dos colonos germânicos que adentraram o Brasil durante os séculos XIX e XX. No entanto, deve-se ater ao fato de que a identidade cultural teuto-brasileira foi reelaborada com o transcorrer dos anos, perpassando os episódios de aculturação e assimilação forçada durante os regimes políticos preocupados em caldear os estrangeiros à sociedade brasileira, até que ela pudesse ser externada nos moldes observados atualmente, quando se observa o resgate do patrimônio histórico e cultural dos alemães através de festivais, associações, congressos e da existência de grupos folclóricos, dedicados a várias atividades.

Analisando-se estas peculiaridades, aufere-se a relevância que a temática da colonização alemã e da identidade cultural teuto-brasileira possui nas localidades que receberam a influência germânica durante seu desenvolvimento. Alinhando-se estes dados à constituição particular de Petrópolis, frente ao insulamento de muitas colônias no Sul do país, obtém-se uma história cultural autêntica e local. As manifestações em prol da preservação de atributos alemães realizadas atualmente reforçam, a partir de sua própria existência, a demanda por produtos culturais com esta temática, posto que os próprios descendentes colocam-se como porta-vozes destas tradições, objetivando, desta forma, a sua perpetuação e disseminação.

Conforme abordado no início desta pesquisa, a demanda pode ser explicada como a necessidade, expressa igualmente pelo desejo, da aquisição de determinado produto ou serviço, cuja origem pode estar relacionada a diversas naturezas (KOTLER; ARMSTRONG, 2011). A supressão destes anseios, por conseguinte, está relacionada a toda sorte de bens materiais e intangíveis. Entrelaçando-se estas concepções com a tradição germânica em Petrópolis, pode-se admitir que a demanda por produtos culturais com este conteúdo estaria vinculada à satisfação das necessidades *sociais* de pertencimento a um grupo (caracterizado pela identidade étnica teuto-brasileira) e pelas necessidades *individuais* de aquisição de conhecimento (enunciadas pelo aprofundamento nas questões relativas à colonização alemã na cidade).

Trabalhando-se esta demanda com a produção de artigos editoriais, poder-se-ia evocar a lacuna temática existente: ao se observar as publicações dedicadas exclusivamente à colonização germânica empreendida em Petrópolis e aos movimentos folclóricos existentes no município, percebe-se que se encontram em número diminuto frente às possibilidades.

Deste modo, evidencia-se não apenas a viabilidade da execução de produtos editoriais com este conteúdo, como também a sua indispensabilidade, enquadrando os possíveis projetos dentro da gama de movimentos que se dedicam a resguardar os valores sócio-culturais dos imigrantes germânicos que se destinaram à Fazenda Imperial de Petrópolis no ano de 1845.

No primeiro capítulo deste trabalho foram apresentadas duas categorias de livro por demanda, o livro didático e o livro de arte, considerando-se que estas originariam relevantes produtos editoriais com o tema supramencionado, tanto por sua aplicabilidade histórico-cultural, quanto por poder configurar-se como produto que apresente acuidade gráfica e refinamento editorial.

Nas próximas páginas serão problematizados os pormenores envolvidos na aplicação da questão germânica em Petrópolis aos artigos editoriais assinalados acima.

5.2.1 O livro didático e a questão germânica em Petrópolis

Recuperando-se os conceitos apresentados no segundo capítulo desta pesquisa, o livro didático pode ser definido como o produto editorial destinado a auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, juntamente com o auxílio indispensável dos professores. Sua acentuada relevância sócio-cultural e política implica em uma elaboração criteriosa, combinando tanto esforços em pesquisa quanto um bom projeto gráfico, objetivando adaptar seus conteúdos aos alunos de variadas faixas etárias, aos quais o livro didático dedica-se.

Para que a finalidade deste artigo editorial seja alcançada, primeiramente ele precisa captar o interesse de seu público-alvo, especialmente no atual momento histórico em que se observa uma maior penetração da tecnologia nas relações quotidianas e, conseqüentemente, nos ambientes escolares. Deste modo, para poder difundir os conhecimentos presentes nos livros, necessita-se avaliar sua feitura frente às inovações.

Entrecruzando estas concepções com a colonização germânica na cidade de Petrópolis e seus efeitos, pode-se estabelecer os parâmetros necessários para a realização de um livro didático com esta temática. O produto editorial resultante poderia configurar-se como objeto de estudo nas disciplinas de história ou até mesmo na cadeira de HGTP (História, Geografia e Turismo de Petrópolis), fornecendo aos alunos um importante respaldo sobre a constituição

de sua própria cidade, apresentando-lhes uma temática familiar e contribuindo com a preservação da identidade local.

A demanda sobre este produto editorial recairia justamente na falta de obras dedicadas exclusivamente ao assunto: ao enveredar uma breve análise⁵⁵ dos títulos existentes na Biblioteca Municipal de Petrópolis⁵⁶ que se dedicam a falar sobre a colonização germânica na cidade aos alunos do Ensino Fundamental, observa-se que elas encontram-se em número reduzido.

Averiguando-se aquelas obras que explicitam seu cunho didático de forma clara, seja durante a apresentação das mesmas ou na existência de exercícios complementares ao final de cada capítulo, encontrou-se os seguintes títulos (por ordem de publicação): “Petrópolis: Sua História e Sua Gente” (1966) de Gastão Aragão e Luiz Lourenço Lacombe; “Conhecendo Petrópolis” (1991) de Aloysio Bade e Gustavo Mendes; “O município de Petrópolis” (1991) de Aurea Carvalho; “História de Petrópolis” (2004) de Maria Inez do Espírito Santo e “Petrópolis Cidade Imperial: nossas montanhas, nossa gente, nossa herança” (2009) de Vera Abad.

Resguardando-se a diferença em relação aos anos de publicação, o que consequente interfere nos modo de produção do livro didático, tanto motivados por novos aparatos tecnológicos e gráficos, quanto por reformulações nas concepções de sua intencionalidade, aufere-se que nenhum dos analisados dedica-se a falar exclusivamente da colonização alemã em Petrópolis e os efeitos que ela produziu no município. Esta narrativa faz parte das obras, porém não se estabelece como a parte central delas, reiterando uma lacuna que pode ser preenchida a partir da execução de novos produtos editoriais.

Analisando-se o mais recentes destes livros, “Petrópolis Cidade Imperial: nossas montanhas, nossa gente, nossa herança” escrito por Vera Abad e publicado no ano de 2009, observa-se que ele incorpora modos de produção atrativos, apresentando papel de boa qualidade, diversas ilustrações coloridas, mapas e outros recursos destinados a captar a atenção dos alunos. Nele, a temática da colonização alemã em Petrópolis é apresentada como uma das facetas responsáveis pelas atuais configurações observadas na cidade. Nas suas páginas finais, referentes à seção “Banco de Dados”, são apresentados alguns fatos históricos

⁵⁵ Cabe-se aqui ressaltar que não se trata de uma análise definitiva sobre as publicações didáticas com esta temática em Petrópolis. Os objetivos intencionados eram de reconhecimento de alguns títulos existentes, buscando-se apresentar a viabilidade da produção de publicações novas, voltadas para a questão da colonização germânica em si e seu legado na referida cidade.

⁵⁶ Também conhecida como Biblioteca Municipal Gabriela Mistral, configura-se como uma das maiores no interior do estado do Rio de Janeiro.

do município, dentre os quais algumas linhas são dedicadas a falar dos grupos folclóricos alemães existentes na cidade. A iniciativa é bastante interessante, posto que a autora atribui significância a estes movimentos na atitude de preservação da identidade cultural local. No entanto, ainda há espaço para se enveredar com maior aprofundamento nesta temática, utilizando-a nas salas de aula.

Deste modo, e através das observações formuladas, percebe-se que a colonização germânica pode ser explorada através da feitura de livros didáticos que a retratem *não apenas como parte de uma história, mas como uma história em particular*.

5.2.2 O livro de arte e a questão germânica em Petrópolis

O livro de arte, por sua vez, caracteriza-se como aquele produto editorial desenvolvido a partir de determinados padrões estéticos e de qualidade combinados a uma pesquisa criteriosa, especialmente delimitada em assuntos de importância para as culturas locais e para o patrimônio nacional, a saber, literatura, tradições, gastronomia, história de dada região ou povo, configurando-se como temáticas não suficientemente exploradas por outras categorias editoriais. No Brasil, merece-se ainda destacar o papel de relevância que desempenham as leis federais de incentivo à cultura, como a Lei Rouanet, que possibilita com que empresas patrocinem projetos culturais em troca de incentivos fiscais e da associação de sua marca a eventos e produtos preocupados em preservar a diversidade cultural existente no Brasil.

Relacionando-se estas formulações à feitura de um livro de arte cujo tema central seja a colonização germânica em Petrópolis, pode-se perceber diversos pontos de conexão, afinal, esta temática apresenta-se como parte significativa da constituição identitária dos descendentes dos colonos pioneiros. Então, embora existam diversos livros publicados sobre a cultura germânica no Sul, eles afastam-se das intencionalidades da preservação da cultura alemã em Petrópolis, posto que esta apresenta suas próprias especificidades, que, por sua vez, merecem encontrar meios para sua produção.

Durante o levantamento realizado para esta pesquisa, não se constatou a existência de registros de livros de arte dedicados exclusivamente a temática⁵⁷ da colonização alemã em

⁵⁷ Recentemente a AGFAP publicou o livro “Volkstanz” (2014) que apresenta o histórico dos grupos folclóricos de danças alemãs existentes na cidade. Esta publicação, embora dialogue com as intencionalidades dos livros de arte em se preservar as culturas locais, não foi classificado como este produto editorial por não apresentar

Petrópolis e seus produtos, no entanto, esta afirmação deve ser analisada de maneira cautelosa: os problemas de distribuição deste produto editorial não permitem a afirmação da inexistência de livros de arte sobre determinado assunto, pode-se apenas auferir que, se existem, possuem uma distribuição limitada, o que cerceia o acesso a estas temáticas. Consoante ao apresentado no segundo capítulo deste trabalho, muitas vezes os livros de arte patrocinados pela iniciativa privada não apresentam uma estratégia voltada para sua distribuição⁵⁸ em larga escala, o que pode acarretar na produção de importantes registros escritos sobre as histórias locais, porém, que nem sempre representam as necessidades de “consumo” cultural por parte das comunidades mais interessadas em seu conteúdo.

Analisando as formulações propostas ao longo desta pesquisa, pode-se evidenciar a importância que a tradição cultural teuto-brasileira representa para a comunidade descendente dos antigos colonos germânicos em Petrópolis ainda nos dias de hoje. Através de sua reelaboração identitária por meio de festas alemãs de cunho preservacionista e das manifestações folclóricas existentes, auferem-se a demanda por produtos culturais com esta temática, dentro dos quais se pode inserir o livro de arte.

características de apuro gráfico e de pesquisa acentuados: apesar de ser uma fonte sobre os grupos que compõem atualmente a associação, ele limita-se a falar sobre o histórico de fundação destes conjuntos.

⁵⁸ Ainda consoante ao explicitado no Capítulo 2, apesar dos problemas de distribuição, muitas vezes a produção de livros de arte configura-se como uma das poucas estratégias editoriais em prol da preservação de temáticas regionais, que não se configurariam como *best-sellers*, dificultando sua produção segundo outros moldes editoriais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se a apresentar as conceituações do livro por demanda dentro do mercado editorial brasileiro atual, expondo igualmente uma análise de duas de suas mais expressivas subcategorias: o livro didático, produto editorial que apresenta as maiores vendas no país e o livro de arte, artigo editorial cuja elaboração transcorre aliando-se temáticas relacionadas à cultura e à preservação do patrimônio histórico, desde literatura, artes, gastronomia até assuntos de relevância para a estruturação das identidades locais e nacionais, a um projeto gráfico arrojado, no qual se valoriza papeis especiais, impressão cautelosa e *design* arrojado.

A partir da apresentação destas formulações, a pesquisa enveredou-se pelos principais aspectos da colonização germânica no Brasil, focalizando em particular nos desdobramentos que se sucederam na cidade de Petrópolis, no interior do estado do Rio de Janeiro, frente aos observados nos estados do Sul do país.

A colônia fundada na antiga Fazenda do Córrego Seco foi marcada por ter se estabelecido em ponto estratégico da rota que seguia desde as Minas Gerais até a capital do Império, caracterizando-se como local de intenso fluxo de pessoas de variadas etnias e de bens materiais. Esta particularidade aliada ao fracasso da implantação de uma colônia agrícola em larga escala no povoado, fez com que muitos imigrantes germânicos voltassem suas atividades econômicas ao suprimento das necessidades daquelas pessoas que seguiam na rota do ouro e dos veranistas que iam desfrutar da companhia do imperador durante as suas temporadas na Região Serrana (RABAÇO, 1985).

Apontou-se através destes dados pontos de afastamento com as faixas de terra colonizadas no Sul do país por elementos alemães, posto que lá os grupos germânicos puderam manter-se afastados da sociedade brasileira durante um bom tempo, mesmo aqueles residentes nas cidades mais próximas às capitais provinciais, justamente pelas práticas de colonização que eles adotavam (SEYFERTH, 2002).

No entanto, não obstante essas diferenças relacionadas às regiões de destino dos imigrantes alemães, uma vez no Brasil eles adaptar-se-iam ao novo meio, incorporando particularidades referentes à nova realidade e abandonando outras não mais condizentes. Sucedeu-se o estabelecimento de uma identidade comum entre os grupos heterogêneos de germânicos que adentraram o país durante os séculos XIX e XX: a identidade étnica teuto-

brasileira evocava o pertencimento à nação alemã através da cultura e de uma origem comum, sem deixar de se relacionar com a nova pátria brasileira, onde os colonos se tornariam responsáveis por imprimir o progresso frente às adversidades, num discurso que ficou conhecido com *Deutschtum* (SEYFERTH, 1993).

Conforme abordado anteriormente, a influência dos ideais pangermanistas e, posteriormente, nazistas nas colônias germânicas alertariam as autoridades brasileiras para o perigo de sua disseminação frente à comunidade teuto-brasileira, o que acarretou em uma série de medidas para forçarem o caldeamento dos teutos e seus descendentes à sociedade brasileira. As investidas envolviam desde a proibição da utilização do idioma alemão em público até o fechamento de instituições recreativas fundadas pelos alemães, através do que ficou conhecido como a Campanha de Nacionalização. No entanto, essas medidas, apesar de resultarem em danos muitas vezes irreparáveis, como a perda dos dialetos alemães, não foram suficientes para calar para sempre as referências culturais daquele grupo populacional: muitos costumes e histórias continuaram sendo transmitidas de geração para geração na clandestinidade.

Em meados da década de 60 do século passado, políticas públicas que valorizavam a diversidade cultural dentro do Brasil, classificando-o como produto da miscigenação de variadas etnias, abriram espaço para a eclosão de movimentos que buscavam retornar as antigas tradições germânicas. A partir da década de 80, percebe-se o surgimento de inúmeros festivais alemães no Brasil, como também de grupos folclóricos dedicados a transmitir e preservar a cultura de seus antepassados. Em Petrópolis, existem atualmente diversos grupos de danças alemãs, além da *Bauernfest* e de programas de TV e rádio voltados à divulgação da tradição germânica na referida localidade.

Deste modo, pôde-se averiguar que, apesar das investidas assimilacionistas vivenciadas por este contingente populacional no Brasil, a tradição germânica ainda apresenta-se como uma temática substancial para a comunidade teuto-brasileira. No entanto, conforme proposto previamente neste trabalho, não existe uma crença no possível retorno aos modelos vigorantes no passado, nos quais se vivenciaria os costumes “puros”. O que existe é a manutenção de alguns vínculos sócio-culturais com os hábitos praticados em épocas pregressas, resultando na formulação de identidades híbridas por parte dos herdeiros desse conjunto de valores e crenças.

Combinando-se estes dados à produção de livros por demanda, verificou-se que esta iniciativa poderia ser inserida dentro dos movimentos atuais de preservação da tradição teuto-

brasileira e algumas possibilidades poderiam ser executadas: referindo-se ao livro didático, a colonização germânica no município de Petrópolis pode ser trabalhada conjuntamente à disciplina de história e HGTP, fornecendo aos estudantes um importante respaldo sobre a formação da própria cidade e os aproximando de um escopo que lhes é familiar, a fim de preservar a identidade cultural local. No caso do livro de arte, esta temática também encontraria meios para sua viabilidade, tendo-se em vista esse produto trabalhar assuntos de relevância para a cultura regional, que na maioria das vezes não apresentariam grandes vendas, tornando pouco vantajosa financeiramente a sua fabricação segundo outros modos de produção.

REFERÊNCIAS

ABAD, VERA. **Deliciosa herança**: o histórico legado dos colonos alemães de Petrópolis. Petrópolis, RJ: Prazerdeler, 2002.

ABAD, Vera. **Petrópolis Cidade Imperial**: nossas montanhas, nossa gente, nossa herança. Petrópolis, RJ: Prazerdeler, 2009.

AGFAP. **Volkstanz**: um olhar folclórico sobre a saga da colonização germânica em Petrópolis. Petrópolis, RJ: [s.n.], 2014.

ALVES DE SOUZA, Luiz Antônio. Considerações sobre o plano Koeler. In: COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ. 1995, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1995. p. 21 – 25.

ARAGÃO, Gastão Moniz; LACOMBE, Luiz Lourenço. **Petrópolis: Sua História e Sua Gente**. Petrópolis, RJ: Editora Brumlik, 1966.

BADE, Aloysio; MENDES, Gustavo Duriez Teixeira. **Conhecendo Petrópolis**. 2. ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Ed. Gráfica Serrana, 1991.

BAUERNFEST atraiu mais de 215 mil pessoas. **Portal da Prefeitura de Petrópolis**, Petrópolis, 09/07/2014. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/2421-bauernfest-atraiu-mais-de-215-mil-pessoas.html>>. Acesso em: 16/11/2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 05/01/1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 03/03/2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 28/12/1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03/03/2014.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático e dispõe sobre sua execução. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20/08/1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03/03/2014.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 03/07/1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7505-2-julho-1986-368037-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28/03/2014.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Institui Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24/12/1991. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8313-23-dezembro-1991-363660-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27/03/2014.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 31/10/2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25/03/2014.

BUARQUE, A. de Paula. **Petrópolis e o seu centenário**: documentos que confirmam a sua fundação em 1845. Rio de Janeiro: O Livro Vermelho dos Telephones, 1943.

CARVALHO, Aurea Maria de Freitas. **O município de Petrópolis**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5304>. Acesso em: 03/03/2014.

CLUBE 29 DE JUNHO. **150 anos da colonização alemã**: 1845-1995. Petrópolis, RJ: IPAG, 1995.

COLEÇÃO das leis do Império do Brasil de 1830. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. v. 2. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18459>>. Acesso em: 16/10/2014.

COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ. 1995, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1995.

COMISSÃO DO CENTENÁRIO. **Os Fundadores**. Petrópolis, RJ: Prefeitura Municipal de Petrópolis, 1943. v. 7.

COPELLO, Jorge Olmar Marialva. **Emigrantes alemães e a sua inserção no processo de formação da Povoação – Palácio de Petrópolis (1845-1886)**. 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2009.

COSTA, Cacilda Teixeira da; FABRIS, Annateresa. O livro de arte no Brasil: entre o luxo e a indigência. **Comunicações e Artes**, São Paulo, n.11, p. 21-30, 1982.

COSTA, Cacilda Teixeira da; FABRIS, Annateresa. Tendências do Livro de Artista no Brasil. São Paulo: [s.n.], 1985. 36 p. **Catálogo de exposição**, 16 maio/23 jun. 1985, Centro Cultural São Paulo. Disponível em:
<<http://www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/tendenciasdolivro.pdf>>. Acesso em: 26/03/2014.

COSTA, Ivan Freitas da. **Marketing Cultural: o patrocínio de atividades culturais como ferramenta de construção de marca**. São Paulo: Atlas, 2004.

CONGRESSO NACIONAL. Projeto de Lei nº 6.722 de 2010. Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura). Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B94B24B2F0C8325F15CCA033F7727499.proposicoesWeb1?codteor=730738&filename=PL+6722/2010>. Acesso em: 29/03/2014.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 52, p. 11-24, nov. 2000. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a02v2052.pdf>>. Acesso em: 31/03/2014.

DIAS, Eliana. Livro Didático: do surgimento às mudanças atuais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO NUPEPE, 2., 2010, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia, MG: UFU, 2010. p. 132-143. Disponível em:
<http://www.eseba.ufu.br/arquivos/anais/trabalhos_Completos/Eixo_1/Eliana_Dias_-_Livro_didatico_do_surgimento_as_mudancas_atuais.pdf>. Acesso em: 29/03/2014.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. Em queda livre? A economia do livro no Brasil (1995-2006). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (Org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 349-362.

ESPÍRITO SANTO, Maria Inez do. **História de Petrópolis**. Petrópolis, RJ: Editora e Gráfica Jornal da Cidade, 2004.

GOOGLE MAPS. Estrada Real Guia Virtual. 2014. Adaptação de mapa disponível em:
<<http://www.estradarealguiavirtual.com.br/roteiros/578/modificar/>>. Acessado em: 16/10/2014. Mapa interativo com dados cartográficos do Google disponíveis em área para inscritos no portal da Estrada Real, cujo *printscreen* foi adaptado para o conteúdo desta pesquisa, eliminando-se as informações adicionais.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf>. Acesso em: 04/04/2014.

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna**: de 1800 aos dias de hoje. São Paulo: Cultrix, 2013.

KNYCHALA, Catarina Helena. **O livro de arte brasileiro**. 1980. 226 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1980. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9607/6/1980_Catarina%20Helena%20Knychala.pdf>. Acesso em: 22/03/2014

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**: a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KRÜGER, Helmuth. Identidade étnica, identidade transcultural e transnacionalismo. In: COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ. 1995, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1995. p. 57-70.

KRÜGER, Helmuth. Notas sobre a identidade teuto-brasileira. In: COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ. 1995, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1995. p. 48-56.

LOPES, Fernando Bezerra Müller. **Petrópolis Cidade Imperial**. 2001. 55 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MALTZAHN, Paulo César. Construção e formação da identidade étnica teuto-brasileira: algumas considerações. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 4., 2009, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá, PR: UEM, 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/180.pdf>>. Acesso em: 24/10/2014.

MATTOS, Fabíola Oliveira. **A importância do patrocínio cultural para a produção de livros de arte no Brasil**. 2009. 63 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Marketing de patrocínio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

MIRANDA, Joana de Paula Cidade. **Deutschtum no Brasil**: imigração, identidade e mídia étnica alemã. 2008. 113 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<<https://oestrangeirodotorg.files.wordpress.com/2012/04/deuschtum-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 10/11/2014.

MORADA, Mariana Fernandes. **Cultura germânica**: a importância da cultura germânica para a cidade e o turismo de Petrópolis. 2006. 44f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 1006.

OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Presença, 1985a. v. 1.

OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Presença, 1985b. v. 2.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Rômulo do Nascimento. **Livro de arte**: contribuições ao projeto do livro no Brasil. [S.l.]: UFAM, 2008. Disponível em: <http://issuu.com/rnascimento/docs/ped_livro_arte_romulo_versao>. Acesso em: 22/03/2014. Documento não paginado, numeração realizada manualmente através do número de laudas.

RABAÇO, Henrique José. **História de Petrópolis**: antecedentes históricos e a povoação. Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1985.

ROCKENBACK, Sílvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração alemã**: 180 anos – história e cultura. Porto Alegre: CORAG, 2004.

RODRIGUES, Melissa Haag; FREITAS, Neli Klix. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 11, ago. 2007/jul. 2008. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf> Acesso em: 03/04/2014. Documento não paginado.

SÁ EARP, Arthur Leonardo. **Os quarteirões**. Petrópolis, 1994. Disponível em: <http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/alse19941025.htm>. Acesso em: 07/11/2014

SCHAETTE, Frei Estanislau. **A pré-história de Petrópolis**. [S.l.: s.n.], 1953. Opúsculo sem paginação.

SANTOS, Paulo Cesar dos. **Petrópolis**: história de uma cidade imperial. Petrópolis, RJ: Sermograf, 2001.

SEYFERTH, Giralda. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. **Cadernos CERU**, São Paulo, série 2, n. 13, p. 9-36, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75276/78782>>. Acesso em: 26/10/2014.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 17., 1993, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu, MG: ANPOCS, 1993. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/IDENTIDADE-%C3%89TNICA.pdf>>. Acesso em: 26/10/2014. Publicação sem paginação. A numeração das páginas feita para esta pesquisa baseia-se no correspondente total de laudas.

TAULOIS, Antônio Eugênio. A colonização alemã na Fazenda da Mandioca. In: COLÓQUIO SOBRE IMIGRAÇÃO ALEMÃ, 1995, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, RJ: IHP/UCP, 1995. p. 93-109.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. il. rev. e ampl. São Paulo: Companhia Editora Nacional – INL/MEC, 1980.